

## SUMÁRIO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO .....	2
A CEMIG DISTRIBUIÇÃO .....	4
AMBIENTE REGULATÓRIO .....	5
RELACIONAMENTO COM OS CLIENTES .....	9
DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS .....	11
INVESTIMENTOS .....	21
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO .....	22
GOVERNANÇA CORPORATIVA .....	22
RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES .....	22
GERENCIAMENTO DE RISCOS .....	23
GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO .....	23
RESPONSABILIDADE SOCIAL .....	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	30
BALANÇO SOCIAL DA CEMIG DISTRIBUIÇÃO .....	31
A CEMIG DISTRIBUIÇÃO EM NÚMEROS .....	32
COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA .....	33
BALANÇOS PATRIMONIAIS .....	34
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS .....	36
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES .....	37
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	38
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA .....	39
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO .....	40
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....	41
1. CONTEXTO OPERACIONAL .....	41
2. BASE DE PREPARAÇÃO .....	42
3. DAS CONCESSÕES E OS EFEITOS DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 579 DE 11 DE SETEMBRO DE 2012 (CONVERTIDA NA LEI Nº 12.783 SANCIONADA EM 11 DE JANEIRO DE 2013) .....	60
4. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS .....	62
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	63
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – APLICAÇÃO FINANCEIRA .....	63
7. CONSUMIDORES, REVENDADORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA .....	64
8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS .....	64
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL .....	65
10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS .....	67
11. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO .....	67
12. INTANGÍVEL .....	68
13. FORNECEDORES .....	71
14. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL .....	71
15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES .....	72
16. ENCARGOS REGULATÓRIOS .....	76
17. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO .....	76
18. PROVISÕES .....	80
19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS .....	86
20. RECEITA .....	87
21. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS .....	89
22. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO .....	91
23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS .....	92
24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS .....	94
25. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO .....	104
26. SEGUROS .....	105
27. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS .....	106
28. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL E REVISÃO TARIFÁRIA DA COMPANHIA .....	106
29. EVENTOS SUBSEQUENTES .....	107
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	109
PARECER DO CONSELHO FISCAL .....	112
DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PELOS DIRETORES .....	113
DECLARAÇÃO DE REVISÃO, PELOS DIRETORES, DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....	114

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2012

A Cemig Distribuição (“Companhia” ou “Cemig D”) submete à apreciação de V.S. as o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Contábeis e pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

### MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Um ano de grandes mudanças, complexidade e desafios.

Gostaríamos de, mais uma vez, manifestar o compromisso da Diretoria Executiva de entregar os compromissos assumidos com os acionistas da empresa de agregação de valor e crescimento.

Neste ano, tivemos inequívocas provas do acerto de nossas decisões, refletidas nas diversas manifestações de acionistas e investidores por ocasião de captação de recursos, com integral apoio, ou mesmo de declarações em eventos dos quais participamos.

Estamos confiantes que nossa visão estratégica, baseada nos princípios de sustentabilidade e responsabilidade social, de como devemos fazer a gestão dos diversos empreendimentos que estamos levando a cabo irá proporcionar aos nossos acionistas o retorno adequado e atrativo dos investimentos realizados.

Hoje, a Cemig D atende a mais de 7 milhões de consumidores com o foco em melhoria da qualidade dos serviços prestados, tendo investido o montante de R\$1,2 bilhão, o que representou um dos maiores investimentos entre as empresas de distribuição de energia elétrica, uma demonstração inequívoca do compromisso com a comunidade em que atua. Novas ligações superaram as expectativas e atingiram a quase 200 mil novos clientes e nossa qualidade de serviço prestado mais uma vez foi reconhecida conforme a pesquisa realizada pelo regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL, colocando-nos em segundo lugar entre as empresas de mais de 400.000 consumidores na região sudeste.

Nosso resultado do ano foi impactado pelo maior custo com compra de energia elétrica, tendo em vista a queda do nível dos reservatórios das usinas, gerando o consequente despacho das usinas térmicas, cujo custo é muito mais alto e refletiu-se nas despesas da Companhia. Mas é sempre importante ressaltar que esse custo adicional será considerado na definição das tarifas na revisão tarifária, que terá o seu resultado em vigor a partir de 8 de abril de 2013.

Estamos ainda em discussão com a Aneel das questões relacionadas ao processo de revisão tarifária, destacando-se as questões relacionadas à eficiência operacional e prudência nos investimentos. Temos a consciência dos desafios impostos de nos tornarmos cada vez mais eficientes, com uma gestão adequada de custos e uma

gestão de investimentos que atenda aos critérios de prudência estabelecidos pelo Regulador.

O mercado brasileiro de capitais mais uma vez mostrou sua capacidade ao financiar volumes significativos de recursos de financiamento de nossas atividades totalizando R\$1,5 bilhão captado pela Empresa.

Por outro lado, tivemos no dia 11 de setembro a edição da medida provisória 579 pelo Governo Federal que abordou o tema da renovação das concessões cuja data de expiração estava estabelecida nos respectivos contratos para o período de 2015 a 2017.

Propunha o Governo Federal à antecipação do vencimento das concessões para janeiro de 2013 e impunha um cronograma para a tomada de decisão sobre a adesão ou não que terminava no dia 4 de dezembro de 2012, prazo considerado exíguo pela maioria das empresas envolvidas. Também alterava o regime dos contratos de concessão de geração e transmissão uma vez que as concessionárias passariam à condição de prestadora de serviços de manutenção e operação diferentemente dos contratos atuais nos quais além dos serviços mencionados se incluía a comercialização dos produtos dos ativos. Como compensação, o Governo Federal reembolsaria as concessionárias cujos ativos não estivessem ainda depreciados pelo valor de reposição. O objetivo da proposta era transferir os produtos dos ativos a custos de operação e manutenção para as concessionárias distribuidoras de energia elétrica com o intuito de reduzir de forma significativa a tarifa final dos consumidores tendo como benefício adicional o controle da inflação.

A Cemig D, convencida dos benefícios para seus consumidores, decidiu aderir aos novos contratos de concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica entendendo que, assim fazendo, protegeria também os interesses de seus acionistas.

Temos desafios a enfrentar no próximo ano e estamos confiantes de que nossa visão estratégica nos conduz às ações mais benéficas para os acionistas e clientes.

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo incontestável apoio às nossas iniciativas de melhoria operacional e introdução de novas tecnologias. Nosso corpo de empregados se insere dentre os mais atuantes do setor elétrico e responsável pela excelente reputação de eficiência e competência técnica que desfrutamos.

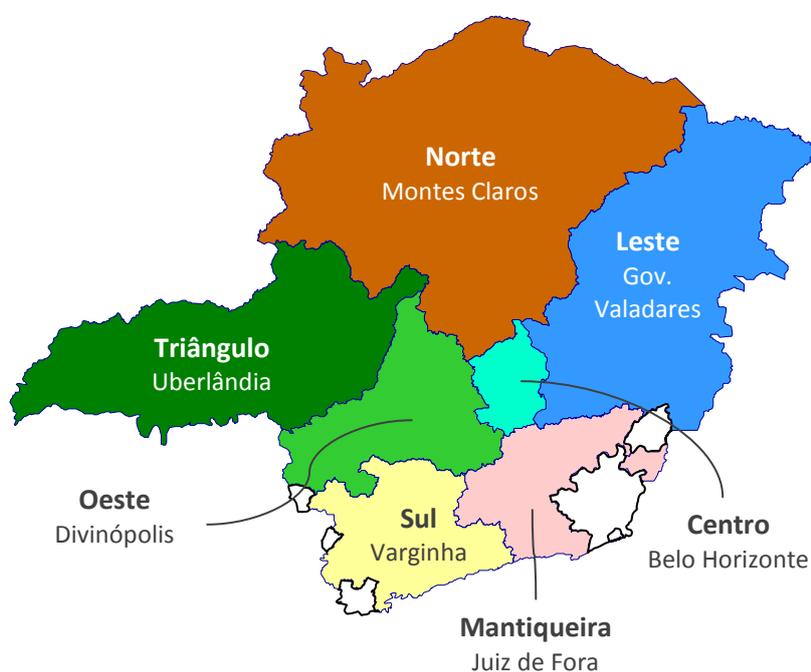
Reafirmamos que a obtenção destes resultados só foi possível pelo apoio de todos os acionistas da empresa, em especial, o acionista majoritário, representado pelo Senhor Governador Antonio Anastasia a quem agradecemos a incontestável confiança demonstrada ao longo do ano.

## A CEMIG DISTRIBUIÇÃO

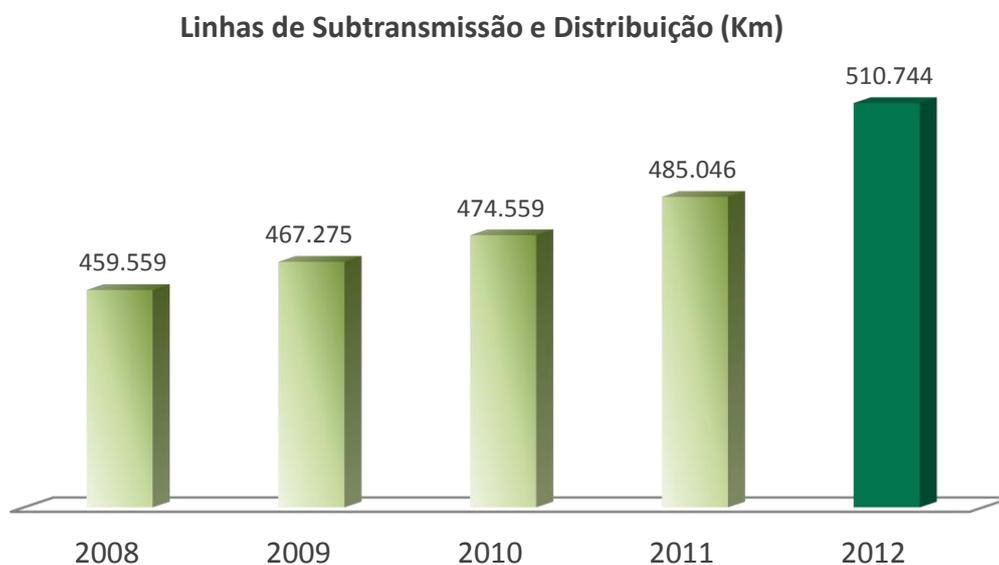
A Cemig Distribuição é a maior empresa distribuidora da América Latina, com 510.744 km de redes de distribuição (108.400 km em área urbana e 384.750 km de redes rurais) e 17.594 km de linhas de subtransmissão de alta e média tensão, com 7,5 milhões de consumidores.

A Cemig Distribuição possui um dos maiores índices de atendimento a consumidores beneficiados com a Tarifa Social do Brasil. Do total de consumidores da classe residencial faturados em 2012, 12% estavam representados por consumidores de baixa renda, correspondente a aproximadamente 898 mil consumidores.

### Área de Atuação



No gráfico abaixo, podemos observar o crescimento das linhas de subtransmissão e de distribuição da companhia nos últimos 5 anos.



## Nossa missão, visão e valores

### Missão

Atuar no setor de energia com rentabilidade, qualidade e responsabilidade social.

### Visão

Consolidar-se, nesta década, como o maior grupo do setor elétrico nacional em valor de mercado, com presença em gás, líder mundial em sustentabilidade, admirado pelo cliente e reconhecido pela solidez e performance.

### Valores

Integridade, ética, riqueza, responsabilidade social, entusiasmo no trabalho e espírito empreendedor.

## AMBIENTE REGULATÓRIO

### Renovação de concessões

A Cemig Distribuição tem como um de seus mais valiosos ativos intangíveis as concessões para exploração nas áreas de distribuição de energia elétrica.

Em 11 de setembro de 2012, foi emitida pelo Governo Federal a Medida Provisória nº 579 ("MP"), que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.

Por meio da aludida MP, o Governo pretendeu encerrar as discussões se as concessões de energia elétrica, tratadas nos Art. 17, §5º, 19 e 22 da Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995, cujos prazos de vencimento ocorreriam a partir de 2015, poderiam ser prorrogadas por mais até 20 anos, conforme condições estabelecidas na referida Lei e nos respectivos Contratos de Concessão, ou se estas seriam licitadas.

Assim, a MP 579/2012, ao tratar das prorrogações das concessões de distribuição alcançadas pelos artigos listados acima, impôs novas condições de prorrogação às concessionárias, permitindo a prorrogação por um prazo de até 30 anos, com a antecipação do vencimento dessas concessões e assinatura de Termos Aditivos aos respectivos Contratos de Concessão com o Poder Concedente estabelecendo as novas condições.

Dessa forma, a Companhia requereu a renovação dos contratos de concessão de distribuição. O prazo de vencimento dessas concessões, que serão objeto de renovação por mais 30 anos, é fevereiro de 2016.

### **Reajuste tarifário Anual**

Em abril de 2012, foi autorizado um reajuste para a Cemig Distribuição de 3,88% para os consumidores residenciais e para os demais consumidores da média e alta tensão, o reajuste médio foi de 3,79%. Na média geral, o impacto médio para todas as classes consumidoras foi de 3,85%. Os principais fatores que impactaram positivamente o reajuste deste ano foram o IGP-M de 3,23%, aumento das despesas de transmissão em 11,7% e da energia comprada em 8,3%. Em sentido contrário, os encargos setoriais reduziram em 14,3%, principalmente a Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), subsídio para geração térmica em sistemas isolados localizados na Região Norte do País, que caiu pela metade.

O ICMS, um tributo estadual, é cobrado diretamente na fatura do consumidor e repassado integralmente ao governo estadual. No caso de Minas Gerais, os consumidores residenciais com consumo inferior a 90 kWh/mês, cerca de 2,8 milhões, são isentos desse tributo.

### **Revisão tarifária extraordinária**

A Medida Provisória 579 de 11 de setembro de 2012, nos Arts. 21 e 24 estabeleceu que as concessionárias de distribuição de energia elétrica ficam desobrigadas do recolhimento das quotas da Reserva Global de Reversão (RGR) e do rateio dos custos de consumo de combustíveis para geração de energia elétrica nos sistemas isolados (CCC). Para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) haverá uma redução de 75%.

As determinações da Medida Provisória 579 implicam redução nos custos da transmissão e geração de energia elétrica no sistema interligado nacional.

As novas tarifas contemplando os efeitos da Revisão Tarifária Extraordinária foram homologadas e estão vigentes desde 24 de janeiro de 2013 para todas as concessionárias de distribuição do país. No caso da Cemig Distribuição, tais tarifas serão aplicadas até 07 de abril de 2013, quando ocorrerá o final do processo de Revisão Tarifária Ordinária, prevista para ocorrer de 5 em 5 anos no contrato de concessão.

### **Revisão Tarifária**

A Cemig Distribuição tem suas tarifas reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), e a Revisão Tarifária ocorre a cada cinco anos, quando é verificado o equilíbrio econômico-financeiro da concessionária.

Desde a assinatura do contrato de concessão, em 1997, a Cemig Distribuição passou por duas revisões, sendo a próxima prevista para 2013. Esta Revisão Tarifária terá os seus efeitos vigentes a partir de 8 de abril de 2013, sendo que ainda não é possível determinar qual será o impacto sobre os resultados da Companhia.

### **Gestão das Perdas**

O Índice de Perdas Totais da Cemig Distribuição atingiu o valor de 11,11% (dez/2012), sendo 9,03% referentes às Perdas Técnicas e 2,08% relativos às Perdas Não Técnicas. Esse índice está abaixo do valor referencial estabelecido pela ANEEL na última revisão tarifária (12,00%), o que contribui positivamente para o alcance do objetivo estratégico de reduzir as Perdas da Distribuidora.

Os investimentos de reforço realizados no sistema elétrico em alta, média e baixa tensão contribuíram para o controle das Perdas Técnicas (que são inerentes ao processo de transporte e transformação de energia).

Com relação à gestão das Perdas Não Técnicas, a regularização de 42 mil unidades consumidoras proporcionou uma recuperação de energia de 159 GWh e um incremento de energia de 113 GWh. Esses montantes de energia correspondem a receitas agregadas de R\$58,8 milhões e R\$42,1 milhões, respectivamente.

Além disso, foram realizados aprimoramentos na ferramenta para seleção de alvos de inspeção (SGC/SAP), aumento da produtividade no processo de cobrança de consumo irregular, blindagem da receita dos consumidores de médio e grande porte, substituição de aproximadamente 217 mil medidores obsoletos, regularização de 16 mil lâmpadas de iluminação pública acesa durante o dia (redução de perdas de 5 GWh ou R\$1,7 milhão) e retirada de 7.400 ligações clandestinas (redução de perdas de 17,6 GWh ou R\$1,85 milhão).

## Ativos e Passivos Regulatórios

A Companhia possui ativos e passivos para fins regulatórios, não registrados em suas Demonstrações Contábeis, conforme segue:

	2012	2011	01/01/2011
<b>Ativos</b>			
Despesas Antecipadas – CVA (1)	785.582	302.771	293.647
Revisão Tarifa de Uso da Rede de Distribuição – TUSD (2)	3.089	3.089	3.089
Subvenção Baixa Renda	-	-	24.120
Descontos TUSD Fonte Incentivada	59.390	24.746	58.748
Descontos TUSD Autoprodutor e Produtor Independente	7.254	29.341	11.797
Descontos concedidos a Irrigantes	8.338	20.321	12.952
Outros Ativos Regulatórios	104	1.222	2.421
	<b>863.757</b>	<b>381.490</b>	<b>406.774</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(218.911)	132.107	17.540
	<b>644.846</b>	<b>513.597</b>	<b>424.314</b>
<b>Passivos</b>			
Parcela "A"	-	(9.646)	(35.799)
Passivos Regulatórios – CVA (1)	(293.542)	(537.620)	(403.859)
Subvenção Baixa Renda	(1.493)	(147.695)	-
Outros Passivos Regulatórios	(1.978)	(3.441)	(949)
	<b>(297.013)</b>	<b>(698.402)</b>	<b>(440.607)</b>
	<b>347.833</b>	<b>(184.805)</b>	<b>(16.293)</b>

(1) Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA);

(2) Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD).

As principais características dos ativos e passivos regulatórios são:

### Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e Neutralidade dos Encargos Setoriais

O saldo da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e da Neutralidade dos Encargos Setoriais referem-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos, efetivamente, ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

### Parcela A

Os itens da Parcela A são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

Os valores constituídos pela Companhia referem-se ao ressarcimento, aos consumidores, dos valores faturados a maior.

### Descontos TUSD e Irrigação

Consiste na compensação da perda de receita da concessionária em função da concessão de descontos aos consumidores livres de fontes incentivadas, aos autoprodutores e produtores independentes e aos descontos especiais na tarifa de fornecimento das atividades de irrigação e aquicultura.

### Subvenção Baixa Renda

Subsídios concedidos aos consumidores com direito à Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE) a serem ressarcidos, à Companhia, pelos demais consumidores.

### Outros Componentes Financeiros

Referem-se às demais variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis, não definidos como CVA, e os pagamentos, efetivamente ocorridos, compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Os efeitos líquidos dos ativos e passivos regulatórios nos resultados da Companhia, caso estivessem reconhecidos, seriam:

	2012	2011
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>191.365</b>	<b>719.971</b>
Despesas Antecipadas e Passivos regulatórios – CVA (1)	726.889	(124.637)
Demais Componentes Regulatórios (2)	156.767	(158.442)
Efeitos Tributários sobre Ativos e Passivos Regulatórios	(351.018)	114.567
<b>Resultado do Exercício Regulatório</b>	<b>724.003</b>	<b>551.459</b>

(1) Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA);

(2) Referem-se, principalmente, à Subvenção Baixa Renda e descontos concedidos diversos.

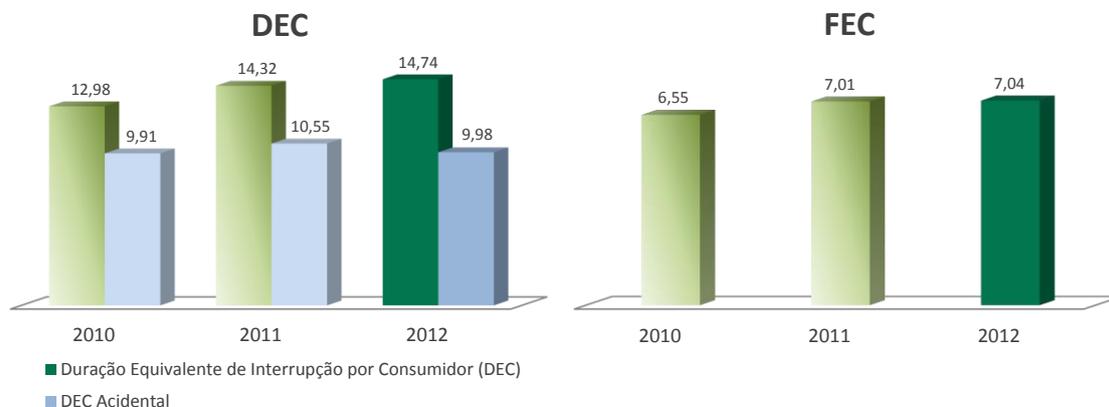
## RELACIONAMENTO COM OS CLIENTES

### Qualidade no Fornecimento

Indicadores de qualidade no fornecimento de energia elétrica (DEC e FEC) da Cemig. A Cemig Distribuição desenvolve ações e iniciativas com o objetivo de melhorar a gestão operacional, a organização da logística de serviços de atendimento às emergências, e a realização permanente de inspeções e manutenções preventivas das subestações, das linhas e redes de distribuição. Investe, também, na qualificação dos seus profissionais, em tecnologias de ponta e na padronização dos processos de trabalho.

Deve ser observada na análise do DEC a diferença entre as interrupções ocasionadas por acidentes e as interrupções programadas, relacionadas aos novos investimentos, onde é necessária, em algumas ocasiões, a interrupção do fornecimento de energia.

Os gráficos seguintes mostram a evolução dos indicadores de continuidade DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor) da Cemig Distribuição nos últimos 3 anos, devendo ser destacada a redução do DEC acidental em 2012:



### Política de Atendimento

Com o objetivo de proporcionar um atendimento de qualidade, além de facilitar o acesso dos consumidores à Companhia, a Cemig Distribuição disponibiliza um mix de canais de atendimento que congrega vários meios de comunicação, tanto presencial como à distância.

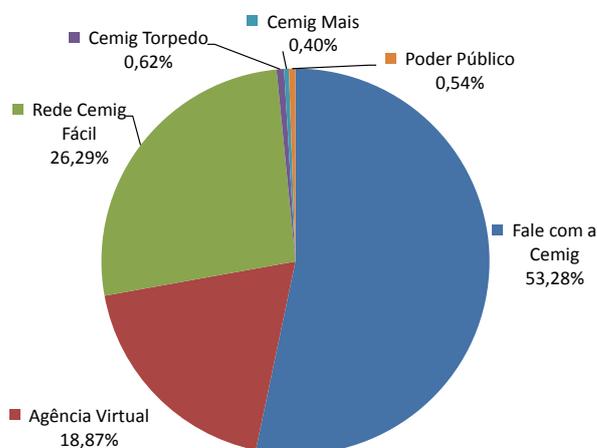
O canal “Fale com a Cemig” representa uma forma de contato entre a Companhia e seus clientes e consumidores via telefone 116 e/ou pela internet. O número de atendimentos em 2012 foi aproximadamente 15 milhões por telefone, 140 mil por chat e 120 mil por e-mail.

O atendimento presencial é feito através da Rede Cemig Fácil de Atendimento que possui 157 Agências de Atendimento Cemig Fácil em cidades acima de 10.000 unidades consumidoras e 620 Postos de Atendimento Cemig Fácil em cidades abaixo de 10.000 unidades consumidoras, estando presente em todos os 774 municípios da área de concessão da Cemig Distribuição. Em 2012, o número de Atendimentos na rede Cemig Fácil foi de aproximadamente 7 milhões.

Outro canal que merece destaque é o Cemig Torpedo que possibilita ao consumidor contatar a Cemig Distribuição através de mensagens SMS. Em 2012 o número de mensagens recebidas foi de aproximadamente 175 mil.

A Companhia também busca oferecer um melhor atendimento e interação com públicos consumidores especiais, por meio da adequação das instalações das Agências de Atendimento às normas de acessibilidade (ABNT-NBR 9050), chat na Agência Virtual, Cemig Torpedo e contas de energia elétrica em Braille. Nas estações ambientais da Cemig Distribuição existem trilhas em Braille que visam integrar os deficientes visuais a visita.

O gráfico a seguir mostra os canais de atendimento da Companhia com seus respectivos percentuais em relação ao total de atendimentos.



## DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

(As informações operacionais não foram objeto de exame por parte dos auditores independentes)

### Resultado do Exercício

A Cemig Distribuição apresentou, no exercício de 2012, um lucro líquido de R\$191 milhões em comparação ao lucro líquido de R\$720 milhões no exercício de 2011, representando uma redução de 73,47%.

### Receita Operacional

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	2012	2011
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos	10.792	9.882
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres	1.872	1.825
Transações com Energia na CCEE	116	25
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição	1.228	1.175
Outras Receitas Operacionais	281	160
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas	(4.785)	(4.557)
	<b>9.504</b>	<b>8.510</b>

### Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos

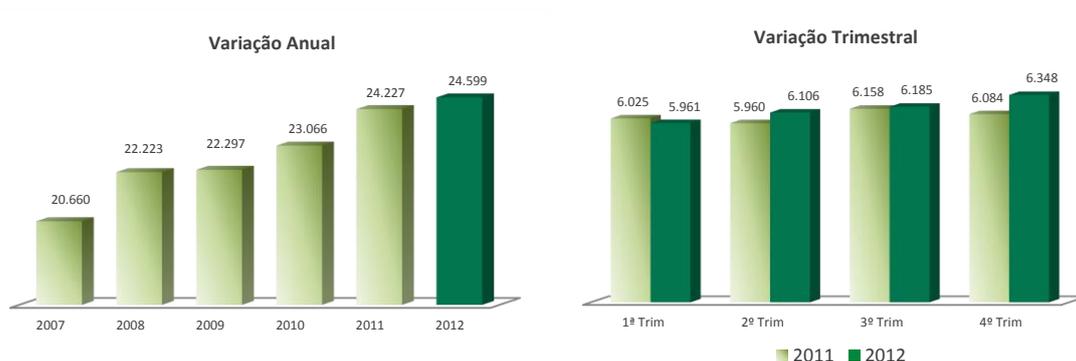
Os principais impactos na receita de 2012 decorreram dos seguintes fatores:

- aumento de 1,54% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores finais;

- reajuste tarifário anual com impacto médio nas tarifas dos consumidores cativos de 7,24%, a partir de 8 de abril de 2011 (efeito integral em 2012);
- reajuste tarifário anual com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 3,85%, a partir de 8 de abril de 2012.

As variações anuais no fornecimento de energia elétrica podem ser observadas no gráfico a seguir:

### GWh faturados - consumidores finais



O desempenho das principais classes de consumo está descrito a seguir:

#### ■ Residencial

O consumo residencial representa 36,06% da energia vendida em 2012 e o crescimento de 3,78% no ano está associado à ligação de novas unidades consumidoras e ao incremento de consumo de bens e serviços pelas famílias em função de condições favoráveis da economia brasileira; à manutenção do vigor do mercado de trabalho e o crescimento da massa salarial associado à expansão da oferta de crédito e recursos sociais transferidos pelo governo federal bem como o aumento real do salário mínimo.

O consumo médio mensal por unidade residencial em 2012 foi de 124,2 kWh, com elevação de 1,8% em relação ao ano anterior.

#### ■ Industrial

A energia utilizada pelos clientes cativos, correspondente a 16,97% do volume vendido em 2012, teve uma redução de 11,54% em relação a 2011. Os principais fatores que explicam essa redução são uma menor demanda de exportação associada ao aumento da importação; redução de investimentos no próprio setor além do comportamento da produção física mineira no decorrer do ano.

## ■ Comercial e de Serviços

Esta classe representou 22,11% da energia vendida e cresceu 4,97% no ano de 2012, comportamento associado ao nível aquecido de demanda interna, ou seja, pelo consumo entre os vários setores econômicos e pelo consumo final das famílias e dos indivíduos.

Os ramos mais representativos desta classe apresentaram as seguintes taxas de crescimento em 2012: Comércio Varejista, Alojamento e alimentação (44,3%), Comércio Atacadista (6,3%), Serviços de Saúde (6,1%), Serviços de Comunicação (5,1%), Serviços de Instituições Financeiras e Seguradoras de Capitalização (5,6%) e Serviços Auxiliares Diversos (5,1%).

## ■ Rural

Esta classe representou 11,61% da energia vendida e cresceu 8,52% em 2012, com a ligação de propriedades rurais e o aumento da demanda de energia para irrigação em função de condições climáticas atípicas ao longo do ano.

## ■ Demais Classes

As demais classes – Poder Público, Iluminação Pública, Serviço Público e Consumo Próprio, com participação de 13,25% da energia vendida, cresceram em conjunto 3,48% no ano de 2012.

### Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$4.785 milhões em 2012 comparados a R\$4.557 milhões em 2011. As principais variações nas deduções à receita são como segue:

### Conta de Consumo de Combustível (CCC)

A dedução à receita referente à CCC foi de R\$409 milhões no exercício de 2012 comparados a R\$569 milhões no exercício de 2011, representando uma redução de 28,12%. Refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiros rateados, proporcionalmente ao mercado atendido, entre os concessionários de energia elétrica por meio de resolução da ANEEL. Este resultado decorre, principalmente, da redução no custo unitário da CCC definida por meio de Resolução da ANEEL.

Este é um custo não controlável pela Companhia, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário anual subsequente.

### Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

A dedução à receita referente à CDE foi de R\$451 milhões no exercício de 2012 comparados a R\$392 milhões no exercício de 2011, o que representa um aumento de 15,05%. A CDE foi criada para promover a competitividade da energia gerada a partir de fontes alternativas e os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário anual subsequente.

### Reserva Global de Reversão (RGR)

Os encargos referentes à RGR foram de R\$88 milhões, no exercício de 2012, comparados a R\$65 milhões, no exercício de 2011, representando um aumento de 35,38%. A RGR é uma cota anual embutida nos custos das concessionárias para geração de recursos para expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Os pagamentos são definidos por meio da ANEEL.

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da Receita.

### ***Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)***

Os Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro) foram de R\$9.007 milhões em 2012 comparados a R\$7.281 milhões em 2011, representando um aumento de 23,71%. Este resultado decorre, principalmente, do aumento nos custos com Energia Comprada para Revenda.

Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais, vide Nota Explicativa nº 21 das Demonstrações Contábeis.

Principais variações:

#### Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$4.180 milhões em 2012 comparados a 2.936 milhões em 2011, representando um aumento de 42,37%. Este resultado decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- aumento de 141,49% nas exposições financeiras ao mercado de curto prazo, que foi de R\$681 milhões no exercício de 2012, comparados a R\$282 milhões do mesmo período de 2011, devido ao aumento nos valores médios do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), nos submercados sudeste e centro-oeste, que passou de R\$29,42 por MWh no exercício de 2011 para R\$166,69 por MWh no mesmo período de 2012, decorrente do despacho, pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), de volumes significativos de usinas térmicas a título de segurança energética;
- aumento de 42,92% nas compras de energia no ambiente regulado, que foi de R\$2.441 milhões em 2012, comparados a R\$1.708 milhões em 2011. Este aumento decorre, substancialmente, dá ligação das usinas térmicas em 2012, com um custo mais elevado, e a transferência desse aumento no custo para as distribuidoras;
- aumento de 16,29% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, indexada ao Dólar, que foi de R\$885 milhões no exercício de 2012, comparados a R\$761 milhões no mesmo período de 2011, em decorrência, principalmente, da desvalorização do Real frente ao Dólar no exercício de 2012, comparada a uma valorização no mesmo período de 2011. O Dólar médio relativo às faturas no exercício de 2012 foi de R\$1,974, em comparação a R\$1,676 do mesmo período de 2011, o que representou uma variação de 17,78%.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário anual subsequente.

#### Encargos de Uso da Rede de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$794 milhões em 2012 comparados a R\$672 milhões em 2011, representando um aumento de 18,15%. Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um custo não controlável pela Companhia, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário anual subsequente.

## Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$830 milhões em 2012 comparados a R\$767 milhões em 2011, representando um aumento de 8,21%. Este resultado decorre, principalmente, do reajuste salarial ocorrido em novembro de 2012, com reajuste médio de 4,5%, parcialmente compensado pela redução do número de empregados médios, que foi de 6.516 em 2012 e 6.712 em 2011, uma redução de 2,92%. Adicionalmente, houve um aumento nas despesas com o Programa Prêmio de Desligamento (PPD) em função de novas adesões no período.

## Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais foram de R\$269 milhões em 2012 comparados a R\$161 milhões em 2011, um aumento de 67,08%. Os principais fatores que afetam esta rubrica estão relacionados a seguir:

- provisão de R\$159 milhões para Crédito de Liquidação Duvidosa em 2012 referentes à perda relativa às contas a receber relacionada à discussão judicial do ICMS sobre Encargos de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD);
- Em 2011, ocorreu o incremento de R\$45 milhões nas provisões relativas às Relações de Consumo, em função das reavaliações realizadas pela área jurídica acerca das probabilidades de perdas;
- Reversão de R\$8 milhões em 2012, de termo de notificação da ANEEL, referente à não conformidade dos indicadores de continuidade na prestação de serviços de distribuição de energia elétrica, adicionados no quarto trimestre de 2011 no montante de R\$12 milhões;

Vide a composição das provisões operacionais na Nota Explicativa nº 18 das Demonstrações Contábeis.

## **Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição**

Os Custos de Construção de Infraestrutura de Distribuição foram de R\$1.228 milhões no exercício de 2012, comparados a R\$1.175 milhões do mesmo período de 2011, um aumento de 4,51%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

## Outras Despesas Líquidas

As Outras Despesas Líquidas somaram R\$307 milhões em 2012, comparadas a R\$205 milhões em 2011, o que representou um aumento de 49,76%. Este resultado decorre, principalmente, do aumento de 490% do Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens, que foram de R\$118 milhões em 2012 comparados a R\$20 milhões em 2011, em função da realização do inventário físico para atendimento à Resolução Normativa ANEEL nº 367/2009.

## **Resultado Financeiro Líquido**

O Resultado Financeiro Líquido em 2012 foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$285 milhões comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$216 milhões em 2011, um aumento de 31,94%. Os itens que compõem o Resultado Financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- redução de 42,47% na renda de aplicação financeira, que foi de R\$42 milhões no exercício de 2012, comparados a R\$73 milhões do mesmo período de 2011, em função do menor volume de recursos aplicados em 2012;
- aumento de 25,83% nos Acréscimos Moratórios de Contas de Energia, que foi de R\$151 milhões no exercício de 2012 em comparação a R\$120 milhões do mesmo período de 2011, em decorrência, entre outros fatores, da implementação, em 2012, de cobrança através de correio eletrônico e mensagem para telefone móvel, *Short Message Service* (SMS), somada à intensificação de ações já existentes, como, por exemplo, a carta cobrança e a cobrança administrativa;
- aumento de 12,33% nos Encargos de Empréstimos e Financiamentos, que foram de R\$337 milhões no exercício de 2012 em comparação a R\$300 milhões do mesmo período de 2011, devido às novas captações realizadas a partir do segundo trimestre de 2011, somada ao aumento de 8,37% do CDI;
- redução de 94,44% nas receitas com variações monetárias, que foram de R\$3 milhões no exercício de 2012, em comparação a R\$54 milhões no mesmo período de 2011, decorrente das liquidações, em 2011, de parcelamentos de dívidas de faturas de energia. Esta redução foi, parcialmente, compensada pelo aumento de 135% nas receitas com multas contratuais, que foram de R\$47 milhões no exercício de 2012, em comparação a R\$20 milhões do mesmo período de 2011, decorrente de acordo relativo a contrato de compartilhamento de infraestrutura;

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 22 das Demonstrações Contábeis.

## Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Distribuição apurou em 2012 despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$20 milhões em relação ao lucro de R\$212 milhões antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 9,43%. Em 2011, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$293 milhões em relação ao lucro de R\$1.013 milhões, antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 28,96%. As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 9 das Demonstrações Contábeis.

## Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

Considerando as receitas e despesas apresentadas acima, o LAJIDA da Cemig Distribuição em 2012 apresentou uma redução de 44,89% na comparação com 2011.

LAJIDA - R\$ mil	2012	2011	Var %
Resultado do Exercício	191	720	(73,47)
+ Despesa de IR e Contribuição Social	20	294	(93,20)
+ Resultado Financeiro	285	216	31,94
+ Amortização	393	384	2,34
<b>= LAJIDA</b>	<b>889</b>	<b>1.613</b>	<b>(44,89)</b>

LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Contábeis observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

A redução do LAJIDA em 2012, em comparação ao mesmo período de 2011, deve-se, principalmente, ao aumento de 24,89% nos Custos e Despesas Operacionais, excluídos os efeitos da despesa com amortização, em comparação ao aumento de 11,68% na Receita Operacional Líquida. Consequentemente, a margem do LAJIDA reduziu de 18,95% em 2011 para 9,35% em 2012.

## Liquidez e Recursos de Capital

Nosso negócio é de capital intensivo. Historicamente, temos necessidade de capital para financiamento da expansão e modernização das instalações de subtransmissão e distribuição existentes.

### Caixa e Equivalentes de Caixa

O Caixa e Equivalentes de Caixa em 31 de dezembro de 2012 totalizaram R\$190 milhões, em comparação com R\$527 milhões em 31 de dezembro de 2011. Em 31 de dezembro de 2012, nem o nosso caixa, nem nossos equivalentes a caixa foram mantidos em outras moedas que não o Real. As razões para este aumento estão apresentadas a seguir:

### Fluxo de Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais em 2012 e 2011 totalizou R\$592 milhões e R\$1.269 milhões, respectivamente. A redução do caixa gerado pelas atividades operacionais em 2012, em comparação com 2011, decorre, principalmente, da redução do resultado do exercício, que passou de um lucro de R\$720 milhões em 2011 para R\$191 milhões em 2012.

### Fluxo de Caixa Consumido nas Atividades de Investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento em 2012 e 2011 totalizou, respectivamente, R\$1.453 milhões e R\$1.170 milhões. O aumento nos valores consumidos nas atividades de investimento em 2012, em comparação com o exercício anterior, decorre, basicamente, da maior alocação de recursos em Fundos Vinculados, para liquidação de faturas de energia comprada (R\$129 milhões alocados em 2012, contra R\$11 milhões resgatados em 2011), e do maior volume de recursos aplicados em Títulos e Valores Mobiliários (R\$96 milhões em 2012 comparado a R\$5 milhões).

### Fluxo de Caixa (Consumido nas) Gerado pelas Atividades de Financiamento

O fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento durante 2012 totalizou R\$524 milhões, decorrente da captação de R\$1.470 milhões de empréstimos e financiamentos, parcialmente, compensados pela amortização de R\$572 milhões de empréstimos e financiamentos e o pagamento de R\$374 milhões em dividendos e juros sobre o capital próprio.

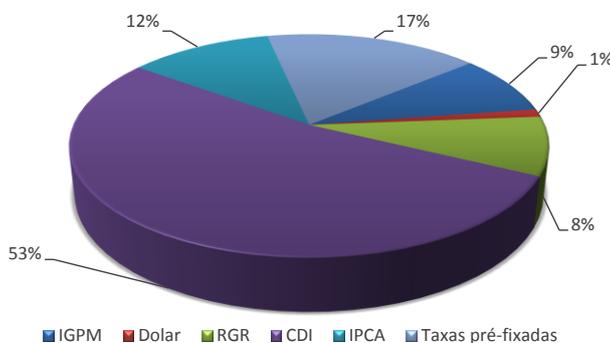
O fluxo de caixa consumido pelas atividades de financiamento durante 2011 representou uma redução de R\$65 milhões, e foi composto pela amortização de R\$309 milhões de empréstimos e financiamentos e o pagamento de R\$382 milhões em dividendos e juros sobre o capital próprio, compensado, parcialmente, pela captação de recursos no montante de R\$626 milhões.

## Política de Captação de Recursos e Gestão da Dívida

A Companhia mantém o seu compromisso de assegurar sua qualidade de crédito em níveis satisfatórios que denotem “grau de investimento”, ou seja, baixo risco de crédito, para se beneficiar de custos financeiros compatíveis com a rentabilidade do negócio.

A Cemig Distribuição recorreu ao mercado de capitais ao final de 2012, emitindo R\$600 milhões em Notas Promissórias para recomposição de caixa em função de investimentos e pagamentos de dívidas realizadas ao longo do ano e em julho de 2012 emitindo R\$640 milhões em Notas Promissórias para investimentos, pagamento de dívidas e reforço de capital de giro. Ao longo do ano, foram captados outros R\$200 milhões em empréstimos para rolagem de dívida e R\$34 milhões em financiamentos da Eletrobrás para os Programas Reluz, Cresce Minas e Luz para Todos. Além disso, a empresa contou com R\$175 milhões em recursos a fundo perdido no âmbito do Programa Luz para Todos (recursos da CDE e do Estado de Minas Gerais) e de subvenção econômica relacionada com a política tarifária aplicável a consumidores de baixa renda com os recursos da CODEMIG para o Centro Administrativo. Dessa forma, e considerando a amortização de cerca de R\$572 milhões ao longo de 2012, a dívida da Cemig D ao termino do ano era de R\$4.610 milhões, comparada a R\$3.511 milhões ao final de 2011.

### Principais indexadores da dívida em 31 de dezembro de 2012

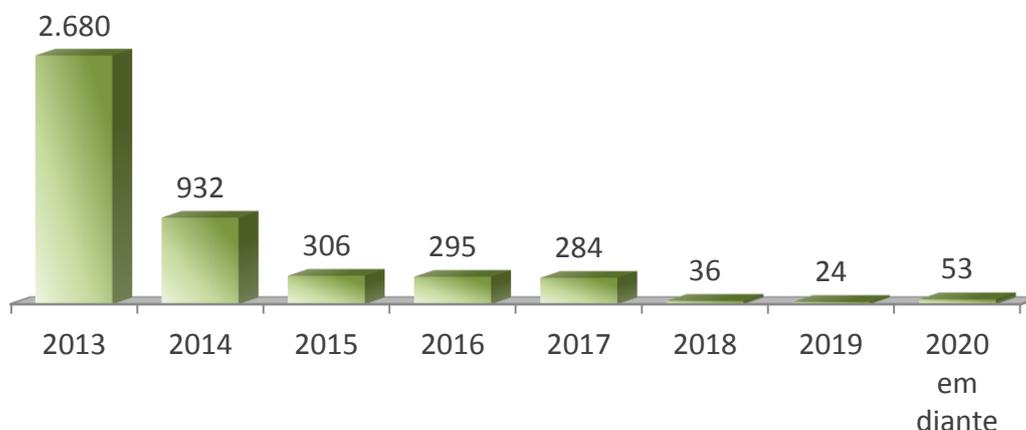


A composição da dívida da Cemig Distribuição é reflexo das fontes de recursos à disposição da empresa (crédito bancário utilizado para rolagem de dívida e emissões de debêntures e notas promissórias, em que uma demanda expressiva tem sido alocada em papéis referenciados à taxa de juros local), bem como de sua intenção de evitar a exposição da dívida à moeda estrangeira (atualmente em 1,3%). A expressiva concentração da dívida no CDI (53%) reduzirá o custo da dívida num cenário de baixas taxas de juros no longo prazo. O custo médio da dívida da Cemig é de 5,96%a.a., a preços constantes.

A Administração tem promovido a gestão da sua dívida com foco no alongamento do prazo, na limitação do endividamento aos níveis preconizados pelo Estatuto, na redução do custo financeiro e na preservação da capacidade de pagamento da Companhia, sem pressões no fluxo de caixa que possam sugerir risco de refinanciamento.

O endividamento da Companhia, em 31 de dezembro de 2012, tem um prazo médio de 2 anos, embora haja uma concentração de dívida vencendo em 2013, conforme gráfico a seguir, a Companhia emitiu debêntures em 2013 que permitiram o alongamento do perfil da dívida. Mais detalhes na Nota Explicativa nº 29 das Demonstrações Contábeis.

**Cronograma de Amortizações da Dívida  
Posicionamento em Dezembro/2012 (R\$ milhões)**



Os ratings da Cemig Distribuição refletem uma percepção de rentabilidade saudável e forte geração de caixa, assegurando sólidos indicadores de crédito e perfil de liquidez adequado, conforme avaliam as principais agências de rating.

## INVESTIMENTOS

### Plano de Desenvolvimento da Distribuição (PDD)

Durante o processo de Revisão Tarifária do ciclo 2008/2012, a Diretoria de Distribuição e Comercialização (DDC) apresentou um Plano de Desenvolvimento da Distribuição (PDD) para a ANEEL, referente ao período tarifário em vigência, onde estão indicados os montantes a serem investidos pela Cemig Distribuição para o período 2008/2012.

No quinquênio 2008/2012, a Cemig Distribuição realizou investimentos na ordem de mais de R\$3,6 bilhões no PDD, compreendendo a expansão e reforço do sistema de distribuição, renovação dos ativos existentes, melhoria da qualidade, manutenção e atendimento aos atuais e aos novos clientes. Deste total, R\$1,2 bilhão foi investido no exercício de 2012.

É importante ressaltar que no período 2008/2012 foram ligados mais de 1 milhão de novos clientes na área urbana e rural, sendo que, somente em 2012 foram mais de 260 mil novas ligações.

## PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO

O Conselho de Administração irá propor à Assembleia Geral Ordinária (AGO) a realizar-se até 30 de abril de 2013 que, ao resultado do exercício, no montante de R\$191 milhões, seja dada a seguinte destinação:

- R\$141 milhões para pagamento de Juros sobre o Capital Próprio;
- R\$9 milhões para a constituição de Reserva Legal;
- R\$41 milhões serão retidos no Patrimônio Líquido para utilização no Programa de Investimentos.

## GOVERNANÇA CORPORATIVA

Nosso Conselho de Administração é composto de 14 membros efetivos e igual número de suplentes, indicados pelos acionistas. O Estatuto Social contempla mandato unificado de três anos, podendo os conselheiros serem reeleitos ao término do mandato. Em 2012, foram realizadas 26 reuniões para deliberação sobre diversos assuntos, desde planejamento estratégico até projetos de investimentos.

Contamos ainda com seis Comitês de Apoio ao Conselho de Administração, cuja finalidade é assegurar objetividade, consistência e qualidade do processo decisório, analisando com profundidade as matérias de sua especialidade e emitindo sugestões de decisões ou ações e pareceres ao Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal é permanente e constituído de 5 membros, indicados pelos acionistas, com mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos ao término do mandato. O Conselho Fiscal, tal como constituído, atende aos requisitos de isenção da constituição de um comitê de auditoria em conformidade ao *Securities Act* e Lei Sarbanes-Oxley. Em 2012 foram realizadas 10 reuniões do Conselho Fiscal.

## RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Adotamos um sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de cinco anos. Em atendimento à Instrução CVM nº 308/99, procedemos, em 2012, a troca dos nossos auditores. No exercício de 2011 nossos auditores foram a KPMG Auditores independentes que permaneceram até o final da auditoria das Informações Contábeis Intermediárias de 31 de março de 2012, arquivadas na CVM em 14 de maio de 2012. A partir das informações Contábeis Intermediárias de junho de 2012, nossos auditores passaram a ser a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes que são responsáveis pela auditoria de nossas Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2012.

Os serviços prestados pelos auditores independentes da Cemig D foram como segue:

Serviços	2012 (R\$ mil)	% em relação à auditoria	2011 (R\$ mil)	% em relação à auditoria
Serviços de Auditoria:				
Auditoria de Demonstrações Contábeis	213	85,20	212	34,58
Avaliação de controles internos - SOX	30	12,00	87	14,19
Auditoria de ativos e passivos regulatórios	7	2,80	302	49,27
Auditoria de Projetos de P&D	-	-	12	1,96
	250	100,00	613	100,00
Serviços Adicionais:				
Revisão de DIPJ e das provisões trimestrais de IR e CSSL	2	0,80	41	6,69
Tradução de relatórios	-	-	3	0,49
Relatório Técnico Financeiro Estado/BID – Projeto PRONOROESTE	-	-	16	2,61
	2	0,80	60	9,79
<b>Total Geral</b>	<b>252</b>	<b>100,80</b>	<b>673</b>	<b>109,79</b>

Os serviços adicionais não configuram, na avaliação da Administração, em perda da independência dos Auditores Independentes e não constam dos impedimentos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e no Art. 23 da Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999.

## GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Cemig, controladora da Cemig Distribuição, obteve, sem ressalvas, a Certificação dos Controles Internos dos Relatórios Financeiros Consolidados, relativa ao exercício social de 2011, conforme parecer datado de 26/04/2012, da KPMG Auditores Independentes, que integra o Relatório Anual segundo o Formulário 20-F arquivado na *Securities and Exchange Commission* (SEC) em 27 de abril de 2012, repetindo os resultados obtidos desde o exercício de 2006.

Anualmente, a Administração da Cemig, a partir de uma análise e revisão do mapeamento de riscos nos processos, documenta e testa a efetividade dos controles nos níveis dos processos de negócios e de entidade, inclusive os controles suportados pela tecnologia da informação, conforme as normas da *Securities and Exchange Commission* (SEC) e com base nos critérios do *Public Company Accounting Oversight Board* (PCAOB), do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO) e do *Control Objectives for Information and Related Technology* (Cobit).

## GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO

O investimento constante em inovação, tecnologia e eficiência, aliados ao pioneirismo é historicamente na Cemig um determinante para seu atual posicionamento no mercado.

Para alavancar sua missão, a Cemig utiliza como uma de suas ferramentas a Gestão Estratégica em Tecnologia que possui dois direcionadores; a coordenação do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e o investimento em seu desenvolvimento tecnológico, incluindo aqui a consolidação de parcerias bem sucedidas.

No ano de 2012 a Companhia registrou despesas com Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética de 97 milhões.

Destacaram-se em 2012 as seguintes pesquisas e projetos:

***Projeto de Revitalização e Repotenciação de Transformadores de Potência e desenvolvimento de Transformadores de Correntes a óleo vegetal*** - Em parceria com a ABB, a Cemig iniciou a nova etapa do projeto, com utilização do óleo vegetal em substituição ao óleo mineral. A principal vantagem do óleo vegetal é porque tende a se dissolver mais rapidamente, reduzindo significativamente os riscos de um acidente ambiental em caso de vazamento, além de aumentar a vida útil de um transformador padrão em cinco vezes.

***Projeto de pesquisa e desenvolvimento da arquitetura de Redes Inteligentes da América Latina – Cidades do Futuro – Smart Grid*** - Por meio de uma parceria da Cemig com a Fundação Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD) e a Fundação para Inovações Tecnológicas (FITec) este projeto servirá de subsídio para análise da viabilidade de aplicação em toda a área de concessão da Cemig. A cidade de Sete Lagoas foi escolhida para receber o projeto piloto. Suas avaliações subsidiarão o desenvolvimento de modelos de *smart grid* que darão suporte a decisões estratégicas de implantações em larga escala nos próximos anos.

## RESPONSABILIDADE SOCIAL

Crescer envolvendo todos os seus públicos de relacionamento é a estratégia de responsabilidade social da Cemig que está presente em mais de 774 cidades e 22 Estados do Brasil, e leva energia de qualidade a milhões de brasileiros.

Em todas as interações da Empresa há o cuidado de se respeitar e ouvir aqueles que são afetados por alguma atividade ou têm contato direto com a Cemig. Em novos empreendimentos ou naqueles que a Cemig administra o contato com as comunidades ocorre ao longo de todo o ano, por meio de projetos de educação, incentivo ao artesanato e atividades locais, alerta para chuvas, visitas periódicas, treinamentos, com o intuito de prestar assistência e acompanhar o desenvolvimento local.

Alguns projetos de destaque no ano de 2012 para a Cemig Distribuição são:

### Tarifa Social

Cerca de 760 mil famílias já realizaram o cadastro para obter o benefício nas contas da Cemig Distribuição, e a Companhia estima que aproximadamente 1,3 milhão de residências podem ser contempladas. Para receber o desconto, o cliente deve possuir renda per capita de até meio salário mínimo, estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e ter o Número de Identificação Social (NIS) ou possuir Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC).

### Programa A16%

Promovido há dez anos pela Associação Inter gerencial da Cemig (AIC) e o Projeto Ações Sociais Integradas (ASIN), o programa incentiva empregados e aposentados a repassarem 6% de seu imposto de renda devido aos Fundos da Infância e da Adolescência (FIA).

Os recursos foram repassados a diversos projetos que trabalham com ações de proteção e defesa dos direitos de crianças e jovens em situação de risco ou vulnerabilidade social. São iniciativas que visam o resgate da cultura, projetos ligados ao esporte ou à proteção contra a violência, de combate ao trabalho infantil, profissionalização dos adolescentes e de orientação, apoio familiar e medidas socioeducativas.

A campanha 2012/2013 do Programa teve a participação de 2.460 empregados da Cemig, realizando destinações de recursos que resultaram no montante de R\$1,55 milhão de reais, que serão distribuídos entre 197 Instituições Sociais cadastradas em 104 cidades.

### Programa Energia Inteligente

O programa Energia Inteligente traduz a preocupação da Cemig em atender os clientes com qualidade e orientá-los sobre o uso correto e racional da energia elétrica.

### Projeto Conviver Rural

O projeto foi agraciado com o Prêmio Internacional Sócio-Ambiental Chico Mendes, pelo trabalho de eficiência energética que vem desenvolvendo junto a pequenos agricultores do Norte de Minas, no município de Jaíba.

### **Valor Adicionado**

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) evidencia a representatividade da Companhia para a sociedade, a sua geração de riqueza, com R\$6.455 milhões de valor adicionado em 2012 em comparação a R\$7.019 milhões em 2011.

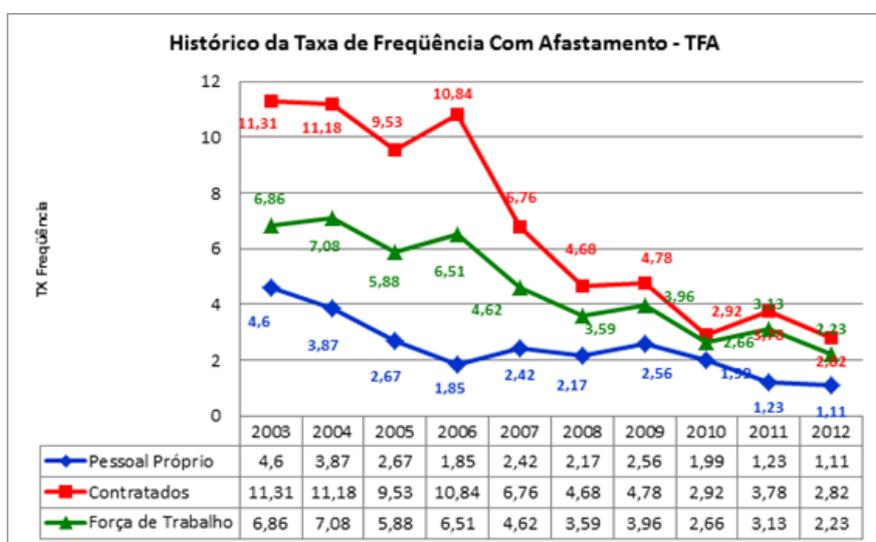


## Recursos Humanos

A Cemig Distribuição considera o seu capital humano fundamental para a realização do seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental e, com esse foco, adota as melhores práticas do mercado de trabalho na gestão de pessoas.

### Segurança do Trabalho, Saúde e Bem-estar

Nos últimos 10 anos, a Taxa de Frequência de Acidentes com Afastamento (TFA) da força de trabalho vem refletindo o resultado positivo das ações preventivas de Saúde, Segurança Ocupacional e Bem-estar (SSO&BE). O indicador mostra tendência de redução contínua, sinalizando aderência à meta de Acidente Zero definida pela alta direção.



### Atração e Retenção de Talentos

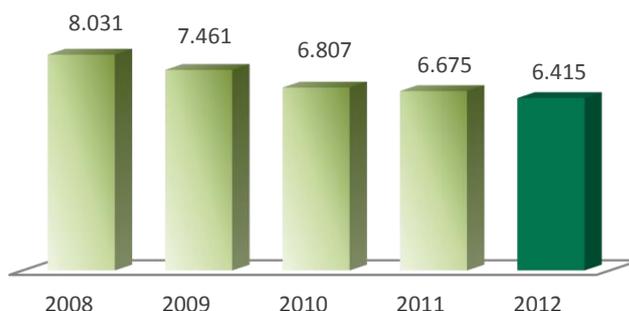
Como resultado dos estudos relativos a planejamento de pessoal e mantendo o alinhamento de sua política de pessoal à estratégia corporativa, foram publicados concursos públicos para o preenchimento de 555 cargos dos planos técnico-administrativo-operacional e do universitário, visando a recomposição do quadro de pessoal.

### UniverCemig

A universidade corporativa da Cemig (UniverCemig) foi criada em dezembro de 2008, com o objetivo de prover ações educacionais de desenvolvimento de toda a sua cadeia de valor.

Além da inovação tecnológica, a UniverCemig manteve sua forte atuação na qualificação dos empregados próprios e contratados. Grandes programas corporativos foram aplicados ao decorrer do ano. Apoiada na técnica do Desenho Instrucional, nas parcerias de sucesso e na disseminação da cultura de segurança, a UniverCemig prepara-se para um novo desafio: estabelecer em 2013 uma cultura de autodesenvolvimento dos empregados mediada por tecnologia.

### Número de Empregados



### Cultura e Sociedade

Em 2012, os patrocínios permaneceram alinhados à estratégia da Política de Patrocínios da Companhia, atuando em sinergia com as políticas públicas vigentes para melhoria do cenário cultural do Estado. Os dois programas da Empresa – o Cemig Cultural e o Filme em Minas apoiaram 162 projetos em 24 municípios, atendendo a meta de regionalização da produção da Secretaria de Estado da Cultura. O total investido em Cultura, entre patrocínios incentivados por leis federais e através de doações de recurso próprio, foi de R\$4,7 milhões.

O Programa Filme em Minas 2011/2012 contemplou 32 projetos com investimento de R\$2,9 milhões.

No Esporte, a continuidade dos patrocínios aos projetos dos 3 anos anteriores, renderam prêmios nacionais e novamente o Prêmio Empresa Amiga do Esporte do Ministério dos Esportes.

A parceria com o Serviço Voluntário de Assistência Social (Servas) foi mantida, patrocinando os projetos Vita Vida e Valores de Minas. O primeiro voltado para o combate à fome, fornecendo refeições balanceadas a 3.200 crianças/mês e o outro para o fortalecimento da autoestima e crescimento pessoal de milhares de estudantes da rede estadual, por meio de atividades ligadas à Cultura.

## Meio Ambiente

A Cemig historicamente possui como direcionador o cuidado ambiental em suas atividades e negócios, contribuindo para a preservação, conservação e melhoria do meio ambiente de forma sustentável.

Esta orientação é fundamentada principalmente em documentos corporativos como a sua Política Ambiental, a Política de Biodiversidade e as 10 Iniciativas para o Clima, publicados em 1990, 2010 e 2011, respectivamente.

Esses princípios são traduzidos em ações que têm a intenção de conscientizar empregados, parceiros e demais públicos sobre os principais desafios ambientais da Cemig e do mundo.

Em 2012, o valor total aplicado pela Cemig Distribuição em meio ambiente foi de R\$27,7 milhões. Destes, R\$25,4 milhões foram investidos em gestão ambiental e gerenciamento de resíduos, sendo que R\$429 mil foram aplicados em projetos de pesquisa relacionados a meio ambiente e R\$2,3 milhões, foram aplicados em novos empreendimentos.

### Reconhecimento em sustentabilidade corporativa

A Cemig, controladora da Cemig Distribuição, se manteve como a única empresa do setor elétrico genuinamente da América Latina a fazer parte do DJSI World – Índice Dow Jones de Sustentabilidade desde sua criação ao ser selecionada pelo 13º ano consecutivo para compor a seleta lista de empresas deste índice referência mundial.

A Cemig foi selecionada, pelo 8º ano consecutivo para integrar a carteira do Índice de Sustentabilidade da Bovespa (ISE/BM&FBovespa), evidenciando ao mercado financeiro seu atendimento ao compromisso de implantar as melhores práticas em termos de sustentabilidade. A Cemig está no ISE desde sua criação, em 2005. Esse índice reflete o retorno de uma carteira composta por ações de empresas com reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade no meio empresarial brasileiro.

Segundo a Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA), o Relatório Anual e de Sustentabilidade da Cemig foi reconhecido como o terceiro melhor do país e o melhor em seu setor de atuação.

Em 2012, a Cemig foi selecionada pela terceira vez consecutiva para compor o Índice Carbono Eficiente (ICO2). Desenvolvido pela BM&FBovespa e o pelo BNDES, o ICO2 é composto pelas ações das companhias participantes do índice IBrX-50 que aderirem à iniciativa, levando em consideração, na ponderação das ações participantes, as emissões de Gases de Efeito Estufa das empresas. Com uma matriz energética predominantemente renovável, a participação da Cemig nesse Índice reflete o compromisso da empresa em relação às mudanças climáticas.

Este ano a Cemig foi selecionada pelo Carbon Disclosure Project (CDP) como uma das dez empresas brasileiras de melhor performance na tomada de medidas efetivas para mitigar as mudanças climáticas.

### Licenciamento ambiental

O licenciamento ambiental contribui para a efetiva regularidade dos empreendimentos da Companhia, sendo conduzido de forma a assegurar a análise adequada de todos os estudos e relatórios desenvolvidos e o atendimento aos órgãos ambientais competentes e a legislação aplicável.

Nos empreendimentos dispensados de licenciamento ambiental são aplicados os requisitos mínimos de adequação ambiental da Cemig, que garantem a identificação, o controle e monitoramento dos impactos. Já os empreendimentos que iniciaram a operação antes de 1986 estão em processo de licenciamento corretivo. Todas as setes malhas que representam todas as linhas de distribuição e subestações de energia da Cemig já concluíram o processo de licenciamento corretivo.

O Sistema Elétrico da Companhia é composto por 7 (sete) malhas que englobam todas as linhas de distribuição e subestações de energia, sendo elas: Malhas Centro, Leste, Mantiqueira, Norte, Oeste, Sul e Triângulo.

No ano de 2012, a Cemig Distribuição obteve junto ao Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SISEMA), o Licenciamento de Operação Corretivo (LOC) da Malha Norte, constituída por 90 Linhas de Distribuição e 62 Subestações de energia.

### Gestão de Resíduos

Os materiais retirados de operação como transformadores, isoladores, sucatas, cabos e fios são enviados para ao Centro de Distribuição de Materiais, área certificada com Sistema de Gestão Ambiental Cemig – SGA Nível 1.

Em 2012 foram destinados 25,7 mil toneladas de resíduos, sendo que 25,3 mil toneladas foram alienados ou reciclados, 295 toneladas foram coprocessados ou incinerados e seis toneladas foram dispostas em aterro industrial.

Foram encaminhadas para reciclagem 43 toneladas de lâmpadas fluorescentes queimadas e cinco toneladas de lâmpadas fluorescentes quebradas, provenientes de toda a área de concessão da Companhia.

Além disso, foram coprocessadas 203 toneladas de resíduos impregnados com óleo e 17 toneladas de EPIs. Foram destinados para incineração 66 toneladas de pequenos equipamentos contaminados com PCB (ascarel).

Em relação a 2011, verifica-se um aumento na destinação de resíduos, devido principalmente aos postes, cabos e fios, sucatas metálicas, sucatas de isoladores e de resíduos sólidos impregnados com óleo, provenientes das obras de modernização do setor elétrico e continuidade dos investimentos no Plano de Desenvolvimento da Distribuidora – PDD.

### Manejo de vegetação

A Cemig Distribuição adota alternativas tecnológicas em redes de distribuição (redes protegidas e isoladas) para aprimorar a convivência entre as árvores urbanas e as redes de distribuição aérea. Nesse sentido a Companhia adotou desde março de 1999 a Rede de Distribuição Protegida (RDP) como seu padrão mínimo de atendimento urbano em substituição definitiva às redes convencionais nuas, tornando-se a primeira Concessionária do Brasil a adotar a RDP como padrão mínimo.

Lançado em março de 2009, o Programa Especial de Manejo Integrado de Árvores e Redes – Premiar tem como objetivo desenvolver e implementar políticas voltadas para o manejo integrado da arborização urbana junto a sistemas elétricos, com foco na implementação de projetos sustentáveis de melhoria operacional.

Com um investimento de mais de R\$5 milhões na substituição de redes, até 2012 foram realizadas 532.499 vistorias, substituídas 6.467 em risco de queda e plantadas 6548 mudas em Belo Horizonte e Contagem. Para adequar a arborização junto às redes elétricas foram realizadas em 2012, 20 obras de adequação de redes nuas por isoladas ou protegidas para permitir o convívio harmônico entre os dois equipamentos públicos. Com a implantação do Premiar em Belo Horizonte, associado às ações de manutenção preventiva e corretiva no sistema elétrico das áreas gestoras e executoras, foi possível perceber uma redução de 34% nos desligamentos causados por árvores em Belo Horizonte.

O Programa concorreu ao prêmio Fundação COGE e foi eleito como o Projeto Inovador do Ano de 2012, da Revista Mundo PM, maior publicação do segmento de gerenciamento de projetos no Brasil.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Administração da Cemig Distribuição é grata ao Governo do Estado de Minas, nosso acionista majoritário, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, às comunidades servidas pela Companhia, aos acionistas e demais investidores e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

## BALANÇO SOCIAL DA CEMIG DISTRIBUIÇÃO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

1) Base de Cálculo	2012			2011		
	Valor (Mil Reais)			Valor (Mil Reais)		
Receita Líquida (RL)	9.503.792			8.510.128		
Resultado Operacional (RO)	496.677			1.229.586		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	733.161			687.461		
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (Mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre RL	Valor (Mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre RL
Alimentação	56.469	7,70	0,59	53.901	7,84	0,63
Encargos sociais compulsórios	190.763	26,02	2,01	194.513	28,29	2,29
Previdência privada	49.011	6,68	0,52	46.446	6,76	0,55
Saúde	32.994	4,50	0,35	33.674	4,90	0,40
Segurança e medicina no trabalho	8.325	1,14	0,09	8.577	1,25	0,10
Educação	1.307	0,18	0,01	1.620	0,24	0,02
Cultura	76	0,01	-	88	0,01	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	13.363	1,82	0,14	13.957	2,03	0,16
Creches ou auxílio-creche	1.471	0,20	0,02	1.324	0,19	0,02
Participação nos lucros ou resultados	164.186	22,39	1,73	148.298	21,57	1,74
Outros	12.642	1,70	0,13	11.345	1,65	0,13
<b>Total - Indicadores Sociais Internos</b>	<b>530.607</b>	<b>72,35</b>	<b>5,59</b>	<b>513.743</b>	<b>74,73</b>	<b>6,04</b>
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL
Educação	-	-	-	1.024	0,08	0,01
Cultura	7.519	1,51	0,08	4.459	0,36	0,05
Outros Doações/Subvenções/Projetos Sociais/ Esporte	65.094	13,11	0,68	79.000	6,42	0,93
<b>Total das Contribuições para a Sociedade</b>	<b>72.613</b>	<b>14,62</b>	<b>0,76</b>	<b>84.483</b>	<b>6,86</b>	<b>0,99</b>
Tributos (excluídos encargos sociais)	4.556.681	917,43	47,95	4.691.649	381,56	55,13
<b>Total - Indicadores Sociais Externos</b>	<b>4.629.294</b>	<b>932,05</b>	<b>48,71</b>	<b>4.776.132</b>	<b>388,42</b>	<b>56,12</b>
4) Indicadores Ambientais	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL
Relacionados com a operação da empresa	27.705	5,58	0,29	24.300	1,98	0,29
Em Programas e/ou projetos externos	-	-	-	-	-	-
<b>Total dos Investimentos em Meio Ambiente</b>	<b>27.705</b>	<b>5,58</b>	<b>0,29</b>	<b>24.300</b>	<b>1,98</b>	<b>0,29</b>
5) Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados (as) ao final do período			6.415			6.675
Nº de admissões durante o período			1			1
Nº de empregados (as) terceirizados (as)			ND			ND
Nº de estagiários (as)			299			241
Escolaridade dos empregados						
- Superior e extensão universitária			2.034			2.022
- 2º Grau			3.956			4.185
- 1º Grau			359			394
- Até 1º Grau incompleto			66			74
Nº de empregados (as) acima de 45 anos			2.905			2.861
Nº de mulheres que trabalham na Companhia			762			798
% de cargos de chefia ocupados por mulheres			8,11%			9,73%
Nº de negros (as) que trabalham na Companhia			2.059			2.151
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)			16,22%			15,04%
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais			32			36
6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2012			Metas 2013		
Relação entre maior e a menor remuneração na Companhia	17,40			ND		
Número total de acidentes de trabalho	40			ND		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos:	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos empregados	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos:	(X) direção e gerências	( ) todos empregados	( ) Todos + CIPA	(X) direção e gerências	( ) todos (as) empregados	( ) Todos + CIPA
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos empregados	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos empregados
A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos empregados	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são Sugeridos	(X) são Exigidos	( ) não serão considerados	( ) serão Sugeridos	(X) serão Exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	( ) apoia	(X) organiza e incentiva	( ) não se envolverá	( ) apoiará	(X) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na Companhia __ ND __	no Procon __ ND __	na Justiça __ ND __	na Companhia __ ND __	no Procon __ ND __	na Justiça __ ND __
% de reclamações e críticas solucionadas:	na Companhia __ ND __%	no Procon __ ND __%	na Justiça __ ND __%	na Companhia __ ND __%	no Procon __ ND __%	na Justiça __ ND __%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$)	Em 2012: 6.455.034			Em 2011: 7.018.584		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA)	70,59% governo 2,19% acionistas 16,19% colaboradores	10,25% terceiros 0,78% retido		66,85% governo 2,03% acionistas 13,90% colaboradores	8,99% terceiros 3,98% retido	
7) Outras Informações						

I. Os resíduos gerados são quantificados e controlados de acordo com procedimentos corporativos de manuseio, transporte, armazenagem e destinação final. Esses procedimentos tendem a evoluir para a determinação de metas anuais de redução de resíduos.

II. Merece destaque a reciclagem de lâmpadas fluorescentes provenientes da área de concessão da Companhia, totalizando no ano de 2012, 43 toneladas. Além disso, foram regenerados e reutilizados, também em 2012, aproximadamente 203 toneladas de óleo mineral isolante retiradas dos equipamentos elétricos.

III. A quantificação do consumo de energia elétrica e combustível é realizada anualmente e não possui metas de redução.

IV. Foram alienados ou reciclados 14.200 toneladas de material e equipamentos. Dentre os materiais estão isoladores de porcelana, sucatas metálicas de medidores, reatores, cabos, fios e baterias.

\* Foram contabilizados na linha "Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa".

## A CEMIG DISTRIBUIÇÃO EM NÚMEROS

Descrições	2012	2011
<b>Atendimento</b>		
Número de consumidores (em milhares)	7.535	7.336
Número de empregados	6.415	6.675
Número de consumidores por empregado	1.175	1.099
Número de localidades atendidas	5.415	5.415
Número de municípios atendidos	774	774
<b>Mercado</b>		
Área de concessão (Km <sup>2</sup> )	567.478	567.478
Consumo residencial médio (KWh/ano)	1.470	1.458
Tarifas médias de fornecimento – incluindo ICMS (R\$/MWh)		
Residencial	551,28	503,41
Comercial	455,75	432,31
Industrial	372,82	348,34
Rural	273,56	267,25
DEC (horas)	14,74	14,32
FEC (número de interrupções)	7,04	7,90
Privação de fornecimento por consumidor – minutos/mês	74	72
<b>Operacionais</b>		
Número de Subestações	391	370
Linhas de Subtransmissão (Km)	17.594	17.367
Linhas de Distribuição (Km)		
Urbana	108.400	104.482
Rural	384.750	363.197
<b>Financeiros</b>		
Receita operacional líquida - R\$milhões	9.504	8.510
Margem operacional - %	5,23	14,45
LAJIDA ou EBITDA - R\$milhões	889	1.613
Resultado do Exercício - R\$milhões	191	720
Resultado do Exercício por lote de 1000 ações R\$	84,60	318,29
Patrimônio líquido - R\$milhões	2.463	2.656
Valor patrimonial por lote de mil ações	1.089	1.174
Rentabilidade do patrimônio líquido - %	7,20	30,29
Endividamento do patrimônio líquido - %	372,60	293,68
Liquidez Corrente	0,45	1,13
Liquidez Geral	1,07	0,99

## COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz	Franklin Moreira Gonçalves
Djalma Bastos de Morais	Lauro Sérgio Vasconcelos David
Dorothea Fonseca Furquim Werneck	Paulo Sérgio Machado Ribeiro
Eduardo Borges de Andrade	Tarcísio Augusto Carneiro
Francelino Pereira dos Santos	Leonardo Maurício Colombini Lima
Fuad Jorge Noman Filho	Luiz Augusto de Barros
Guy Maria Villela Paschoal	Christiano Miguel Moysés
João Camilo Penna	Guilherme Horta Gonçalves Júnior
Joaquim Francisco de Castro Neto	Adriano Magalhães Chaves
Otávio Marques de Azevedo	Bruno Magalhães Menicucci
Paulo Roberto Reckziegel Guedes	Marina Rosenthal Rocha
Ricardo Coutinho de Sena	Newton Brandão Ferraz Ramos
Saulo Alves Pereira Junior	José Augusto Gomes Campos
Wando Pereira Borges	Marco Antonio Rodrigues da Cunha

CONSELHO FISCAL	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond	Marcus Eolo de Lamounier Bicalho
Helton da Silva Soares	-
Luiz Guaritá Neto	Ari Barcelos da Silva
Thales de Souza Ramos Filho	Aliomar Silva Lima
Vicente de Paulo Barros Pegoraro	Newton de Moura

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA	
NOME	CARGO
Djalma Bastos de Morais	Diretor Presidente
Arlindo Porto Neto	Diretor Vice-Presidente
Fernando Henrique Schüffner Neto	Diretor de Desenvolvimento de Negócios
Frederico Pacheco de Medeiros	Diretor de Gestão Empresarial
José Carlos de Mattos	Diretor de Gás
Ricardo José Charbel	Diretor de Distribuição e Comercialização
José Raimundo Dias Fonseca	Diretor Comercial
Luiz Fernando Rolla	Diretor de Finanças e Relações com Investidores.
Luiz Henrique de Castro Carvalho	Diretor
Luiz Henrique Michalick	Diretor de Relações Institucionais e Comunicação
Maria Celeste Morais Guimarães	Diretora Jurídica

### RELAÇÕES COM INVESTIDORES

#### Superintendência de Relações com Investidores

Telefones: (31) 3506-5024 – 3506-5028

Fax: (31) 3506-5025 – 3506-5026

#### Endereço eletrônico

Site: [www.cemig.com.br](http://www.cemig.com.br)

E-mail: [ri@cemig.com.br](mailto:ri@cemig.com.br)

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 E 1º DE JANEIRO DE 2011

### ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	2012	2011 Reclassificado	01/01/2011 Reclassificado
<b>CIRCULANTE</b>				
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	190.233	527.296	503.409
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	6	78.626	5.000	-
Consumidores e Revendedores	7	1.357.518	1.602.291	1.496.609
Concessionários – Transporte de Energia	7	299.718	247.049	273.948
Tributos Compensáveis	8	121.387	118.960	228.903
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	9	118.782	81.597	245.258
Fundos Vinculados		132.256	3.279	14.048
Estoques		35.988	26.671	21.318
Contribuição de Iluminação Pública		68.898	62.889	52.258
Subvenção Baixa Renda		46.879	920	50.218
Provisão para Ganhos com Instrumentos Financeiros	24	20.445	-	-
Outros		332.578	257.187	231.892
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>2.803.308</b>	<b>2.933.139</b>	<b>3.117.861</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	6	22.235	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9	771.758	479.261	441.045
Tributos Compensáveis	8	348.959	247.350	98.718
Depósitos Vinculados a Litígios	10	852.313	832.466	641.897
Consumidores e Revendedores	7	220.315	61.822	18.491
Concessionários - Transporte de Energia	7	10.440	11.931	-
Outros Créditos		74.994	70.171	46.120
Ativos Financeiros da Concessão de Distribuição	11	4.757.735	3.118.126	2.387.093
Intangíveis	12	1.778.817	2.703.687	2.652.214
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>8.837.566</b>	<b>7.524.814</b>	<b>6.285.578</b>
<b>ATIVO TOTAL</b>		<b>11.640.874</b>	<b>10.457.953</b>	<b>9.403.439</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 E 1º DE JANEIRO DE 2011

### PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	2012	2011 Reclassificado	01/01/2011 Reclassificado
<b>CIRCULANTE</b>				
Empréstimos e Financiamentos	15	2.954.010	603.235	388.825
Debêntures	15	931.647	22.765	21.918
Fornecedores	13	1.116.600	753.131	770.139
Impostos, Taxas e Contribuições	14	364.482	340.956	263.385
Juros sobre capital próprio e Dividendos a Pagar		119.947	109.215	50.842
Salários e Encargos Sociais		160.708	168.454	156.978
Encargos Regulatórios	16	238.048	210.312	304.124
Participações nos Lucros		56.809	59.437	81.641
Obrigações Pós-Emprego	17	37.114	53.687	53.579
Provisão para Perdas com Instrumentos Financeiros	24	-	25.764	69.271
Contribuição de Iluminação Pública		111.489	114.586	93.866
Outras		158.694	143.219	149.960
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>6.249.548</b>	<b>2.604.761</b>	<b>2.404.528</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Empréstimos e Financiamentos	15	723.973	2.032.642	1.831.199
Debêntures	15	-	852.580	805.053
Provisões	18	104.986	103.684	31.749
Obrigações Pós-Emprego	17	1.375.823	1.339.105	1.316.001
Impostos, Taxas e Contribuições	14	579.523	661.326	508.473
Encargos Regulatórios	16	122.021	187.753	109.066
Outras		21.851	19.639	20.471
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>2.928.177</b>	<b>5.196.729</b>	<b>4.622.012</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>9.177.725</b>	<b>7.801.490</b>	<b>7.026.540</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO AO CONTROLADOR</b>				
	19			
Capital Social		2.261.998	2.261.998	2.261.998
Reservas de Lucros		201.151	394.465	114.901
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>2.463.149</b>	<b>2.656.463</b>	<b>2.376.899</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>11.640.874</b>	<b>10.457.953</b>	<b>9.403.439</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	2012	2011 Reclassificado
<b>RECEITA</b>	20	9.503.792	8.510.128
<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>	21		
<b>CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA</b>			
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(4.179.651)	(2.936.029)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(794.333)	(671.651)
		<u>(4.973.984)</u>	<u>(3.607.680)</u>
<b>CUSTOS</b>			
Pessoal e Administradores		(673.319)	(644.169)
Materiais		(42.043)	(46.344)
Serviços de Terceiros		(580.759)	(524.207)
Amortização		(362.104)	(346.458)
Provisões Operacionais		(43.951)	(65.170)
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição		(1.228.483)	(1.175.319)
Outras		(81.238)	(119.388)
		<u>(3.011.897)</u>	<u>(2.921.055)</u>
<b>CUSTO TOTAL</b>		<b>(7.985.881)</b>	<b>(6.528.735)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>1.517.911</b>	<b>1.981.393</b>
<b>DESPESA OPERACIONAL</b>	21		
Despesas com Vendas		(225.063)	(85.872)
Despesas Gerais e Administrativas		(374.680)	(398.385)
Outras Despesas Operacionais		(421.491)	(267.550)
		<u>(1.021.234)</u>	<u>(751.807)</u>
<b>Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e dos Impostos</b>		<b>496.677</b>	<b>1.229.586</b>
Receitas Financeiras	22	289.083	310.349
Despesas Financeiras	22	(573.955)	(526.462)
<b>Resultado Antes dos Impostos</b>		<b>211.805</b>	<b>1.013.473</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	9	(312.937)	(354.647)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9	292.497	61.145
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>		<b>191.365</b>	<b>719.971</b>
Lucro Líquido Básico e Diluído por ação ordinária		0,08460	0,31829

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**

(Em milhares de Reais)

	2012	2011 Reclassificado
RESULTADO DO EXERCÍCIO	191.365	719.971
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	191.365	719.971

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de Reais, exceto dividendos e Juros sobre capital próprio por lote de mil ações)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010</b>	<b>2.261.998</b>	<b>114.901</b>	-	<b>2.376.899</b>
Resultado do Exercício	-	-	719.971	719.971
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	-	-	719.971	719.971
Transações com acionistas registradas diretamente no Patrimônio Líquido				
Juros sobre o capital próprio (R\$0,06 por ação)	-	-	(142.613)	(142.613)
Dividendos intermediários (R\$0,13 por ação)	-	-	(297.794)	(297.794)
Constituição de Reserva Legal	-	35.999	(35.999)	-
Dividendos adicionais propostos (R\$0,11 por ação)	-	243.565	(243.565)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011</b>	<b>2.261.998</b>	<b>394.465</b>	-	<b>2.656.463</b>
Resultado do Exercício	-	-	191.365	191.365
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	-	-	191.365	191.365
Transações com acionistas registradas diretamente no Patrimônio Líquido				
Dividendos declarados em 2011 e aprovados em AGO de 2012 (R\$0,11 por ação)	-	(243.565)	-	(243.565)
Juros sobre o capital próprio (R\$0,06 por ação)	-	-	(141.114)	(141.114)
Constituição de Reserva Legal	-	9.568	(9.568)	-
Retenção de Lucros	-	40.683	(40.683)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012</b>	<b>2.261.998</b>	<b>201.151</b>	-	<b>2.463.149</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**

**(Em milhares de Reais)**

	2012	2011 Reclassificado
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Resultado do Exercício	191.365	719.971
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa		
Obrigações Pós-Emprego	161.563	164.253
Amortização	392.634	383.714
Provisões para Perdas Operacionais	269.014	157.807
Baixas Líquidas de Ativos Financeiros da Concessão e Intangível	120.211	-
Juros e Variações Monetárias	417.571	390.968
Provisões para Perdas com Instrumentos Financeiros	(21.499)	(14.702)
Imposto de Renda e Contribuição Social	20.440	293.502
Outros	899	9.099
	<u>1.552.198</u>	<u>2.104.612</u>
(Aumento) Redução de Ativos		
Consumidores e Revendedores	(138.783)	(234.885)
Concessionários – Transporte de Energia	(51.178)	14.968
Tributos Compensáveis	(104.036)	(38.688)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(37.185)	28.066
Depósitos Vinculados a Litígios	(19.847)	(190.569)
Outros	(161.944)	(5.296)
	<u>(512.973)</u>	<u>(426.404)</u>
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	363.469	(17.008)
Tributos e Contribuição Social	(18.918)	364.810
Salários e Encargos Sociais	(7.746)	11.476
Encargos Regulatórios	(37.996)	(15.125)
Obrigações Pós-Emprego	(141.418)	(141.041)
Provisão para Perdas com Instrumentos Financeiros	(4.265)	(28.805)
Outros	(30.687)	(9.057)
	<u>122.439</u>	<u>165.250</u>
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	1.161.664	1.843.458
Juros Pagos	(216.937)	(243.476)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(352.296)	(330.509)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<u>592.431</u>	<u>1.269.473</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Em Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	(95.861)	(4.968)
Em Fundos Vinculados	(128.977)	-
Em Intangível	(1.228.483)	(1.175.319)
<b>CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<u>(1.453.321)</u>	<u>(1.180.287)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	1.469.811	625.725
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(572.037)	(308.990)
Juros sobre capital próprio e Dividendos	(373.947)	(382.034)
<b>CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<u>523.827</u>	<u>(65.299)</u>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(337.063)</b>	<b>23.887</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		
No início do exercício	527.296	503.409
No fim do exercício	<u>190.233</u>	<u>527.296</u>
	<b>(337.063)</b>	<b>23.887</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de Reais)

	2012	2011 Reclassificado		
<b>RECEITAS</b>				
Venda de Energia e Serviços	13.060.203	11.892.089		
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição	1.228.483	1.175.319		
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(225.063)	(85.872)		
	<u>14.063.623</u>	<u>12.981.536</u>		
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(4.523.182)	(3.201.452)		
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(874.587)	(739.917)		
Serviços de Terceiros	(1.195.305)	(1.264.250)		
Materiais	(647.229)	(507.295)		
Outros Custos Operacionais	(264.735)	(176.673)		
	<u>(7.505.038)</u>	<u>(5.889.587)</u>		
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b><u>6.558.585</u></b>	<b><u>7.091.949</u></b>		
<b>RETENÇÕES</b>				
Amortização	(392.634)	(383.714)		
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO</b>	<b><u>6.165.951</u></b>	<b><u>6.708.235</u></b>		
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>				
Receitas Financeiras	289.083	310.349		
<b>VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>	<b><u>6.455.034</u></b>	<b><u>7.018.584</u></b>		
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>				
		%		%
<b>Empregados</b>	<b>1.045.048</b>	<b>16,19</b>	<b>975.738</b>	<b>13,90</b>
Remuneração Direta	733.050	11,36	676.496	9,64
Benefícios	245.558	3,80	246.499	3,51
FGTS	42.673	0,66	40.556	0,58
Outros	23.767	0,37	12.187	0,17
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>	<b>4.556.681</b>	<b>70,59</b>	<b>4.691.649</b>	<b>66,85</b>
Federais	1.984.285	30,74	2.296.831	32,72
Estaduais	2.570.273	39,82	2.391.748	34,08
Municipais	2.123	0,03	3.070	0,04
<b>Remuneração de Capitais de Terceiros</b>	<b>661.940</b>	<b>10,25</b>	<b>631.226</b>	<b>8,99</b>
Juros	586.767	9,09	565.744	8,06
Aluguéis	75.173	1,16	65.482	0,93
<b>Remuneração de Capital Próprio</b>	<b>191.365</b>	<b>2,96</b>	<b>719.971</b>	<b>10,26</b>
Juros sobre capital próprio	141.114	2,19	142.613	2,03
Dividendos	-	-	297.794	4,24
Lucros Retidos	50.251	0,78	279.564	3,98
	<u>6.455.034</u>	<u>100,00</u>	<u>7.018.584</u>	<u>100,00</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Distribuição S.A. (“Companhia” ou “Cemig Distribuição”), sociedade de capital aberto, CNPJ nº 06.981.180/0001-16, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em Bolsa de Valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG.

A Companhia tem por objeto social: estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar Sistemas de Distribuição e Comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito.

A Cemig Distribuição tem como área de concessão 567.478 Km<sup>2</sup>, aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, atendendo a 7.535.160 consumidores em 31 de dezembro de 2012 (informações não auditadas pelos auditores independentes).

Em 31 de dezembro de 2012, o Passivo Circulante da Companhia excedeu o Ativo Circulante em R\$3.466.240. Esse excesso foi decorrente, principalmente, das transferências para o Passivo Circulante de empréstimos e financiamentos, em função do não atendimento de cláusulas restritivas dos contratos e em função do fluxo de pagamentos dos contratos vigentes, somadas às captações realizadas devido ao aumento do preço médio da energia elétrica comprada para revenda ocasionado pelo maior despacho de usinas térmicas. Com relação às cláusulas restritivas deve ser ressaltado que a Companhia está em processo de obtenção do consentimento dos credores para que não seja exigido o pagamento imediato ou antecipado dos montantes devidos até 31 de dezembro de 2012 e tem a expectativa de obtenção destes consentimentos em 2013, momento no qual a controlada fará a reclassificação dos saldos para o Passivo Não Circulante em 2013.

A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando a adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades, dentre as quais destacamos as renegociações de financiamentos ou novas captações no mercado. A exemplo disso, ressaltamos a 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples realizada em 15 de fevereiro de 2013, no montante de R\$2.160 milhões, com destinação dos recursos para resgate integral das notas promissórias comerciais da 5ª e da 6ª emissão da Companhia.

Adicionalmente, em caso de alteração nos cenários macroeconômicos que implicassem na restrição de crédito para obtenção de financiamentos, os recursos necessários à manutenção das atividades operacionais da Companhia seriam garantidos através de aportes da sua Controladora.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO

### 2.1. Declaração de Conformidade

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das Leis 11.638/07 e 11.941/09; os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”); normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Em 16 de abril de 2013, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão e a reapresentação das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

### 2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos Balanços Patrimoniais:

- os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- os instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- os ativos financeiros mantidos para negociação mensurados pelo valor justo;
- os ativos financeiros da concessão mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalente ao valor justo

### 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

## 2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 7 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa;
- Nota 9 – Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos;
- Nota 10 – Ativos Financeiros da Concessão;
- Nota 11 – Intangíveis;
- Nota 17 – Obrigações Pós-Emprego;
- Nota 18 – Provisões;
- Nota 20 – Fornecimento não Faturado de Energia Elétrica;
- Nota 21 – Amortização e
- Nota 24 – Mensuração de Instrumentos Financeiros e Instrumentos Financeiros Derivativos.

## 2.5. Reclassificações de saldos contábeis de 1º de janeiro de 2011 e 31/12/2011

Alguns saldos das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, originalmente emitidas em 26 de março de 2012, apesar de imateriais, estão sendo reclassificados para fins de comparação com as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Desta forma, a Companhia incorreu em um erro não material e não intencional. Apesar da imaterialidade dos ajustes, individualmente e em conjunto, a Companhia decidiu ajustar os saldos comparativos de 2011 para a apresentação nas Demonstrações Contábeis de 2012 com o objetivo de manter a melhor comparação dos saldos.

A seguir, apresentamos um resumo das Demonstrações Contábeis que tiveram reclassificações imateriais para uma melhor compreensão dos efeitos:

		01/01/2011		
Balço Patrimonial	Nota	Publicado	Reclassificações	Reclassificado
<b>Ativo</b>				
<b>Circulante</b>				
Subvenção Baixa Renda	f	-	50.218	50.218
Outros	f	282.110	(50.218)	231.892
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>3.117.861</b>	<b>-</b>	<b>3.117.861</b>
<b>Não Circulante</b>				
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	a	637.168	(196.123)	441.045
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>6.481.701</b>	<b>(196.123)</b>	<b>6.285.578</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>9.599.562</b>	<b>(196.123)</b>	<b>9.403.439</b>
<b>Passivo</b>				
<b>Não Circulante</b>				
Imposto de Renda e Contribuição Social	a	196.123	(196.123)	-
<b>Total Passivo Não Circulante</b>		<b>4.818.135</b>	<b>(196.123)</b>	<b>4.622.012</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>		<b>9.599.562</b>	<b>(196.123)</b>	<b>9.403.439</b>
		2011		
Balço Patrimonial	Nota	Publicado	Reclassificações	Reclassificado
<b>Ativo</b>				
<b>Circulante</b>				
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	f	-	5.000	5.000
Subvenção Baixa Renda	f	-	920	920
Outros	f	263.107	(5.920)	257.187
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>2.933.139</b>	<b>-</b>	<b>2.933.139</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>				
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	a	755.838	(276.577)	479.261
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>7.801.391</b>	<b>(276.577)</b>	<b>7.524.814</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>10.734.530</b>	<b>(276.577)</b>	<b>10.457.953</b>
<b>Passivo</b>				
<b>Não Circulante</b>				
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	a	276.577	(276.577)	-
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>		<b>5.473.306</b>	<b>(276.577)</b>	<b>5.196.729</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>		<b>10.734.530</b>	<b>(276.577)</b>	<b>10.457.953</b>
		Publicado	Reclassificações	Reclassificado
<b>Demonstração do Fluxo de Caixa</b>				
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>				
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa				
Provisões para Perdas Operacionais	b	44.548	346.420	390.968
Imposto de Renda e Contribuição Social	b	(61.145)	354.647	293.502
<b>Aumento (Redução) de Ativos</b>				
Imposto de Renda e Contribuição Social	a,b	106.136	(78.070)	28.066
<b>Aumento (Redução) de Passivos</b>				
Tributos e Contribuição Social	b	310.878	53.932	364.810
Empréstimos e Financiamentos	b	102.944	(102.944)	-
Juros Pagos	b	-	(243.476)	(243.476)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	b	-	(330.509)	(330.509)
<b>Caixa Líquido Gerado Pelas Atividades Operacionais</b>		<b>1.269.473</b>	<b>-</b>	<b>1.269.473</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento</b>				
Em Ativos Financeiros da Concessão	f	(732.977)	732.977	-
Em Intangível	f	(442.342)	(732.977)	(1.175.319)
<b>Caixa Líquido Consumido Pelas Atividades de Investimento</b>		<b>(1.180.287)</b>	<b>-</b>	<b>(1.180.287)</b>
<b>Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>23.887</b>	<b>-</b>	<b>23.887</b>

Demonstração do Valor Adicionado	Nota	2011		
		Publicado	Reclassificações	Reclassificado
<b>Insumos Adquiridos de Terceiros</b>				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	d	(2.936.029)	(265.423)	(3.201.452)
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	d	(671.651)	(68.266)	(739.917)
Serviços de Terceiros	c	(680.887)	(583.363)	(1.264.250)
Materiais	c	(64.431)	(442.864)	(507.295)
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	c	(1.175.319)	1.175.319	-
Outros Custos Operacionais	c	(145.879)	(30.794)	(176.673)
<b>Valor Adicionado Bruto</b>		<b>7.307.340</b>	<b>(215.391)</b>	<b>7.091.949</b>
<b>Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>				
Receitas Financeiras	e	457.761	(147.412)	310.349
<b>Valor adicionado a Distribuir</b>		<b>7.381.387</b>	<b>(362.803)</b>	<b>7.018.584</b>
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>				
<b>Remuneração de Empregados</b>				
Remuneração direta	c	598.508	77.987	676.495
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>				
Federais	c,d	2.632.463	(335.632)	2.296.831
<b>Remuneração de Capitais de Terceiros</b>				
Juros	c	673.874	(108.130)	565.744
Aluguéis	c,d	62.510	2.972	65.482
<b>Valor Distribuído</b>		<b>7.381.387</b>	<b>(362.803)</b>	<b>7.018.584</b>

As reclassificações acima apresentadas foram realizadas para proporcionar informações mais relevantes relacionadas aos seguintes itens:

- Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos: Os saldos passivos do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos foram compensados com os saldos dos ativos correspondentes.
- Pagamentos efetuados no exercício: os pagamentos dos juros sobre Empréstimos e Financiamentos e do Imposto de Renda e Contribuição Social foram segregados para melhor apresentação dos seus efeitos na Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição: Segregação por natureza de custo;
- Energia Elétrica Comprada para Revenda e Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão: apresentados líquidos dos créditos de PIS-PASEP/COFINS sobre a aquisição e o transporte do insumo em 2011, foi reclassificada para Impostos, Taxas e Contribuições – Federais;
- Receitas Financeiras: o ganho com instrumentos derivativos foi apresentado líquido da perda respectiva;
- Os demais itens foram reclassificados para melhor apresentação dos seus efeitos nas Demonstrações Contábeis.

## 2.6. Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas Demonstrações Contábeis.

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia são como segue:

### a) Instrumentos Financeiros

*Ativos financeiros não derivativos* – A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no Balanço Patrimonial, somente, quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: Caixa e Depósitos Bancários, Equivalentes de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários, mensuradas ao valor justo por meio do resultado; Créditos com Consumidores, Revendedores e Transporte de Energia, Fundos Vinculados e Depósitos Vinculados a Litígios, reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos; Ativos Financeiros da Concessão, mensurados ao valor novo de reposição (VNR), equivalente ao valor justo.

*Passivos financeiros não derivativos* – A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou quitadas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, debêntures, fornecedores e outras contam a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

*Capital Social* – Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em Estatuto, são reconhecidos como passivo e estão descritos na Nota Explicativa nº 19 das Demonstrações Contábeis.

*Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado* – Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos Financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Foram considerados nessa categoria os Títulos e Valores Mobiliários Mantidos para Negociação e Equivalentes de Caixa.

*Instrumentos financeiros disponíveis para venda* – Um ativo financeiro é classificado como disponível para venda quando o propósito para o qual foi adquirido não é aplicação de recursos para obter ganhos de curto prazo, bem como não há a intenção de manter as aplicações até o vencimento, ou quando não estão enquadrados nas demais categorias. A partir de 31 de dezembro de 2012, encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Demonstrações Contábeis. A Companhia reconhece um Ativo Financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente, ou sob a direção do concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados.

*Empréstimos e recebíveis* – São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem Caixa, Equivalentes de Caixa, Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia e Fundos Vinculados.

Caixa e Equivalentes de Caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e investimentos financeiros com vencimento original de três meses, ou menos, a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

*Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge* – A Companhia mantém instrumentos derivativos para regular as suas exposições de riscos de variação de moeda estrangeira. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

b) Moeda Estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

c) Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia

As contas a receber de consumidores e revendedores e concessionários – transporte de energia – são registradas inicialmente pelo valor justo, faturado e não faturado, e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado. Inclui os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa, para os consumidores de baixa e média tensão, é registrada com base em estimativas da Administração, em valor suficiente para cobrir prováveis perdas. Os principais critérios definidos pela Companhia: (i) consumidores com valores significantes, é feita uma análise do saldo a receber levando-se em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais; e, (ii) para os outros consumidores os débitos vencidos a mais de 90 dias para consumidores residenciais, mais de 180 dias para os consumidores comerciais, ou mais de 360 dias para os demais consumidores, 100% do saldo é provisionado. Tais critérios não diferem daqueles estabelecidos pela ANEEL.

Para os grandes consumidores é feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.

d) Estoques

Os Estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os materiais em estoque são classificados no Ativo Circulante e os materiais destinados a obras são classificados no Ativo Intangível, não sendo amortizados.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

e) Arrendamento Operacional

Pagamentos efetuados sob um contrato de Arrendamento Operacional são reconhecidos como despesas nas Demonstrações de Resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

f) Ativos Vinculados à Concessão

*Atividade de distribuição* - A parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão.

A amortização reflete o padrão de consumo dos direitos adquiridos, sendo calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear, tendo como base a aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para a atividade de distribuição de energia elétrica.

A Companhia mensura a parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão, registrando esse valor como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Os novos ativos são registrados inicialmente no ativo intangível, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando da sua entrada em operação são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, conforme critério mencionado nos parágrafos anteriores, sendo que a parcela dos ativos que é registrada no ativo financeiro é avaliada com base no valor novo de reposição, tendo como referência os valores homologados pela Aneel da Base de Remuneração de Ativos nos processos de revisão tarifária.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado em contrapartida ao resultado do exercício.

#### g) Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços e softwares.

Os seguintes critérios são aplicados em caso de ocorrência: (i) Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização; e, (ii) Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos na fase de desenvolvimento desde que seja demonstrada a sua viabilidade técnica de utilização e se os benefícios econômicos futuros forem prováveis. São mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante as concessões é registrada como um ativo intangível e amortizada considerando o padrão de consumo dos direitos adquiridos pela Companhia no período da construção da infraestrutura a ser utilizada na prestação do serviço público, por um prazo não superior ao prazo das respectivas concessões.

Para os ativos intangíveis vinculados à concessão, são adotados os procedimentos mencionados no item “ativos vinculados à concessão” acima.

#### h) Redução ao Valor Recuperável

*Ativos financeiros* - Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

*Ativos não financeiros* - Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Os ativos intangíveis têm o seu valor recuperável testado, caso haja indicadores de perda de valor.

i) Benefícios a Empregados

*Planos de contribuição definida* - Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de Previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível

*Planos de benefício definido* - Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores, aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das Demonstrações Contábeis para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados e perdas atuariais líquidas não reconhecidas e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeios que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido. Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças de premissas atuariais que excederem a 10% do valor dos ativos do plano ou 10% dos passivos do plano serão reconhecidos no resultado em aproximadamente 11 anos (tempo médio de serviço futuro dos atuais participantes ativos), desde 2009.

Nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no Balanço Patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o maior valor entre a dívida pactuada com a fundação para amortização das obrigações atuariais e o valor presente da obrigação atuarial, calculada através de laudo atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano e ajustada pelos ganhos e perdas atuariais não reconhecidos. Nos exercícios apresentados, a dívida pactuada com a fundação é superior aos valores do passivo líquido. Neste caso, o valor registrado no resultado anualmente corresponde aos encargos e variação monetária dessa dívida, alocado como despesa financeira da Companhia.

*Outros benefícios de longo prazo a empregados* - A obrigação líquida da Companhia com relação a benefícios a empregados que não os planos de pensão é o valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores; aquele benefício é descontado para apurar o seu valor presente, e o valor justo de quaisquer ativos relacionados é deduzido. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das Demonstrações Contábeis sobre títulos de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia. O cálculo é realizado através do método de crédito unitário projetado. Quaisquer ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado no período em que surgem.

Os procedimentos mencionados anteriormente são utilizados para as obrigações atuariais com plano de saúde, seguro de vida e plano odontológico.

*Benefícios de término de vínculo empregatício* - Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia está comprovadamente comprometida, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso a Companhia tenha feito uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita, e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável.

*Benefícios de curto prazo a empregados* - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O Passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Participação nos Lucros prevista no Estatuto Social é provisionada em conformidade ao acordo coletivo estabelecido com os sindicatos representantes dos empregados na rubrica Participação dos Empregados e Administradores no Resultado.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal, ou construtiva, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável e que seja provável que um recurso econômico venha a ser requerido para saldar a obrigação.

k) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de base negativa de contribuição social, limitada a 30% da base de cálculo da Contribuição Social.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício à taxas de impostos vigentes na data de apresentação das Demonstrações Contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que estejam vigentes ou substantivamente vigentes até a data de apresentação das Demonstrações Contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias dedutíveis e base negativa de contribuição social não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

#### l) Receita Operacional

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos, quando ocorre a entrega de mercadorias ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia entregue e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são contabilizadas quando há o fornecimento de energia elétrica. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no faturamento do mês anterior e contabilizado no final do mês. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

As receitas recebidas pela Companhia de outras concessionárias e consumidores livres que utilizam a sua rede de distribuição são contabilizadas no mês que os serviços de rede são prestados. A receita de uso da rede de distribuição não faturada, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimada com base no faturamento do mês anterior e contabilizada no final do mês. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

#### m) Receitas e Despesas Financeiras

As Receitas Financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios em contas de energia elétrica, juros sobre os ativos financeiros da concessão e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As Despesas Financeiras abrangem encargos, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

n) Resultado por Ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado atribuível aos acionistas controladores com base na média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluído nos períodos apresentados. Não há diferença entre o lucro básico por ação e o lucro por ação diluído.

o) Demonstrações de Valor Adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

p) Novos Pronunciamentos Contábeis ainda não Adotados

A Companhia não adotou as IFRS novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não adotadas, sendo que apresentará em mais detalhes aquelas que julga serem aplicáveis às suas operações:

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros (4)
- IFRS 13 Mensuração do Valor Justo (2)
- Modificações a IAS 1 Apresentação dos Itens de Outro Resultado Abrangente (1)
- Modificações à IFRS 7 Divulgação – Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros (2)

- Modificações às IFRS 9 e IFRS 7 Data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição (4)
- IAS 19 (revisada em 2011) Benefícios a Empregados (2)
- Modificações a IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros (3)
- Modificações às IFRS Ciclo de Melhorias anuais aos 2009-2011

- (1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2012;
- (2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013;
- (3) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014;
- (4) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015;

### IFRS 9 Instrumentos Financeiros

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, emitida em novembro de 2009 e alterada em outubro de 2010, introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros.

A IFRS 9 estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 - *Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração* (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo.

O efeito mais significativo da IFRS 9 relacionado à classificação e mensuração de passivos financeiros refere-se à contabilização das variações no valor justo de um passivo financeiro (designado ao valor justo através do resultado) atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo. Especificamente, de acordo com a IFRS 9, com relação aos passivos financeiros reconhecidos ao valor justo através do resultado, o valor da variação no valor justo do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecido em “Outros resultados abrangentes”, a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em “Outros resultados abrangentes” resulte em ou aumente o descasamento contábil no resultado. As variações no valor justo atribuíveis ao risco de crédito de um passivo financeiro não são reclassificadas no resultado. Anteriormente, de acordo com a IAS 39 e CPC 38, o valor total da variação no valor justo do passivo financeiro reconhecido ao valor justo através do resultado foi reconhecido no resultado.

A Administração da Companhia espera que a IFRS 9 a ser adotada nas Demonstrações Contábeis terá um efeito relevante sobre os saldos reportados com relação aos seus ativos e passivos financeiros (por exemplo, os ativos financeiros da concessão atualmente classificados como investimentos disponíveis para venda serão mensurados ao valor justo no final dos períodos de reporte subsequentes, sendo as alterações no valor justo reconhecidas em lucro ou prejuízo). No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada.

### IFRS 13 Mensuração do Valor Justo

A IFRS 13 apresenta uma fonte única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações acerca das mensurações do valor justo. A norma define valor justo, apresenta uma estrutura de mensuração do valor justo e exige divulgações das mensurações do valor justo. O escopo da IFRS 13 é abrangente, aplicando-se a itens de instrumentos financeiros e não financeiros, para os quais outras IFRSs exigem ou permitem mensurações do valor justo e divulgações das mensurações do valor justo, exceto em determinados casos. Por exemplo, divulgações quantitativas e qualitativas, com base na hierarquia de valor justo de três níveis atualmente exigidos para instrumentos financeiros somente de acordo com a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações serão complementadas pela IFRS 13 de modo a incluir todos os ativos e passivos em seu escopo.

A IFRS 13 é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

A Administração espera que a adoção dessa nova norma poderá afetar certos valores reportados nas Demonstrações Contábeis e resultar em divulgações mais abrangentes nas suas Demonstrações Contábeis.

### Modificações a IAS 1

As modificações a IAS 1 permitem apresentar o resultado e outro resultado abrangente e uma única demonstração ou em duas demonstrações separadas e consecutivas. No entanto, as modificações a IAS 1 exigem divulgações adicionais na seção de outro resultado abrangente de forma que os itens de outro resultado abrangente sejam agrupados em duas categorias: (a) itens que não serão reclassificados posteriormente no resultado e (b) itens que serão reclassificados posteriormente no resultado de acordo com determinadas condições. O imposto de renda sobre os itens de outro resultado abrangente será destinado da mesma forma.

As modificações a IAS 1 são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2012. A apresentação dos itens de outro resultado abrangente será modificada apropriadamente na medida em que as modificações sejam adotadas nos períodos contábeis futuros.

### Alterações à IFRS 7 e IAS 32 – Compensação de ativos e passivos financeiros e divulgações relacionadas

As alterações a IAS 32 esclarecem questões de adoção existentes com relação às exigências de compensação de ativos e passivos financeiros. Especificamente, essas alterações esclarecem o significado de “atualmente possui o direito legal de compensar” e “realização e liquidação simultâneas”.

As alterações à IFRS 7 exigem que as entidades divulguem as informações acerca dos direitos de compensação e acordos relacionados (como as exigências de garantias) para os instrumentos financeiros sujeitos à compensação ou contratos similares.

As alterações à IFRS 7 são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013 e períodos intermediários a esses períodos anuais. As divulgações devem ser realizadas retrospectivamente para todos os períodos comparados. No entanto, as alterações a IAS 32 não são aplicáveis para períodos anuais iniciados antes de 1º de janeiro de 2014, com adoção retroativa exigida.

A Administração acredita que a adoção dessas alterações a IAS 32 e IFRS 7 poderá resultar em divulgações adicionais com relação à compensação de ativos e passivos financeiros no futuro.

### IAS 19 Benefícios a Empregados

As modificações às IAS 19 alteram a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão. A modificação mais significativa refere-se à contabilização das alterações nas obrigações de benefícios definidos e ativos do plano no próprio ano, com a eliminação da "abordagem de corredor" permitida na versão anterior da IAS 19 e o reconhecimento antecipado dos custos de serviços passados. As modificações exigem que todos os ganhos e prejuízos atuariais sejam reconhecidos imediatamente por meio de outro resultado abrangente de forma que o ativo ou passivo líquido do plano de pensão seja reconhecido na demonstração consolidada da posição financeira para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano. Além disso, as despesas com juros e o retorno esperado sobre os ativos do plano utilizados na versão anterior da IAS 19 foram substituídos por um valor de "juros líquidos", calculado com base na taxa de desconto ao ativo ou passivo do benefício definido líquido.

O efeito decorrente da adoção das novas práticas contábeis de registro das obrigações atuariais com benefícios pós-emprego representará uma redução no patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2013 no valor de R\$269.370 (R\$38.495 em 1º de janeiro de 2012). O impacto no resultado de 2013 em decorrência da revisão do Pronunciamento representa uma redução de R\$11.761 na despesa com benefícios pós-emprego em comparação com a despesa que seria registrada em conformidade à antiga prática contábil.

## Melhorias anuais ao ciclo de IFRSs 2009 – 2011 (maio de 2012)

As melhorias anuais ao ciclo de IFRSs 2009 – 2011 incluem várias alterações a diversas IFRSs. As alterações às IFRSs são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013 e incluem:

- alterações a IAS 32 - *Instrumentos financeiros: apresentação*.

As alterações a IAS 32 esclarecem que o imposto de renda relacionado às distribuições dos titulares de instrumentos patrimoniais e aos custos das transações patrimoniais deve ser contabilizado de acordo com a IAS 12 – Impostos sobre o lucro. A Administração entende que as alterações a IAS 32 não terão um efeito significativo nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

### ***Pronunciamentos não aplicáveis à Companhia***

- IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas;
- IFRS 11 Negócios em Conjunto;
- IFRS 12 Divulgações de Participações em Outras Entidades;
- Modificações às IFRS 10, 11 e 12 Demonstrações Financeiras Consolidadas, Negócios em Conjunto e Divulgações de Participações em Outras Entidades: Guia de Transição;
- IAS 27 (revisada em 2011) Demonstrações Financeiras Separadas;
- IAS 28 (revisada em 2011) Investimentos em Coligadas e Joint Ventures;
- IFRIC 20 Custos de Remoção na Fase de Produção de uma Mina de Superfície.

### **3. DAS CONCESSÕES E OS EFEITOS DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 579 DE 11 DE SETEMBRO DE 2012 (CONVERTIDA NA LEI Nº 12.783 SANCIONADA EM 11 DE JANEIRO DE 2013)**

A Companhia detém junto à ANEEL, as seguintes concessões:

Estado de Minas Gerais	Data da Concessão	Data de Vencimento
Norte	04/1997	02/2016
Sul	04/1997	02/2016
Leste	04/1997	02/2016
Oeste	04/1997	02/2016

A Companhia não possui obrigações de pagamentos compensatórios pela exploração das concessões de distribuição, sendo exigido o atendimento às exigências de qualidade e investimentos previstas nos contratos de concessão.

Os contratos de concessão e a legislação brasileira estabelecem um mecanismo de preços máximos que permite três tipos de reajustes de tarifas: (1) o reajuste anual; (2) a revisão periódica; e (3) a revisão extraordinária.

A Companhia tem o direito de requerer, a cada ano, o reajuste anual, o qual se destina a compensar os efeitos da inflação sobre as tarifas e permite repassar aos consumidores certas alterações nos custos que estejam fora do controle da Companhia, tais como o custo da energia elétrica comprada e encargos setoriais, incluindo encargos em função do uso das instalações de transmissão e distribuição.

Ademais, a ANEEL realiza uma revisão periódica de tarifas a cada cinco anos, que visa identificar as variações dos custos da Companhia, bem como estabelecer um fator com base nos ganhos de escala, que será aplicado nos reajustes de tarifas anuais, para compartilhar tais ganhos com os consumidores da Companhia.

A Companhia também tem o direito de solicitar a revisão extraordinária das tarifas, casos eventos imprevisíveis alterem significativamente o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A revisão periódica e a revisão extraordinária estão sujeitas, em certo grau, à discricionariedade da ANEEL, apesar de existirem regras pré-estabelecidas a cada ciclo revisional. Apesar dos contratos de concessão estabelecerem que a Companhia deva manter o equilíbrio econômico-financeiro, não se pode garantir que a ANEEL estabelecerá tarifas que compensarão adequadamente a Companhia e que as receitas e os resultados operacionais não serão prejudicados por tais tarifas. Quando a Companhia solicita um reajuste tarifário anual, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, a Companhia está autorizada a cobrar de seus consumidores uma tarifa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos com energia elétrica comprada para revenda, encargos de uso da rede básica de transmissão e encargos de uso do sistema de distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares já mencionados anteriormente, a ANEEL revê os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar) aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

### Renovação das Concessões

Em 11 de setembro de 2012, foi emitida pelo Governo Federal a Medida Provisória nº 579 (“MP”), posteriormente aprovada pelo Congresso Nacional e convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.

Por meio da aludida MP, o Governo pretendeu encerrar as discussões sobre a possibilidade de prorrogação das concessões de energia elétrica, tratadas nos artigos 17, §5º, 19 e 22 da Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995, cujos prazos de vencimento ocorreriam a partir de 2015, conforme condições estabelecidas na referida Lei e nos respectivos Contratos de Concessão, ou se estas seriam licitadas.

Assim, a MP 579/2012, ao tratar das prorrogações das concessões de distribuição de energia elétrica alcançadas pelos artigos listados acima impôs novas condições de prorrogação às concessionárias, permitindo a prorrogação por um prazo de até 30 anos, com a antecipação do vencimento dessas concessões e assinatura de Termos Aditivos aos respectivos Contratos de Concessão com o Poder Concedente estabelecendo as novas condições.

A prorrogação prevista depende ainda da aceitação expressa dos critérios de remuneração, alocação da energia e padrões de qualidade constantes da MP, estando ainda prevista a indenização dos ativos ainda não amortizados ou depreciados com base no valor novo de reposição (VNR).

Em observância ao previsto na MP, a Cemig, em 15 de outubro de 2012, encaminhou para a ANEEL a manifestação de interesse da Companhia na prorrogação de seus Contratos de Concessão de distribuição de energia elétrica que no entender da Companhia estavam dentro dos critérios da MP, sem prejuízo de eventuais direitos previstos na lei de conversão.

Conforme mencionado acima, foram requeridas as renovações dos contratos de concessão relacionados aos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, regulado através dos Contratos de Concessão de Distribuição CEMIG Norte nº 002/97, CEMIG Sul nº 003/97, CEMIG Leste nº 004/97 e CEMIG Oeste nº 005/97, todos datados de 10 de julho de 1997 em conformidade com a Portaria DNAEE nº 130, de 17 de abril de 1997, publicada no DOU de 22 de abril de 1997 e prorrogadas pela Portaria nº 125, de 17 de abril de 1997, do Ministro de Estado das Minas e Energia, publicada no DOU de 22 de abril de 1997.

O prazo de vencimento das concessões de distribuição da Companhia, que serão objeto de renovação por mais 30 anos, é fevereiro de 2016.

#### **4. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS**

A Companhia atua, somente, no segmento de distribuição de energia elétrica no Estado de Minas Gerais e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2012	2011	01/01/2011
Contas Bancárias	61.843	43.411	47.768
Aplicações Financeiras			
Certificados de Depósitos Bancários	116.550	467.416	452.955
Letras Financeiras - Bancos	-	10.419	-
Letras do Tesouro Nacional	-	909	-
Outras	11.840	5.141	2.686
	<b>128.390</b>	<b>483.885</b>	<b>455.641</b>
	<b>190.233</b>	<b>527.296</b>	<b>503.409</b>

As Aplicações Financeiras correspondem à operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado. Todas as operações são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 97% a 105% conforme operação.

A exposição do grupo a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 24 das Demonstrações Contábeis.

## 6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – APLICAÇÃO FINANCEIRA

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil, a preços e condições de mercado, na contratação.

	2012	2011	01/01/2011
Certificados de depósitos bancários	12.146	5.000	-
Letras Financeiras – Bancos	70.796	-	-
Debêntures	14.316	-	-
Outros	3.603	-	-
	<b>100.861</b>	<b>5.000</b>	<b>-</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>78.626</b>	<b>5.000</b>	<b>-</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>22.235</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

## 7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total		
				2012	2011	01/01/2011
Residencial	500.985	201.637	149.019	851.641	797.392	655.288
Industrial	267.559	34.229	98.979	400.767	430.220	406.432
Comércio, Serviços e Outras	264.145	54.662	88.583	407.390	372.079	328.717
Rural	70.938	23.606	29.207	123.751	114.130	99.161
Poder Público	53.487	10.953	29.161	93.601	97.396	87.584
Iluminação Pública	34.765	4.276	14.378	53.419	79.498	71.583
Serviço Público	49.549	5.323	14.828	69.700	84.061	104.132
<b>Subtotal – Consumidores</b>	<b>1.241.428</b>	<b>334.686</b>	<b>424.155</b>	<b>2.000.269</b>	<b>1.974.776</b>	<b>1.752.897</b>
Suprimento a Outras Concessionárias	-	-	17	17	880	917
Concessionários – Transporte de Energia	130.151	24.723	155.284	310.158	258.980	273.948
Suprimento – Energia de Curto Prazo	48.396	-	861	49.257	-	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(471.710)	(471.710)	(311.543)	(238.714)
	<b>1.419.975</b>	<b>359.409</b>	<b>108.607</b>	<b>1.887.991</b>	<b>1.923.093</b>	<b>1.789.048</b>
<b>Ativo Circulante</b>				<b>1.657.236</b>	<b>1.849.340</b>	<b>1.770.557</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>				<b>230.755</b>	<b>73.753</b>	<b>18.491</b>

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	2012	2011	01/01/2011
Residencial	131.175	116.995	89.569
Industrial	220.745	74.715	48.403
Comércio, Serviços e Outras	79.612	75.390	64.018
Rural	15.876	16.168	15.091
Poder Público	3.608	4.346	4.823
Iluminação Pública	11.261	11.808	11.614
Serviço Público	9.433	12.121	5.196
	<b>471.710</b>	<b>311.543</b>	<b>238.714</b>

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é como segue:

	2012	2011
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>311.543</b>	<b>238.714</b>
Baixas	(64.896)	(13.043)
Constituição de Provisão	225.063	85.872
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>471.710</b>	<b>311.543</b>

## 8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

Tributos Compensáveis	2012	2011	01/01/2011
<b>Circulante</b>			
ICMS a Recuperar	85.183	73.487	145.528
COFINS	27.313	35.534	67.748
PIS-PASEP	6.705	8.490	14.704
Outros	2.186	1.449	923
	<b>121.387</b>	<b>118.960</b>	<b>228.903</b>
<b>Não Circulante</b>			
ICMS a Recuperar	191.789	173.859	46.714
COFINS	129.771	61.018	42.728
PIS-PASEP	27.399	12.473	9.276
	<b>348.959</b>	<b>247.350</b>	<b>98.718</b>
	<b>470.346</b>	<b>366.310</b>	<b>327.621</b>

Os créditos de ICMS e PASEP/COFINS são decorrentes de aquisições para a infraestrutura da concessão de distribuição, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para curto prazo foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados até dezembro de 2013.

## 9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ e a pagamentos indevidos e/ou a maior dos anos anteriores e das antecipações em 2012 superiores aos valores devidos deste ano-calendário que serão compensados com Tributos Federais a pagar apurados em anos posteriores.

	2012	2011	01/01/2011
<b>Circulante</b>			
Imposto de Renda	83.389	62.109	160.684
Contribuição Social	35.393	19.488	84.574
	<b>118.782</b>	<b>81.597</b>	<b>245.258</b>

### b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A Companhia possui créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00%, e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

Diferenças Temporárias de IRPJ/CSLL	2012	2011	01/01/2011
<b>Ativos Fiscais Diferidos</b>			
Obrigações Pós-Emprego	280.081	265.504	252.376
Conta de Compensação da Variação de Itens da Parcela "A" (CVA) (1)	168.344	-	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	168.242	113.785	89.023
Tributos com Exigibilidade Suspensa (2)	153.155	153.155	122.309
Provisões	35.695	35.253	10.795
Taxa de Administração (1)	8.944	8.944	9.150
Outros	7.927	27.675	31.100
	<b>822.388</b>	<b>604.316</b>	<b>514.753</b>
<b>Passivos Fiscais Diferidos</b>			
Instrumentos Financeiros e Variação Cambial	(20.485)	(17.426)	(16.468)
Conta de Compensação da Variação de Itens da Parcela "A" (CVA) (1)	-	(82.078)	(48.593)
Juros sobre Obras em Andamento (JOA) (1)	(27.261)	(21.248)	(5.390)
Custo de Captação (1)	(2.884)	(4.303)	(3.257)
	<b>(50.630)</b>	<b>(125.055)</b>	<b>(73.709)</b>
<b>Total do Ativo Apresentado no Balanço Patrimonial</b>	<b>771.758</b>	<b>479.261</b>	<b>441.045</b>

(1) Ajuste decorrente da Lei 11.638/2007 – Regime Tributário de Transição (RTT), em função da adoção das normas IFRS;

(2) Referente ao depósito judicial de PIS-PASEP/COFINS incidentes sobre ICMS.

Os saldos passivos do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos foram compensados com os saldos ativos correspondentes.

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 26 de março de 2013, aprovou o estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças e de Relações com Investidores da Cemig Distribuição referente à projeção de lucratividade futura que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido, conforme definido na Instrução CVM nº 371.

Conforme as estimativas da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de dezembro de 2012, conforme abaixo:

2013	247.805
2014	221.711
2015	70.045
2016	70.045
2017 a 2018	98.119
2019 a 2020	57.332
2021 a 2022	57.331
	<b>822.388</b>

### c) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e da Contribuição Social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na Demonstração de Resultado é como segue:

	2012	2011
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	211.805	1.013.473
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(72.014)	(344.581)
<b>Efeitos Fiscais Incidentes sobre:</b>		
Juros sobre capital próprio	47.979	48.488
Incentivos Fiscais	15.111	12.096
Contribuições e Doações Indedutíveis	(3.912)	(3.369)
Acerto DIPJ ano anterior, Imposto de Renda e Contribuição Social	6.156	3.309
Créditos Fiscais não Reconhecidos	(322)	(1.234)
Baixa de parcela da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (1)	(2.881)	-
Multas Indedutíveis	(10.544)	(8.178)
Outros	(13)	(33)
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva</b>	<b>(20.440)</b>	<b>(293.502)</b>
Alíquota Efetiva	9,65%	28,96%
Corrente	(312.937)	(354.647)
Diferido	292.497	61.145

(1) Perda relativa ao ICMS sobre Encargos de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD

A variação ocorrida na alíquota efetiva, se comparados 2012 e 2011, é decorrente, basicamente, da redução no Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social, o que implicou em um maior efeito proporcional do benefício fiscal dos Juros sobre o Capital Próprio e demais itens em relação à alíquota efetiva apurada.

## 10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os Depósitos Vinculados a Litígios relativos a obrigações fiscais, trabalhistas e outros estão demonstrados na tabela a seguir:

	2012	2011	01/01/2011
<b>Trabalhista</b>	166.546	135.126	119.622
<b>Obrigações Fiscais</b>			
Imposto de Renda sob Juros sobre capital próprio	5.700	5.700	5.700
PIS-PASEP/COFINS – Exclusão do ICMS da base de cálculo	612.622	612.622	472.678
Outros	3.261	1.391	332
	621.583	619.713	478.710
<b>Outros</b>			
Regulatório	9.037	12.782	13.582
Cível	1.342	21.420	8.828
Relações de Consumo	1.759	1.206	1.168
Bloqueio Judicial	51.888	42.199	16.061
Outros	158	20	3.926
	64.184	77.627	43.565
	<b>852.313</b>	<b>832.466</b>	<b>641.897</b>

Os saldos de depósitos judiciais relativos à PIS-PASEP/COFINS possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições – Não Circulante. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 14 das Demonstrações Contábeis.

## 11. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Os contratos de concessão de distribuição da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contabilidade de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão assinado entre a Cemig e a ANEEL.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2, item 2.6 (f) a parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão. A parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

A posição da Companhia em relação à Medida Provisória 579, convertida na Lei 12.783 sancionada em 11 de janeiro de 2013, está divulgada na Nota Explicativa nº3.

Segue abaixo a mutação do ativo financeiro da concessão:

	Saldo em 01/01/2011	Saldo em 31/12/2011	Adições	Provisão para perdas	Baixas	Saldo em 31/12/2012
Ativos Financeiros da Concessão	2.387.093	3.118.126	1.710.398		(70.789)	4.757.735

## 12. INTANGÍVEL

### a) Composição de saldo em 31 de dezembro de 2012 e 2011

	2012			2011			01/01/2011
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo	Amortização Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Ativos da Concessão Líquidos	6.501.119	(5.392.078)	1.109.041	6.895.430	(5.393.087)	1.502.343	1.154.205
Intangível em Curso	669.776		669.776	1.201.344	-	1.201.344	1.498.009
<b>Total Intangível</b>	<b>7.170.895</b>	<b>(5.392.078)</b>	<b>1.778.817</b>	<b>8.096.774</b>	<b>(5.393.087)</b>	<b>2.703.687</b>	<b>2.652.214</b>

### b) Mutações do Ativo Intangível em 31 de dezembro de 2012 e 2011

	Saldo em 01/01/2011	Saldo em 31/12/2011	Adições	Transferências	Baixas	Amortização	Saldo em 31/12/2012
Intangível em Curso	2.652.214	2.703.687	1.228.483	(1.710.398)	(49.422)	(393.533)	1.778.817

A posição da Companhia em relação à Medida Provisória 579, convertida na Lei 12.783 sancionada em 11 de janeiro de 2013, está divulgada na Nota Explicativa nº3.

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

#### Ativos da Concessão de Distribuição

Em conformidade a Interpretação Técnica ICPC 01, contabilidade de concessões, foi registrado no ativo intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos de distribuição.

#### Revisão de Vida Útil

A ANEEL através da Resolução Normativa nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, estabeleceu novas taxas anuais de depreciação para os ativos “em serviço” outorgados no setor elétrico, com base na revisão da vida útil dos ativos. A aplicação das novas taxas ocorreu em 1º de janeiro de 2012.

Os ativos intangíveis Direito de Uso de Softwares, Marcas e Patentes, Servidão Temporária e outros são amortizáveis pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL.

A taxa de amortização média anual da Companhia, na atividade Distribuição, é de 3,63%. As principais taxas anuais de amortização, para os exercícios de 2012 e 2011, de acordo com a Resolução Normativa da ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, são as seguintes:

Distribuição	(%)	Administração	(%)
Chave Sistema	6,67	Software	20,00
Condutor do Sistema	3,57	Veículos	14,29
Estrutura do Sistema	3,57	Equipamento Geral	6,25
Transformador	3,57	Edificação	3,33
Disjuntor	3,03		
Banco de Capacitores	6,67		
Regulador de Tensão	4,35		

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto n.º 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na distribuição, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL n.º 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à Concessão, quando destinados à alienação, determinando que este produto seja depositado em conta bancária vinculada, sendo aplicado na concessão.

A Companhia transferiu para o Ativo Intangível os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	2012	2011
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	354.789	346.420
Encargos Financeiros Transferidos para o Intangível	(17.684)	(46.643)
Efeito Líquido no Resultado	<b>337.105</b>	<b>299.777</b>

A Companhia possui registrado em seu Ativo Intangível, em 31 de dezembro de 2012, o valor contábil bruto de R\$1.368.300 referentes aos ativos totalmente amortizados ainda em operação. Deve ser ressaltado que esses ativos não são considerados para definição das tarifas da Companhia.

O Processo de Revisão Tarifária da Companhia ocorre a cada 5 anos, através de um processo de avaliação econômica, no qual são definidas as tarifas das concessões de distribuição da companhia no Estado de Minas Gerais. Dentro do processo de revisão tarifária é definida a Base Regulatória de Remuneração (“BRR”) relacionada aos ativos vinculados às concessões.

Em 11 de março de 2013, a Superintendência de Fiscalização Econômico Financeira (SFF) da ANEEL, através do Despacho nº 689, divulgou a BRR preliminar da Cemig D, no montante de R\$5.111.837. Logo após a divulgação da BRR preliminar, a Administração iniciou discussões com a ANEEL com o intuito de demonstrar tecnicamente a esta Agência a necessidade de que referido montante fosse revisado. Considerando que o valor informado de forma preliminar pela ANEEL deveria ser modificado e que, na opinião da Administração, este era significativamente inferior ao valor pelo qual a Companhia entendia deveria ser feita sua homologação, a Administração não possuía elementos suficientes para determinar se haveria a necessidade de ajustes nas

demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012 da Companhia, originalmente arquivadas em 28 de março de 2013.

Em 5 de abril de 2013, em reunião da Diretoria da ANEEL, foi homologada a BRR revisada da Cemig D, no montante de R\$5.511.768, superior em R\$399.931 à BRR preliminarmente divulgada. A Companhia ainda aguarda o julgamento do primeiro recurso interposto junto à ANEEL, no qual manifesta sua discordância quanto a determinados critérios e valores adotados pela ANEEL na definição da BRR preliminar informada e que ainda não foi apreciado pela ANEEL. Adicionalmente, a Companhia interporá novo recurso à ANEEL questionando certos critérios e valores da BRR que foram definidos em 5 de abril de 2013, uma vez que os montantes considerados na BRR revisada divulgada, relacionados aos gastos efetuados pela companhia com o Programa Luz para Todos (“Programa Luz para Todos” ou “PLPT”) ainda são substancialmente inferiores aos efetivamente incorridos na execução deste programa. A Administração mantém sua expectativa de que, quando da apreciação desses recursos pela ANEEL, sejam revistos critérios e valores definidos pela ANEEL para a BRR, o que resultará num montante superior ao recentemente apresentado.

Tendo em vista o mencionado no parágrafo anterior, a Administração refez os cálculos dos impactos desta nova BRR na composição dos ativos financeiros e intangíveis de suas concessões e concluiu, com base em suas melhores estimativas, que não são necessários ajustes nos saldos dessas contas apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2012.

### 13. FORNECEDORES

	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011 Reclassificado
<b>Circulante</b>			
<b>Suprimento e Transporte de Energia Elétrica</b>			
Eletrobrás – Energia de Itaipu	180.614	162.506	128.840
CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	48.714	38.366	107.599
Cemig Geração e Transmissão	39.159	28.915	28.145
Furnas	53.473	55.464	50.121
Tractebel Energia	22.649	22.062	20.964
Candeias Energia	54.973	2.856	1.349
Geradora de Energia do Norte	60.164	-	-
Petrobrás	26.561	-	-
CHESF – Cia. Hidroelétrica do São Francisco	27.241	26.563	27.502
CEEE – Cia. Estadual de Energia Elétrica	13.461	13.154	13.727
EPA – Centrais Elétricas da Paraíba	46.490	-	-
Termelétrica Viana	27.775	748	699
CTEEP – Cia. de Trasm. de Energia Elétrica Paulista	7.746	6.990	6.191
Eletronorte – Centrais Elétricas do Norte do Brasil	12.559	14.798	11.545
Cemig Capim Branco Energia	7.406	7.320	7.318
Borborema Energética	28.824	765	-
TAESA – Transmissora Aliança de Energia Elétrica	5.632	5.068	-
Eletrosul Centrais Elétricas	6.381	4.807	4.008
CESP – Cia. Energética de São Paulo	18.827	18.163	19.382
Copel Geração e Transmissão	9.671	11.122	9.095
Centrais Elétricas de Pernambuco	13.861	263	124
Maracanau Geradora de Energia	15.486	770	-
Light Energia	4.237	2.304	622
CGTEE – Cia. de Geração Térmica de Energia Elétrica	1.951	3.165	11.840
Outros Geradores e Distribuidores	121.339	101.733	126.921
	<b>855.194</b>	<b>527.902</b>	<b>575.992</b>
<b>Materiais e Serviços</b>	<b>261.406</b>	<b>225.229</b>	<b>194.147</b>
	<b>1.116.600</b>	<b>753.131</b>	<b>770.139</b>

### 14. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

#### Impostos, Taxas e Contribuições

	2012	2011	01/01/2011
<b>Circulante</b>			
ICMS	276.725	259.613	217.203
COFINS	45.327	37.668	16.602
PIS-PASEP	9.840	8.178	3.599
INSS	15.150	16.392	16.177
Outros	17.440	19.105	9.804
	<b>364.482</b>	<b>340.956</b>	<b>263.385</b>
<b>Não Circulante</b>			
COFINS	476.148	543.360	417.772
PIS-PASEP	103.375	117.966	90.701
	<b>579.523</b>	<b>661.326</b>	<b>508.473</b>
	<b>944.005</b>	<b>1.002.282</b>	<b>771.858</b>

## 15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	2012						2011	01/01/2011
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total	Total
<b>MOEDA ESTRANGEIRA</b>								
ABN AMRO Bank - N. (2)	2013	6	USD	25.603	-	25.603	46.989	62.597
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	USD	5.504	21.328	26.832	34.826	51.035
KFW	2016	4,5	EUR	1.778	5.333	7.111	8.027	8.817
<b>Dívida em Moeda Estrangeira</b>				<b>32.885</b>	<b>26.661</b>	<b>59.546</b>	89.842	122.449
<b>MOEDA NACIONAL</b>								
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	5.213	-	5.213	10.628	15.876
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60 do CDI	R\$	101.213	-	101.213	104.050	103.067
Banco do Brasil S.A.	2014	104,1 do CDI	R\$	202.541	-	202.541	306.220	305.947
Banco do Brasil S.A (4)	2013	10,83*	R\$	795.036	-	795.036	713.255	640.075
Banco do Brasil S.A (4)	2013	11,58**	R\$	(1.883)	-	(1.883)	(6.459)	(9.581)
Banco do Brasil S.A.	2012	109,8 do CDI	R\$	-	-	-	99.114	148.671
Banco do Brasil S.A.	2014	98,5% do CDI*	R\$	105.000	374.177	479.177	442.528	-
Banco do Brasil S.A (4)	2014	0,64***	R\$	(2.612)	(676)	(3.288)	(5.891)	-
Banco do Brasil S.A (4)	2012	106% do CDI*	R\$	-	-	-	100.086	-
Banco do Brasil S.A (4)	2012	0,32***	R\$	-	-	-	(307)	-
Banco do Brasil S.A.	2013	104,08 do CDI	R\$	664.075	-	664.075	-	-
Banco do Brasil S.A.	2017	108,33 % do CDI	R\$	206.186	-	206.186	-	-
Banco Itaú – BBA	2013	CDI + 1,70	R\$	35.881	-	35.881	71.774	104.694
Banco Itaú – BBA	2014	CDI + 1,70	R\$	1.914	-	1.914	2.955	3.875
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	25.459	-	25.459	51.810	74.615
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	62.893	-	62.893	128.256	191.491
Bradesco S.A.	2013	103,00 do CDI	R\$	600.813	-	600.813	-	-
ELETROBRÁS	2023	UFIR + 6.00 a 8,00	R\$	69.345	320.770	390.115	428.238	373.365
Grandes Consumidores	2018	Diversas	R\$	3.826	3.041	6.867	6.366	5.891
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	12.535	-	12.535	25.112	37.672
UNIBANCO S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	33.690	-	33.690	68.300	101.917
<b>Dívida em Moeda Nacional</b>				<b>2.921.125</b>	<b>697.312</b>	<b>3.618.437</b>	<b>2.546.035</b>	<b>2.097.575</b>
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos</b>				<b>2.954.010</b>	<b>723.973</b>	<b>3.677.983</b>	<b>2.635.877</b>	<b>2.220.024</b>
Debêntures (3)	2017	IPCA + 7,96	R\$	530.287	-	530.287	502.648	472.333
Debêntures (3)	2014	IGP-M + 10,50	R\$	401.360	-	401.360	372.697	354.638
<b>Total de Debêntures</b>				<b>931.647</b>	<b>-</b>	<b>931.647</b>	<b>875.345</b>	<b>826.971</b>
<b>Total Geral Consolidado</b>				<b>3.885.657</b>	<b>723.973</b>	<b>4.609.630</b>	<b>3.511.222</b>	<b>3.046.995</b>

- (1) As taxas de juros variam entre 2 a 8% ao ano; *libor* semestral mais *spread* de 0,81 a 0,88% ao ano.
- (2) Foram contratados “swaps” com troca de taxa. Seguem as taxas dos Empréstimos e Financiamentos considerando os swaps: CDI + 1,50% a.a.
- (3) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.
- (4) Contratos com taxas e valores ajustados de acordo com CPC 08
  - a. \*Taxa Contratual.
  - b. \*\*Taxa Interna de retorno, incluindo o custo de transação;
  - c. \*\*\*Taxa Equivalente.

A composição dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 em diante	Total
<b>Moedas</b>									
Dólar Norte-Americano	31.107	2.283	-	-	-	-	-	19.045	52.435
Euro	1.778	1.778	1.778	1.777	-	-	-	-	7.111
	<b>32.885</b>	<b>4.061</b>	<b>1.778</b>	<b>1.777</b>	-	-	-	<b>19.045</b>	<b>59.546</b>
<b>Indexadores</b>									
IPCA (1)	1.449	-	176.279	176.280	176.279	-	-	-	530.287
IGP-M (2)	22.408	378.951	-	-	-	-	-	-	401.359
UFIR/RGR (3)	69.345	75.192	61.291	49.803	40.224	35.362	23.562	35.336	390.115
CDI (4)	1.756.499	473.620	65.914	65.910	66.360	-	-	-	2.428.303
Taxas pré-fixadas	793.153	-	-	-	-	-	-	-	793.153
TR (5)	1.534	382	96	-	-	-	-	-	2.012
Outros	2.293	-	578	731	732	521	-	-	4.855
	<b>2.646.681</b>	<b>928.145</b>	<b>304.158</b>	<b>292.724</b>	<b>283.595</b>	<b>35.883</b>	<b>23.562</b>	<b>35.336</b>	<b>4.550.084</b>
	<b>2.679.566</b>	<b>932.206</b>	<b>305.936</b>	<b>294.501</b>	<b>283.595</b>	<b>35.883</b>	<b>23.562</b>	<b>54.381</b>	<b>4.609.630</b>

- (1) Índice Preço ao Consumidor Amplo-IPCA  
 (2) Índice Geral de Preços –Mercado - IGP-M  
 (3) Unidade Fiscal de Referência UFIR/RGR  
 (4) Certificado Depósito Interbancário – CDI  
 (5) Taxa Referencial - TR

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moedas	Variação Acumulada em 2012 %	Variação Acumulada em 2011 %	Variação Acumulada em 2010 %	Indexadores	Variação Acumulada em 2012 %	Variação Acumulada em 2011 %	Variação Acumulada em 2010 %
Dólar Norte-Americano	8,94	12,58	(4,31)	IGP-M	7,82	5,10	11,32
Euro	10,73	9,25	(11,14)	CDI	8,37	11,64	9,71
				IPCA	5,84	6,50	5,63

A movimentação dos Empréstimos e Financiamentos e Debentures é como segue:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>3.511.222</b>
Financiamentos Obtidos	1.469.811
Variação Monetária e Cambial	59.029
Encargos Financeiros Provisionados	358.542
Encargos Financeiros Pagos	(216.937)
Amortização de Financiamentos	(572.037)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>4.609.630</b>

Foram transferidos R\$1.161.999 para o curto prazo, em decorrência do fluxo de pagamentos dos contratos vigentes, somados às captações de R\$600.000 e R\$640.000 em notas promissórias com vencimentos em 18 de Junho de 2013 e 27 de junho de 2013, respectivamente.

As captações de recursos durante o exercício de 2012 estão demonstradas abaixo:

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais %	Valor Captado
<b>Moeda Nacional</b>			
Banco do Brasil S/A (Notas Promissórias)	2013	104,08 do CDI	640.000
Banco do Brasil S/A	2013	102,50 do CDI	600.000
Banco do Brasil S/A	2017	108,33 do CDI	196.247
Eletrobrás	2023	6%	15.250
Eletrobrás	2023	6%	15.250
Eletrobrás	2017	6,5%	1.343
Eletrobrás	2013	6,5%	1.721
<b>Total de Captações</b>			<b>1.469.811</b>

## Garantias

Em 31 de dezembro de 2012, os Empréstimos e Financiamentos são garantidos da seguinte forma:

	Valores em Reais
NP e Aval	2.936.639
Recebíveis	1.135.837
Sem Garantia	537.154
<b>TOTAL</b>	<b>4.609.630</b>

## Debêntures

As Debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações.

As Debêntures de emissão da Cemig Distribuição, em 31 de dezembro de 2012, possuem as seguintes características:

Forma e Classe	Tipo garantia	Encargos Anuais (%)	Covenants	Saldo em 31/12/2012	Saldo em 31/12/2011	Saldo em 01/01/2011
Simples não Conversíveis (1)	Não há	IPCA+7,96	Não há	530.287	502.648	472.333
Simples não Conversíveis (1)	Quirografária	IGP-M + 10,50	Não há	401.360	372.697	354.638
<b>TOTAL</b>				<b>931.647</b>	<b>875.345</b>	<b>826.971</b>

(1) Sem cláusula de repactuação, e não há debêntures em tesouraria.

## Cláusulas Contratuais Restritivas – “Covenants”

A Companhia possui contratos de Empréstimos e Financiamentos, com Cláusulas Restritivas (“Covenants”), com exibibilidade de cumprimento semestrais, coincidentes com os últimos dias de cada semestre civil, 30 de junho e 31 de dezembro, conforme segue:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Dívida/LAJIDA;	Menor ou igual a 2,5
Dívida/LAJIDA;	Menor ou igual a 3,36
Dívida Circulante/LAJIDA	Menor ou igual a 200%
Dívida/Patrimônio Líquido + Dívida	Menor ou igual a 62%
LAJIDA/Encargos Dívidas	Maior ou igual a 2,3
LAJIDA/Juros	Maior ou igual a 3,0
Investimento/LAJIDA	Menor ou igual a 96%

Dívida Circulante = Somatório das obrigações financeiras remuneradas de curto prazo (empréstimos, financiamentos e debêntures);

LAJIDA = é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida. Em alguns contratos são estabelecidos critérios específicos de cálculo do LAJIDA, com algumas variações em relação à fórmula mencionada.

Em 31 de dezembro de 2011 e 30 de junho de 2012, a Companhia atendeu a todas as cláusulas restritivas.

Em 31 de dezembro de 2012, as seguintes cláusulas restritivas não foram atendidas:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido	Posição em 31/12/2012
Dívida/LAJIDA	Menor ou igual a 2,5	3,68
Dívida/LAJIDA	Menor ou igual a 3,36	4,58
Dívida Circulante/LAJIDA	Menor ou igual a 200%	266,10%
Dívida/Patrimônio Líquido + Dívida	Menor ou igual a 62%	65,17%
Investimento/LAJIDA	Menor ou igual a 96%	120,24%

Dívida Circulante = Somatório das obrigações financeiras remuneradas de curto prazo (empréstimos, financiamentos e debêntures); LAJIDA = Lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Em alguns contratos são estabelecidos critérios específicos de cálculo do LAJIDA, com algumas variações em relação a fórmula mencionada.

A Companhia está em processo de obtenção do consentimento dos credores para que não seja exigido o pagamento imediato ou antecipado dos montantes devidos até 31 de dezembro de 2012.

A Companhia tem a expectativa de obtenção dos consentimentos, mas como esse fato ocorrerá em data posterior a 31 de dezembro de 2012, os contratos cujas cláusulas não foram atendidas estão reconhecidos no Passivo Circulante. O montante transferido para o Passivo Circulante em decorrência das cláusulas restritivas não atendidas foi de R\$1.206.091.

## 16. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	2012	2011	01/01/2011
Eficiência Energética	134.498	131.015	157.488
Pesquisa e Desenvolvimento	60.469	88.678	102.701
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	37.570	32.674	28.385
Reserva Global de Reversão – RGR	37.200	34.870	29.330
Encargos de Capacidade Emergencial	31.035	31.092	31.049
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	25.645	50.887	40.542
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	21.236	18.790	14.477
Adicional 0,30% da Lei 12.111/09	4.678	3.499	3.128
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	3.150	2.365	2.124
Taxa de Fiscalização da ANEEL	1.806	1.806	1.697
Pesquisa Expansão Sistema Energético	1.575	1.182	1.062
Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	1.207	1.207	1.207
	<b>360.069</b>	<b>398.065</b>	<b>413.190</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>238.048</b>	<b>210.312</b>	<b>304.124</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>122.021</b>	<b>187.753</b>	<b>109.066</b>

## 17. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

### Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social – (“Forluz”), pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A Forluz disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (“Plano B”) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

A Companhia mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela Forluz, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribuem para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela Forluz.

## Amortização das Obrigações Atuariais e Reconhecimento nas Demonstrações Contábeis

A Companhia demonstra nesta Nota Explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde, Plano Odontológico, Seguro de Vida e Pensão de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (Benefícios a empregados) e laudo preparado por atuários independentes com base em 31 de dezembro de 2012.

Foi reconhecida pela Companhia uma obrigação a pagar referente a déficits atuariais passados relacionados ao Fundo de Pensão no montante de R\$590.373 em 31 de dezembro de 2012 (R\$613.102 em 31 de dezembro de 2011). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar pela Companhia, e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Após o 3º Aditivo ao Contrato da Forluz, os valores passaram a ser reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano.

Portanto, nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no Balanço Patrimonial é a dívida pactuada com a fundação para amortização das obrigações atuariais, mencionada anteriormente, tendo em vista que é superior ao passivo líquido com fundo de pensão constante do laudo do atuário. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia decidiu pelo registro integral da dívida, contra patrimônio líquido na data de transição para os IFRS, estando os impactos referentes a atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Valor Presente das Obrigações Fundeadas	6.177.203	586.388	15.983	514.184
Valor Justo dos Ativos do Plano	(5.472.685)	-	-	-
<b>Valor presente de Obrigações não Fundeadas</b>	<b>704.518</b>	<b>586.388</b>	<b>15.983</b>	<b>514.184</b>
Ganhos (Perdas) Atuariais Não Reconhecidos	(483.126)	(163.696)	6.771	(137.066)
<b>Passivo Líquido</b>	<b>221.392</b>	<b>422.692</b>	<b>22.754</b>	<b>377.118</b>
Complemento Referente Dívida com a Forluz	368.981	-	-	-
<b>Passivo Líquido no Balanço Patrimonial</b>	<b>590.373</b>	<b>422.692</b>	<b>22.754</b>	<b>377.118</b>

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia registra uma obrigação adicional correspondente à diferença entre o passivo líquido com suplementação de aposentadoria informada no laudo atuarial e a dívida pactuada com a Fundação.

A partir do exercício de 2013, em função da adoção das alterações no CPC 33 R1 (Benefícios a empregados), a diferença entre o passivo líquido registrado no Balanço Patrimonial e o valor presente de obrigações não fundeadas será integralmente reconhecida em contrapartida ao Patrimônio Líquido da Companhia. Dessa forma, ocorrerá um impacto no Patrimônio Líquido em janeiro de 2013 em função dessa nova prática contábil, no montante de R\$269.370, líquido dos efeitos fiscais diferidos.

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
<b>Obrigação de Benefício Definido em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>4.939.332</b>	<b>446.843</b>	<b>12.902</b>	<b>378.271</b>
Custo do Serviço Corrente	4.733	8.382	242	3.572
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	478.847	43.289	1.248	37.634
Contribuição dos Empregados	36	-	-	-
Perdas (Ganhos) Atuariais Reconhecidas	1.126.588	130.294	2.212	102.680
Benefícios Pagos	(372.333)	(42.420)	(621)	(7.973)
<b>Obrigação de Benefício Definido em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>6.177.203</b>	<b>586.388</b>	<b>15.983</b>	<b>514.184</b>

As mudanças no valor justo dos ativos dos planos são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados
<b>Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>4.693.813</b>
Retorno real dos investimentos	1.060.765
Contribuições do Empregador	90.404
Contribuição dos Empregados	36
Benefícios pagos	(372.333)
<b>Valor Justo dos Ativos do Plano em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>5.472.685</b>

Os valores reconhecidos na Demonstração de Resultado de 2012 são como segue:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Custo do Serviço Corrente	4.733	8.382	242	3.572	16.929
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	478.847	43.289	1.248	37.634	561.018
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(500.554)	-	-	-	(500.554)
Perdas (Ganhos) Atuariais Reconhecidas	-	-	(479)	-	(479)
<b>Despesa Conforme Laudo Atuarial</b>	<b>(16.974)</b>	<b>51.671</b>	<b>1.011</b>	<b>41.206</b>	<b>76.914</b>
Ajuste Referente Dívida com a Forluz	84.649	-	-	-	84.649
<b>Despesa Total em 2012</b>	<b>67.675</b>	<b>51.671</b>	<b>1.011</b>	<b>41.206</b>	<b>161.563</b>

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
<b>Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>613.102</b>	<b>413.441</b>	<b>22.364</b>	<b>343.885</b>	<b>1.392.792</b>
Despesa (Receita) Reconhecida no Resultado	67.675	51.671	1.011	41.206	161.563
Contribuições Pagas	(90.404)	(42.420)	(621)	(7.973)	(141.418)
<b>Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>590.373</b>	<b>422.692</b>	<b>22.754</b>	<b>377.118</b>	<b>1.412.937</b>
<b>Passivo Circulante</b>					<b>37.114</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>					<b>1.375.823</b>

As despesas com Fundo de Pensão são registradas no resultado financeiro por representarem os juros e variação monetária incidentes sobre a dívida com a Forluz, conforme mencionado anteriormente nesta nota. As despesas com planos de saúde, odontológico e seguro de vida são registradas como outras despesas operacionais.

A estimativa do atuário externo para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2013 é como segue:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Custo do Serviço Corrente	6.676	12.633	345	5.306
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	541.744	51.649	1.403	47.504
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(482.396)	-	-	-
<b>Despesa Total em 2013</b>	<b>66.024</b>	<b>64.282</b>	<b>1.748</b>	<b>52.810</b>

A expectativa de pagamento de benefícios e contribuições para o exercício de 2013 é como segue:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Estimativa de Pagamento de Benefícios	382.163	36.393	1.035	12.242

A Cemig Distribuição tem a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão no exercício de 2013 no montante de R\$97.433 e R\$51.462 para o Plano de Contribuição Definida.

As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

	2012	2011
Ações de empresas brasileiras	0,08%	0,11%
Títulos de Renda Fixa	85,63%	83,69%
Imóveis	3,77%	3,78%
Outros	10,52%	12,42%
	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

Os ativos do Plano de Pensão incluem os seguintes ativos, avaliados pelo valor justo, da CEMIG, controladora da Cemig Distribuição:

	2012	2011
Debêntures não Conversíveis Emitidas pela Patrocinadora	346.209	276.103
Ações Emitidas pela Patrocinadora	7.644	9.074
Imóveis da Fundação Ocupados pelas Patrocinadoras	150.198	144.142
	<b>504.051</b>	<b>429.319</b>

As principais premissas atuariais são conforme segue:

	2012	2011
Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial	9,05% a 10,07%	10,07%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	9,05% a	10,98%
Taxa anual de inflação de longo prazo	5,20%	4,30%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	7,31%	6,39%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Light média	Light média
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	IAPB-57	IAPB-57

## 18. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

A Companhia constituiu Provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	2011	Adições	Reversões	Liquidações	2012
Trabalhistas	18.469	11.253	(600)	(7.717)	21.405
Cíveis					
Relações de Consumo	46.711	6.515	(7.067)	(3.969)	42.190
Outras ações Cíveis	10.748	41.102	(10.748)	(21.470)	19.632
	57.459	47.617	(17.815)	(25.439)	61.822
Tributárias	3.109	-	(731)	-	2.378
Ambientais	276	36	(38)	-	274
Regulatórias	20.238	10.315	(9.757)	(8.291)	12.505
Outras	4.133	2.725	-	(256)	6.602
<b>Total</b>	<b>103.684</b>	<b>71.946</b>	<b>(28.941)</b>	<b>(41.703)</b>	<b>104.986</b>

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas Demonstrações Contábeis a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. Adicionalmente, a Administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

Os detalhes sobre as, principais, provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

**Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível.**

### Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por nossos empregados e profissionais terceirizados. Essas ações são relativas, de modo geral, às horas extras e ao adicional de periculosidade. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$149.046, dos quais R\$21.405 foram provisionados.

### Relações de Consumo

A Companhia é parte em diversas ações cíveis relativas às indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de acidentes envolvendo a rede elétrica de distribuição, irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$68.659, dos quais R\$42.190 foram provisionados.

### Outras Ações Cíveis

A Companhia é parte em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$57.030, dos quais R\$19.632 foram provisionados.

### Tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana – IPTU e ao Programa de Integração Social – PIS-PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$7.093, dos quais R\$2.378 foram provisionados.

### Regulatórias

A Companhia é ré em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente, a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$47.093, dos quais R\$12.505 foram provisionados.

### Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$27.786, dos quais R\$6.602 foram provisionados. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

**Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial.**

### Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

#### *Indenização do Anuênio*

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$127.058, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$87.268, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios, na rubrica “Trabalhistas”. O valor da contingência, atualizado, é de R\$146.395.

#### *Participação nos Lucros e Resultados (PLR)*

O INSS instaurou processo administrativo contra a Controladora, em 2006, em função do não recolhimento das contribuições previdenciárias sobre os valores pagos aos empregados a título de participação nos lucros e resultados no período de 2000 a 2004, devido ao fato da fiscalização ter entendido que a Cemig não teria atendido aos requisitos descritos na Lei 10.101 de 2000. Em 2007, foi impetrado mandado de segurança buscando obter declaração de que tais pagamentos de participação nos lucros e resultados não estavam sujeitos ao pagamento da contribuição à seguridade social. A Cemig recebeu sentença, parcialmente, favorável em 2008, da qual recorreu e está aguardando decisão em segunda instância. Em 31 de dezembro de 2011 o valor da contingência era de, aproximadamente, R\$140.875. Em 31 de dezembro de 2012, o valor foi reavaliado por nossos assessores jurídicos para R\$519, em decorrência de ter sido considerada como a melhor estimativa possível o valor atualizado do depósito judicial realizado, que é representativo das contribuições previdenciárias sobre as parcelas de PLR pagas.

#### *Contribuições Previdenciárias*

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat, multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$527.932.

### *Não homologação da Compensação de Créditos Tributários*

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de pagamento indevido, ou a maior, pela Companhia, relativa a diversos processos administrativos tributários quanto à discussão sobre compensação de tributos federais. O valor da contingência é de R\$192.856.

### *Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)*

A Companhia é parte em diversas ações relativas ao ICMS e, caso venha a ter que recolher o tributo incidente sobre essas transações, poderá requerer o ressarcimento junto aos consumidores para recuperar o valor do tributo acrescido de eventual multa, sendo as principais: (i) o não recolhimento do ICMS incidente sobre as parcelas que compõem a TUSD e a demanda contratada e não utilizada que foram faturadas no período de janeiro de 2005 a dezembro de 2010, visto que o valor do imposto incidente foi excluído das contas de energia elétrica, em cumprimento à Liminar concedida. Nenhuma provisão foi constituída e o valor, estimado, da contingência é de R\$315.509. Em função de acordo com o Governo do Estado de Minas Gerais envolvendo as ações judiciais de ICMS, as ações onde a Companhia era parte devedora ou credora estão em processo de extinção.

O Instituto Mineiro de Defesa do Consumidor (IMIDEC) impetrou Ação Civil Coletiva contra a Companhia, onde questiona a cobrança do ICMS sobre o total da fatura e não somente com incidência sobre o serviço prestado. Com base na avaliação realizada pelos nossos assessores jurídicos, de que o mérito da discussão já foi objeto de manifestação pelo STF, a probabilidade de perda foi reavaliada de possível para remota.

### *Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)*

A Receita Federal lavrou auto de infração contra a Companhia referente à tributação da CSLL do período de apuração 2008/2009, por contestar a constituição de crédito tributário em relação a doações e patrocínios de caráter cultural e artístico, multas punitivas e de tributos com exigibilidade suspensa, realizada pela Companhia com base em pareceres emitidos por seus consultores e assessores jurídicos. O valor da contingência era de R\$61.745 em 30 de junho de 2012, e teve a sua probabilidade de perda alterada para remota pelos assessores jurídicos, em decorrência da Companhia acreditar possuir argumentos de mérito para sua defesa.

## Questões Regulatórias

### *Conta de Resultados a Compensar (CRC)*

#### a) Demanda Judicial

Anteriormente a 1993, era garantida às concessionárias de energia elétrica uma taxa de retorno sobre investimentos em ativos utilizados na prestação de serviços vinculados à concessão. As tarifas cobradas eram uniformes em todo o país e os lucros gerados pelas concessionárias mais lucrativos realocados às concessionárias menos lucrativas, de forma que a taxa de retorno de todas as companhias fosse igual à média nacional. Os *déficits* eram contabilizados na CRC de cada concessionária. Quando a CRC e o conceito de retorno garantido foram abolidos, a Cemig utilizou os saldos positivos para compensar as responsabilidades junto ao Governo Federal.

A Aneel instaurou processo administrativo contra a Controladora, contestando crédito relativo aos referidos saldos positivos. Em 31 de outubro de 2002, a Aneel proferiu decisão administrativa final. Em 9 de janeiro de 2004, a Secretaria do Tesouro Nacional expediu Ofício para a Cemig cobrando o valor de R\$516 milhões. A Cemig não efetuou o pagamento, por acreditar ter argumentos de mérito para a defesa judicial, e impetrou mandado de segurança para suspender a sua inclusão no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público (Cadin). Embora o mandado tenha sido indeferido em primeira instância, foi interposto recurso ao Tribunal Federal da Primeira Região que concedeu medida liminar suspendendo a inclusão no Cadin.

O valor da contingência em 31 de dezembro de 2011 era de R\$1.014.905 e nenhuma provisão havia sido constituída.

#### b) Negociação para quitação antecipada da CRC

Em 20 de novembro de 2012, o Governo do Estado de Minas Gerais e a Cemig celebraram um Termo de Compromisso, que teve por finalidade viabilizar a antecipação do pagamento integral das obrigações decorrentes do Contrato CRC. Ao valor atualizado do saldo devedor foi aplicado um desconto de aproximadamente 35% para depósito à vista pelo Estado de Minas Gerais na conta da Controladora.

Do valor recebido pela Controladora, o Estado reteve e repassou à União o valor de R\$403.162, referente ao Termo de Conciliação firmado para por fim à demanda judicial existente entre a Cemig e a União relacionada à extinta Conta CRC. Em decorrência desta retenção, a Controladora registrou uma despesa pelo mesmo valor em dezembro de 2012, sem impacto para a Cemig Distribuição.

### *Contribuição para Iluminação Pública (CIP)*

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada, em R\$14.856.

Adicionalmente, a Controladora é parte em diversos processos judiciais com o mesmo objeto, no montante, aproximado, de R\$1.147.965. Em decorrência do processo de desmembramento das atividades da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, caso a Controladora venha a sofrer alguma perda relativa a este processo, a Companhia poderá ser impactada.

### Majoração tarifária

#### *Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda*

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$132.648. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

#### *Reajuste Tarifário Periódico – Neutralidade da Parcela A*

A Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente (AMPROCOM) impetrou ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando a identificação de todos os consumidores que teriam sido lesados nos processos de revisão periódica e reajuste anual de energia elétrica, no período de 2002 a 2009, e a restituição, através de crédito nas faturas de energia elétrica, dos valores que lhes foram indevidamente cobrados, em razão da não desconsideração do impacto de variações futuras de demanda de consumo de energia em componentes de custo não gerenciáveis (Parcela A) e a incorporação indevida desses ganhos nos custos gerenciáveis da distribuidora (Parcela B), provocando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. O valor, estimado, da contingência é de R\$158.368.

## 19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 31 de dezembro de 2012, o Capital Social da Companhia é de R\$2.261.998, representado, em 2012 e 2011, por 2.261.997.787 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da CEMIG.

### Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do Lucro Líquido do exercício, antes da retenção dos valores para constituição da Reserva Legal.

Os dividendos declarados, são pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

O Art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade, para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social, dos Juros sobre capital próprio pagos aos acionistas, que no caso da Companhia foram calculados com base na variação da TJLP sobre o Patrimônio Líquido.

O Conselho de Administração deliberou pagamentos de Juros sobre o Capital Próprio em 2012 no montante de R\$141.114. Os benefícios fiscais decorrentes dos pagamentos foram de R\$47.979, reconhecidos no resultado do exercício de 2012 (R\$48.488 em 2011).

	2012
<b>Dividendos Obrigatórios</b>	
Lucro Líquido do Exercício	191.365
Dividendo Obrigatório – 50,00% do lucro líquido	95.683
<b>Dividendos Propostos</b>	
Juros sobre capital próprio	141.114
Percentual de dividendos propostos em relação ao lucro do exercício	73,74%
<b>Dividendos por ação - R\$</b>	
Dividendos Obrigatórios	0,04
Dividendos Propostos	0,06

### Reservas de Lucros

A composição da conta Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

	2012	2011
<b>Reservas de Lucros</b>		
Reserva Legal	160.468	150.900
Reserva de Retenção de Lucros	40.683	243.565
	<b>201.151</b>	<b>394.465</b>

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$9.568 de Reserva Legal em 2012, correspondente a 5,00% do lucro apurado no exercício.

O Conselho de Administração da Companhia irá submeter a Assembleia Geral Ordinária (AGO), a ser realizada até 30 de abril de 2013, a retenção no Patrimônio Líquido do montante de R\$40.683 para garantir os investimentos da Companhia previstos para o exercício de 2013.

### Lucro por ação

O Lucro por ação foi calculado com base no número de ações ordinárias da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	2012	2011
Quantidade de Ações	2.261.998	2.261.998
Resultado do Exercício	191.365	719.971
Lucro Líquido Básico e Diluído por ação ordinária (em R\$)	0,08460	0,31829

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o Lucro Diluído é igual ao Lucro Básico.

## 20. RECEITA

A composição da Receita da Companhia é conforme segue:

	2012	2011 Reclassificado
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos (a)	10.791.691	9.881.600
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres (b)	1.871.596	1.825.205
Transações com Energia na CCEE	115.563	24.611
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição (c)	1.228.483	1.175.319
Outras Receitas Operacionais (d)	281.353	160.673
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (e)	(4.784.894)	(4.557.280)
	<b>9.503.792</b>	<b>8.510.128</b>

### a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos

A composição do Fornecimento de Energia Elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (*)		R\$	
	2012	2011	2012	2011 Reclassificado
Residencial	8.870.990	8.548.212	4.890.383	4.303.276
Industrial	4.174.465	4.718.812	1.556.308	1.643.756
Comércio, Serviços e Outros	5.438.451	5.180.848	2.478.578	2.239.724
Rural	2.857.117	2.632.721	781.601	703.599
Poder Público	830.705	801.574	364.096	336.394
Iluminação Pública	1.241.927	1.195.078	341.901	314.147
Serviço Público	1.185.781	1.150.202	355.176	331.235
<b>Subtotal</b>	<b>24.599.436</b>	<b>24.227.447</b>	<b>10.768.043</b>	<b>9.872.131</b>
Consumo Próprio	34.126	34.932	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	23.648	9.469
<b>Total</b>	<b>24.633.562</b>	<b>24.262.379</b>	<b>10.791.691</b>	<b>9.881.600</b>

(\*) Valores em MWh informados não auditados pelos auditores independentes.

## b) Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres

Parcela representativa dos Grandes Consumidores Industriais na área de concessão da Companhia estão na condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores realizada, principalmente, por meio da Cemig Geração e Transmissão. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, separadamente, pela Companhia, com o registro na rubrica de “Receita de Uso da Rede”.

## c) Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição

A Receita de Construção é integralmente compensada pelos Custos de Construção, no mesmo valor, e corresponde aos investimentos da Companhia no período em ativos da concessão. Mais detalhes nas notas nº 12 e 21 das Demonstrações Contábeis.

## d) Outras Receitas Operacionais

	2012	2011
Serviço Taxado	17.010	12.820
Outras Prestações de Serviços	11.591	17.622
Subvenções (*)	176.078	55.705
Aluguel e Arrendamento	75.583	72.441
Outras	1.091	2.085
	<b>281.353</b>	<b>160.673</b>

(\*) Receita reconhecida em decorrência de subvenção recebida da Eletrobrás, em função do desconto nas tarifas dos consumidores de baixa renda. Os valores foram homologados pela ANEEL e são reembolsados pela ELETROBRAS.

## e) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	2012	2011
Impostos sobre a Receita		
ICMS	2.568.753	2.358.568
PIS-PASEP	209.206	195.434
COFINS	963.624	900.185
ISSQN	306	518
	<b>3.741.889</b>	<b>3.454.705</b>
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR	87.832	64.687
Programa de Eficiência Energética-PEE	28.505	34.213
Conta de Desenvolvimento Energético-CDE	450.836	392.095
Quota para Conta de Consumo de Combustível-CCC	408.707	569.263
Pesquisa e Desenvolvimento-P&D	16.781	9.855
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FNDCT	16.781	9.593
Pesquisa Expansão Sistema Energético-EPE	8.391	4.797
Encargos Adicionais Lei 12.111/09	25.172	18.072
	<b>1.043.005</b>	<b>1.102.575</b>
	<b>4.784.894</b>	<b>4.557.280</b>

## 21. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2012	2011
Pessoal (a)	830.118	766.720
Participação de Empregados e Administradores no Resultado	164.186	148.298
Obrigações Pós-Emprego ( <i>nota 17</i> )	93.888	87.331
Materiais	52.396	64.431
Serviços de Terceiros (b)	695.245	680.887
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	4.179.651	2.936.029
Amortização	392.634	383.714
Provisões Operacionais (d)	269.014	161.437
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	794.333	671.651
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição (e)	1.228.483	1.175.319
Outras Despesas Líquidas (f)	307.167	204.725
	<b>9.007.115</b>	<b>7.280.542</b>

a) Despesas com Pessoal	2012	2011
Remunerações e Encargos	733.161	687.461
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	49.011	46.446
Benefícios Assistenciais	103.888	100.449
	<b>886.060</b>	<b>834.356</b>
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(79.708)	(79.823)
Programas de Desligamento de Empregados	23.766	12.187
	<b>830.118</b>	<b>766.720</b>

### Programas de Desligamento de Empregados

#### *Programa Desligamento Premiado (PDP)*

A Companhia manteve, de novembro de 2011 a 17 de janeiro de 2012 o Programa Desligamento Premiado (PDP), que tinha entre os seus principais benefícios os pagamentos de 1 remuneração bruta e 6 meses de contribuições para o plano de saúde após o desligamento, depósito da multa de 40% sobre o saldo do FGTS para fins rescisórios, o pagamento do aviso prévio correspondente ao mínimo de uma remuneração (30 dias) até o máximo de 3 remunerações (90 dias). Em 2012, houve a adesão de 109 empregados.

#### *Programa de Incentivo ao Desligamento (PID)*

Para o período de 17 de janeiro de 2013 a 27 de março de 2013 a Companhia criou o Programa de Incentivo ao Desligamento (PID), de adesão exclusiva aos empregados que já reúnem condições plenas de aposentadoria no INSS e na Forluz e ainda o mínimo de 20 anos de admissão na Companhia. O PID prevê o pagamento de indenização correspondente a 4 remunerações brutas, pagamento de 6 meses de contribuições para o plano de saúde e demais verbas indenizatórias previstas em Lei. O impacto financeiro do Programa será registrado em 2013 em conformidade à adesão dos empregados, sendo que o prazo de desligamento se encerrará em junho de 2013.

<b>b) Serviços de Terceiros</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Agentes Arrecadadores, Leitura de Medidores e Entrega de Contas.	173.403	150.296
Comunicação	92.094	75.185
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	147.859	150.012
Conservação e Limpeza de Prédios	49.924	32.860
Conservação e Limpeza de Faixa, Estradas e Aceiros	33.748	32.168
Mão de Obra Contratada	15.911	52.555
Fretes e Passagens	4.639	4.429
Hospedagem e Alimentação	13.086	12.735
Vigilância	8.099	8.155
Consultoria	2.459	4.380
Manutenção e Conservação de Móveis e Utensílios	22.400	33.234
Manutenção e Conservação de Veículos	1.283	16.401
Corte e Religação	33.135	26.698
Podas de Árvores	25.849	25.146
Outros	71.356	56.633
	<b>695.245</b>	<b>680.887</b>

<b>c) Energia Elétrica Comprada para Revenda</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Energia de Itaipu Binacional	885.477	761.142
Energia de Curto Prazo	681.452	282.392
Contratos Bilaterais	287.800	272.281
Energia adquirida em Leilão	2.440.528	1.707.604
PROINFA	227.926	178.033
Créditos de PASEP/COFINS	(343.532)	(265.423)
	<b>4.179.651</b>	<b>2.936.029</b>

<b>d) Provisões Operacionais</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Prêmio de Aposentadoria	946	3.629
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	225.063	85.872
Provisão para Contingências		
Trabalhistas	10.653	6.474
Cíveis	29.670	45.493
Tributárias	(731)	2.153
Ambientais	(2)	45
Regulatórias	558	20.288
Outras	2.857	(2.517)
	<b>43.005</b>	<b>71.936</b>
	<b>269.014</b>	<b>161.437</b>

A Companhia provisionou como créditos de liquidação duvidosa em 2012 o valor de R\$159.015, referente aos valores a receber de consumidores industriais em função de não recolhimento do ICMS incidente sobre as parcelas que compõem a TUSD.

e) Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	2012	2011
Pessoal	82.461	77.988
Materiais	594.833	442.864
Serviços de Terceiros	500.148	583.363
Encargos Financeiros e Efeitos Inflacionários	12.812	39.281
Aquisição de Imóveis e Instalações	3.057	261
Arrendamentos e Aluguéis	854	787
Impostos e Taxas	322	241
Outros	33.996	30.534
	<b>1.228.483</b>	<b>1.175.319</b>

f) Outras Despesas Líquidas	2012	2011
Arrendamentos e Aluguéis	72.477	62.510
Propaganda e Publicidade	5.884	22.676
Consumo Próprio de Energia Elétrica	14.017	18.944
Subvenções e Doações	18.771	16.244
Taxa de Fiscalização da ANEEL	21.596	21.295
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	29.356	20.590
Contribuição à CCEE	2.613	2.660
Seguros	1.641	1.833
Forluz – Custeio Administrativo	16.369	10.634
Taxa de Licenciamento para Uso ou Ocupação de Faixa de Domínio das Rodovias (TFDR)	-	30.015
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	117.677	20.402
Outras (Recuperação de Despesas)	6.766	(23.078)
	<b>307.167</b>	<b>204.725</b>

A Companhia registrou em 2012 as perdas relativas às desativações de bens decorrentes da realização do inventário físico para atendimento à Resolução ANEEL nº 367/2009

### Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, e não são relevantes em relação aos custos totais da Companhia.

## 22. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2012	2011 Reclassificado
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>		
Renda de Aplicação Financeira	41.971	73.186
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	150.570	119.916
Variações Cambiais	14.540	20.140
Ganhos com Instrumentos Financeiros (nota 24)	21.499	14.702
Variações Monetárias	3.360	54.194
Multas Contratuais	46.550	19.835
Outras	10.593	8.376
	<b>289.083</b>	<b>310.349</b>
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(337.105)	(299.777)
Encargos de Variação Monetária – FORLUZ	(67.675)	(76.922)
Variações Cambiais	(30.903)	(26.502)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(55.380)	(47.690)
Variação Monetária de P&D e PEE	(16.412)	(25.055)
Variação Monetária - Outras	(8.868)	(3.424)
Outras	(57.612)	(47.092)
	<b>(573.955)</b>	<b>(526.462)</b>
<b>DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS</b>	<b>(284.872)</b>	<b>(216.113)</b>

### 23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia é uma subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, cujo acionista controlador é o Governo do Estado de Minas Gerais.

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
<b>CEMIG</b>								
<b>Circulante</b>								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	12.452	10.834	-	-	(7.705)	(4.081)
Juros sobre capital próprio e Dividendos	-	-	119.947	109.215	-	-	-	-
<b>Não Circulante</b>								
Convênio de Cooperação (1)	5.115	4.146	-	-	-	-	-	-
<b>Cemig Geração e Transmissão</b>								
<b>Circulante</b>								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	16.629	260	-	-	17.922	7.978
Operações com Energia Elétrica (2)	3.130	3.554	28.386	28.915	46.001	50.429	(281.018)	(253.001)
<b>Não Circulante</b>								
Convênio de Cooperação (1)	18.081	18.066	-	-	-	-	-	-
<b>Light</b>								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	809	749	-	-	(7.753)	(6.234)
<b>Cemig Capim Branco</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	7.406	7.320	4.975	4.349	(90.627)	(72.582)
<b>Cemig Telecomunicações</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	-	-	2.989	3.457	-	-
Compartilhamento de Infraestrutura (3)	2.444	1.195	-	-	4.630	5.579	-	-
Prestação de serviço (4)	-	-	2.996	3.448	-	-	(15.345)	(20.313)
<b>Não Circulante</b>								
Manutenção (5)	267	619	-	-	-	-	-	-
<b>Transmissora Aliança de Energia Elétrica</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	2.577	3.025	-	-	(23.906)	(22.066)
<b>Cemig Serviços</b>								
Prestação de Serviço (6)	-	-	2.963	758	-	-	(12.485)	(1.339)
<b>Empresa Amazonense de Transmissão de Energia</b>								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	1.167	997	-	-	(10.245)	(8.722)
<b>Empresa Paraense de Transmissão de Energia</b>								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	224	201	-	-	(2.064)	(1.760)
<b>Baguari Energia</b>								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	717	389	159	146	(5.299)	(4.588)
<b>Governo do Estado de Minas Gerais</b>								
<b>Circulante</b>								
Consumidores e Revendedores (7)	8.197	6.657	-	-	96.286	89.267	-	-
Consumidores e Revendedores (8)	-	25.016	-	-	-	-	-	-
<b>FORLUZ</b>								
<b>Circulante</b>								
Obrigações Pós-emprego (9)	-	-	37.114	53.687	-	-	(67.675)	(76.922)
Despesa com pessoal (10)	-	-	-	-	-	-	(49.011)	(46.446)
Custeio Administrativo (11)	-	-	-	-	-	-	(16.369)	(10.634)
<b>Não Circulante</b>								
Obrigações Pós-Emprego (9)	-	-	553.259	559.415	-	-	-	-
<b>Cemig Saúde</b>								
<b>Circulante</b>								
Plano de Saúde e odontológico (12)	-	-	-	-	-	-	(52.682)	(50.225)
<b>Não Circulante</b>								
Plano de Saúde e odontológico (12)	-	-	445.446	435.805	-	-	-	-
<b>Andrade Gutierrez</b>								
<b>Circulante</b>								
Programa Luz para todos (13)	-	-	-	-	-	-	(2.129)	(8.906)
<b>Não Circulante</b>								
Programa Luz para todos (13)	-	-	-	263	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

- (1) Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.924/2008. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (2) A Companhia possui contratos de compra de energia da Cemig Geração e Transmissão, Light S.A., Baguari Energia, Santo Antônio Energia e Cemig Capim Branco S.A. decorrente do leilão público de energia ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M. Essas operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, tendo em vista que a compra da energia foi feita através de leilão organizado pelo Governo Federal que definiu posteriormente os contratos que deveriam ser assinados entre distribuidores e geradores. Para Cemig Telecomunicações, Transmissora Aliança de Energia Elétrica, Empresa Amazonense de Transmissão de Energia e Empresa Paraense de Transmissão de Energia as Operações com Energia Elétrica referem-se ao Encargos de Uso da Rede Elétrica;
- (3) Compartilhamento de infraestrutura excedente da Distribuição, Transmissão e Subtransmissão compreendendo postes da rede de distribuição, instalações prediais e outras infraestruturas entre a Cemig e a Cemig Telecomunicações através de contrato celebrado em 2000 com duração de 15 anos. Valor recebido varia de acordo com a receita obtida pelo uso da infraestrutura pela Cemig Telecom. Não há índice de reajuste;
- (4) Refere-se a contrato de prestação de serviço de telecomunicação através da oferta de capacidade de rede celebrado entre a Cemig Telecomunicações e a Cemig Distribuição em 2009 e 2010 com duração de 5 anos corrigido pelo IGP-M.
- (5) Prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva das linhas de transmissão e subtransmissão que estejam sendo usadas conjuntamente, incluindo os cabos OPGW, cabos de transição e seus acessórios.
- (6) Refere-se a contrato de prestação de serviço de leitura, impressão e entrega simultânea de contas de energia elétrica de consumo em kWh, através de tecnologia desenvolvida para tal, inspeção visual de unidades consumidoras, coleta e confirmação de dados cadastrais, atualização cadastral postal, alocação de rotas, planejamento e mudança de rotas urbanas e rurais celebrado entre a Cemig serviços e a Cemig Distribuição em 2011 com duração de 2 anos prorrogável por até 2 anos corrigido pelo IGP-M.
- (7) Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da Companhia;
- (8) Refere-se à renegociação de débito originário de venda de energia para a COPASA, integralmente liquidado em setembro de 2012;
- (9) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (vide Nota Explicativa nº 17 das Demonstrações Contábeis) e serão amortizados até o exercício de 2024;
- (10) Contribuições da Companhia para o Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria referentes aos empregados participantes do Plano Misto (vide Nota Explicativa nº 17 das Demonstrações Contábeis) e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (11) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (12) Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados.
- (13) Contrato referente ao empreendimento de Implantação de lote do Programa de Eletrificação Rural "Luz para Todos" na Área de Concessão da Cemig celebrado entre a Cemig Distribuição e o Consórcio Iluminas, do qual a Andrade Gutierrez é parte.

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nºs 7, 17 e 21 das Demonstrações Contábeis.

### Remuneração do pessoal chave da Administração

Os custos com o pessoal chave da Administração são integralmente custeados pela controladora.

	2012	2011
Remuneração	7.762	9.142
Participação nos Resultados	2.301	1.980
Benefícios Pós Emprego	888	713
Benefícios Assistenciais	1.243	102
<b>Total</b>	<b>12.194</b>	<b>11.937</b>

## 24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia são os saldos do Caixa e Equivalentes de Caixa, Consumidores e Revendedores, Fundos Vinculados, Ativos Financeiros da Concessão, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures e “swaps” de moedas, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros da Companhia foram reconhecidos e encontram-se classificados conforme abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, os Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia e Fundos Vinculados. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos.
- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria, Títulos e Valores Mobiliários e os Instrumentos Derivativos (mencionados no item “b”). São mensuradas ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva;
- Instrumentos Financeiros disponíveis para venda: a partir de 31 de dezembro de 2012, encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Demonstrações Contábeis.
- Passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ) e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus Empréstimos, Financiamentos e Debêntures utilizando a taxa CDI + 0,9%, com base na sua última captação. Para aqueles Empréstimos, Financiamentos e Debêntures com taxas entre IPCA + 4,70% a IPCA + 5,10%, CDI + 0,65% a CDI + 0,73%, IGPM + 4,70% a IGPM + 5,10%, taxa fixa 8,5% a 10,07% a Companhia considerou seu valor justo igual ao contábil. Para os financiamentos do BNDES e ELETROBRAS o valor justo é idêntico ao saldo contábil, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

- Instrumentos Financeiros Derivativos. São mensurados pelo valor justo e os efeitos reconhecidos, diretamente, no resultado.

Categoria dos Instrumentos Financeiros	2012		2011		01/01/2011	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo Reclassificado	Valor Contábil	Valor Justo Reclassificado
<b>Ativos Financeiros:</b>						
<b>Empréstimos e Recebíveis</b>						
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras	128.390	128.390	483.885	483.885	455.641	455.641
Consumidores, Revendedores e Transporte de Energia	1.887.991	1.887.991	1.923.093	1.923.093	1.789.048	1.789.048
Fundos Vinculados	132.256	132.256	3.279	3.279	14.048	14.048
Ativos Financeiros da Concessão	-	-	3.118.126	3.118.126	2.387.093	2.387.093
	<u>2.148.637</u>	<u>2.148.637</u>	<u>5.528.383</u>	<u>5.528.383</u>	<u>4.645.830</u>	<u>4.645.830</u>
<b>Disponíveis para venda</b>						
Ativos Financeiros da Concessão	4.757.735	4.757.735	-	-	-	-
<b>Mantidos até o vencimento</b>						
Títulos e valores mobiliários	60.369	60.369	-	-	-	-
<b>Valor justo por meio do resultado:</b>						
<b>Mantidos para negociação</b>						
Títulos e Valores Mobiliários	40.492	40.492	5.000	5.000	-	-
Instrumento Derivativo – Contrato de Swap	20.445	20.445	-	-	-	-
<b>Passivos Financeiros:</b>						
<b>Avaliados ao Custo Amortizado</b>						
Fornecedores	1.116.600	1.116.600	753.131	753.131	770.139	770.139
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	4.609.630	4.809.235	3.511.222	3.598.107	3.046.995	3.046.995
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ)	590.373	590.373	613.102	613.102	628.501	628.501
	<u>6.316.603</u>	<u>6.516.208</u>	<u>4.877.455</u>	<u>4.964.340</u>	<u>4.445.635</u>	<u>4.445.635</u>
<b>Valor justo por meio de resultado:</b>						
Instrumento Derivativo - Contrato de Swap	-	-	25.764	25.764	69.271	69.271

## a) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma consultoria externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

### Risco de Taxas de Câmbio

A Cemig Distribuição está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente à cotação do dólar Norte-Americano em relação ao real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da Companhia às elevações das taxas de câmbio, a Cemig Distribuição possuía, em 31 de dezembro de 2012, operações contratadas de *hedge*, descritas em mais detalhes no item “b”.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	2012		2011	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos ( <i>nota 15</i> )	25.659	52.435	43.616	81.813
Fornecedores (Itaipu Binacional)	87.137	180.180	88.137	162.071
(-) Operações Contratadas de Hedge/Swap	(8.168)	(23.823)	(17.226)	(32.312)
	104.628	208.792	114.527	211.572
Euro				
Empréstimos e Financiamentos ( <i>nota 15</i> )	2.638	7.111	3.298	8.027
<b>Passivo Líquido Exposto</b>		<b>215.903</b>		<b>219.599</b>

### Análise de Sensibilidade

A Companhia estima, com base em nossos consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real no final de 2013 será uma valorização de 0,29% para o dólar (R\$2,050) e uma desvalorização de 2,67% para o Euro (R\$2,622). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 31/12/2012	Cenário Provável	Cenário Possível Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Remoto Depreciação Cambial 50,00%
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos ( <i>nota 15</i> )	52.435	52.589	65.736	78.884
Fornecedores (Itaipu Binacional)	180.180	180.709	225.886	271.064
(-) Operações Contratadas de Hedge/Swap	(23.823)	(23.893)	(29.866)	(35.840)
	208.792	209.405	261.756	314.108
Euro				
Empréstimos e Financiamentos ( <i>nota 15</i> )	7.111	6.921	8.651	10.381
<b>Passivo Líquido Exposto</b>	<b>215.903</b>	<b>216.326</b>	<b>270.407</b>	<b>324.489</b>
<b>Efeito Líquido da Variação Cambial</b>		<b>423</b>	<b>54.504</b>	<b>108.586</b>

## Risco de Taxa de Juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, em 31 de dezembro de 2012. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Cemig Distribuição às Taxas de Juros Nacionais	2012	2011
<b>Ativos</b>		
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras (nota 5)	128.390	483.885
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6)	100.861	5.000
Fundos Vinculados	132.256	3.279
	<u>361.507</u>	<u>492.164</u>
<b>Passivos</b>		
Empréstimos e Financiamentos - CDI (nota 15)	(2.428.303)	(1.404.636)
Operações Contratadas de Hedge/Swap (Juros)	(600.000)	(600.000)
	<u>(3.028.303)</u>	<u>(2.004.636)</u>
<b>Passivo Líquido Exposto</b>	<b><u>(2.666.796)</u></b>	<b><u>(1.512.472)</u></b>

### Análise de Sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2013, a taxa SELIC será de 7,25%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta na taxa de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de Cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários base, otimista e pessimista da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de Hedge.

Risco - Alta nas Taxas de Juros Nacionais	31/12/2012	31 de dezembro de 2013		
	Valor Contábil	Cenário Provável SELIC 7,25%	Cenário Possível SELIC 9,06%	Cenário Remoto SELIC 10,88%
<b>Ativos</b>				
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras (nota 5)	128.390	137.698	140.022	142.359
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6)	100.861	108.173	109.999	111.835
Fundos Vinculados	132.256	141.845	144.238	146.645
	<u>361.507</u>	<u>387.716</u>	<u>394.259</u>	<u>400.839</u>
<b>Passivos</b>				
Empréstimos e Financiamentos – CDI (Nota 15)	(2.428.303)	(2.604.355)	(2.648.307)	(2.692.502)
Operações Contratadas de Hedge/Swap (Juros)	(600.000)	(641.760)	(652.186)	(665.280)
	<u>(3.028.303)</u>	<u>(3.246.115)</u>	<u>(3.300.493)</u>	<u>(3.357.782)</u>
<b>Passivo Líquido Exposto</b>	<b><u>(2.666.796)</u></b>	<b><u>(2.858.399)</u></b>	<b><u>(2.906.234)</u></b>	<b><u>(2.956.943)</u></b>
<b>Efeito Líquido da Variação das Taxas de Juros</b>		<b><u>(191.603)</u></b>	<b><u>(239.438)</u></b>	<b><u>(290.147)</u></b>

## Risco de Elevação da Inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação da inflação, em 31 de dezembro de 2012. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação do IPCA e do IGP-M, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à Elevação da Inflação	2012	2011
<b>Ativos</b>		
Ativos Financeiros da Concessão – IGP-M (nota 11)	4.757.735	3.118.126
<b>Passivos</b>		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 15)	(530.287)	(502.648)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IGP-M (nota 15)	(401.359)	(372.697)
	(931.646)	(875.345)
<b>Ativo Líquido Exposto</b>	<b>3.826.089</b>	<b>2.242.781</b>

### Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2013, as taxas IPCA e IGP-M serão de 5,42% e 5,21%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Elevação da inflação	31/12/2012	31 de dezembro de 2013		
	Valor Contábil	Cenário Provável IPCA 5,42% IGP-M 5,21%	Cenário Possível IPCA 6,78% IGP-M 6,51%	Cenário Remoto IPCA 8,13% IGP-M 7,82%
<b>Ativos</b>				
Ativos Financeiros da Concessão – IGP-M (nota 11)	4.757.735	5.005.613	5.067.464	5.129.790
<b>Passivos</b>				
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 15)	(530.287)	(559.029)	(566.240)	(573.399)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IGP-M (nota 15)	(401.359)	(422.270)	(427.487)	(432.745)
	(931.646)	(981.299)	(993.727)	(1.006.144)
<b>Ativo Líquido Exposto</b>	<b>3.826.089</b>	<b>4.024.314</b>	<b>4.073.737</b>	<b>4.123.646</b>
<b>Efeito Líquido da Variação do IPCA</b>		<b>198.225</b>	<b>247.648</b>	<b>297.557</b>

## Risco de Liquidez

A Cemig Distribuição apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig Distribuição administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando até 20% de seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros contratuais, podem ser observadas na tabela abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Instrumentos Financeiros à Taxa de Juros:</b>						
<b>- Pós-fixadas</b>						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	17.960	111.093	1.969.133	2.268.904	151.179	4.518.269
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ)	5.931	11.945	54.876	332.207	687.195	1.092.154
	<u>23.891</u>	<u>123.038</u>	<u>2.024.009</u>	<u>2.601.111</u>	<u>838.374</u>	<u>5.610.423</u>
<b>- Pré-fixadas</b>						
Fornecedores	1.116.600	-	-	-	-	1.116.600
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-	-	826.288	-	-	826.288
	<u>1.116.600</u>	<u>-</u>	<u>826.288</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.942.888</u>
	<u><b>1.140.491</b></u>	<u><b>123.038</b></u>	<u><b>2.850.297</b></u>	<u><b>2.601.111</b></u>	<u><b>838.374</b></u>	<u><b>7.553.311</b></u>

### Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também, são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

A provisão para devedores duvidosos constituída, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, foi de R\$471.710.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas advindas da decretação de insolvência de Instituição Financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004, onde cada instituição é analisada segundo critérios de liquidez corrente, grau de alavancagem, grau de inadimplência, rentabilidade e custos, além de análise de três agências de classificação de riscos financeiros. As instituições recebem limites máximos de alocação de recursos que são revisados periodicamente ou sob qualquer alteração nos cenários macroeconômicos da economia brasileira.

A Cemig Distribuição administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, sempre atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Demonstrações Contábeis.

Como instrumento de gestão, a CEMIG divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e em dois fundos de investimentos, que possuem, aproximadamente, 20% da carteira total. Os fundos de investimentos aplicam os recursos, exclusivamente, em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. Rating de duas agências de riscos;
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões;
3. Índice de Basiléia superior a 12.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL) **
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 80%	7,0%
A2	Entre R\$1 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 2,8% e 7,0%
B	Entre R\$400 milhões e R\$1 bilhão	Máxima de 20%	Entre 1,6% e 4,2%

\*\* O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece, também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

## Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos, com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores. O não atendimento dessas cláusulas poderia implicar no vencimento antecipado das dívidas.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não atendeu à algumas dessas cláusulas restritivas e está em processo de obtenção do consentimento dos credores que não seja exigido o pagamento imediato ou antecipado dos montantes devidos até 31 de dezembro de 2012.

A Companhia tem a expectativa de obtenção dos consentimentos, mas como esse fato ocorrerá em data posterior a 31 de dezembro de 2012, os contratos cujas cláusulas não foram atendidas estão reconhecidos no Passivo Circulante.

A Companhia não foi impactada negativamente, de forma significativa, em função de ocorrências relacionadas aos riscos descritos acima.

### b) Instrumentos Financeiros - Derivativos

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger as operações da Companhia contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no Balanço Patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos, registrados pelo valor justo. Os resultados líquidos destas operações representaram um ganho em 2012 no montante de R\$21.499 (ganho de R\$14.702 em 2011), registrados no resultado financeiro. A contraparte da operação de derivativos é o banco Santander - ABN e os contratos são de *swap* cambial e de taxa de juros.

A Companhia possui um Comitê e Gestão de Riscos Financeiros criado com o objetivo de monitorar os riscos financeiros relativos à volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros que afetam suas transações financeiras e as quais poderiam afetar negativamente sua liquidez e lucratividade. Esse Comitê objetiva, também, a implementação de diretrizes relativas ao ambiente de Riscos Financeiros ao implementar planos de ação.

## Metodologia de Cálculo do Valor Justo das Posições

O cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros foi elaborado, considerando as cotações de Mercado do papel ou informações de Mercado, que possibilitem tal cálculo, bem como as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de Mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto, obtido da curva de juros de Mercado, em Reais.

O quadro a seguir apresenta o instrumento derivativo contratado pela Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de Vencimento	Mercado de Negociação	Ganho/Perda não Realizada						Efeito acumulado	
				Valor Principal Contratado		Valor Conforme Contrato		Valor Justo		Valor Recebido	Valor Pago
				2012	2011	2012	2011 Reclassificado	2012	2011 Reclassificado	2012	2012
US\$ variação cambial + taxa (5,58% a.a. a 7,14% a.a.)	R\$ 100% do CDI + taxa (1,5% a.a. a 3,01% a.a.)	De 04/2009 até 06/2013	Balcão	US\$8.168	US\$17.226	(23.888)	(47.611)	(23.823)	(48.351)	-	(24.710)
Taxa de 11,47% a.a.	Taxa de 96% de CDI	Vencimento em 10/05/2013	Balcão	R\$600.000	R\$600.000	32.153	7.580	44.268	22.587	-	-
								<u>20.445</u>	<u>(25.764)</u>		

A contraparte das operações de derivativos da Companhia é o Banco Santander - ABN, e os contratos são de *swap* cambial e de indexadores.

### Análise de Sensibilidade

O instrumento derivativo descrito acima indica que a Companhia está exposta a variação do CDI. A Companhia, com base em nossos consultores financeiros, estima um cenário provável em 31 de dezembro de 2013, que a taxa do CDI será de 7,25% e a valorização cambial da moeda estrangeira, em relação ao Real, será de 0,29% para o Dólar (R\$2,050).

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta na taxa SELIC e da variação cambial do Dólar de 25% e 50% em relação a 31 de dezembro de 2012, cenários que são considerados como possível e remoto, respectivamente.

Nesses cenários possível e remoto, a taxa do CDI em 31 de dezembro 2013 seria de 9,06% e 10,88% respectivamente.

Risco – Variação do CDI em relação à variação do Dólar	Saldo em 31/12/2012	Cenário Provável 7,25%	Cenário Possível 9,06%	Cenário Remoto 10,88%
<b>Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais</b>				
Contratos atualizados a 100,00% do CDI	23.823	25.550	25.981	26.415
<b>Efeito Líquido da Variação do CDI</b>		<b>(1.727)</b>	<b>(2.158)</b>	<b>(2.592)</b>
<b>Risco - Alta do US\$</b>				
Contratos atualizados a 100,00% do CDI	23.823	23.893	29.866	35.840
<b>Efeito Líquido da Variação do US\$</b>		<b>70</b>	<b>6.043</b>	<b>12.017</b>
<b>Efeito Líquido</b>		<b>(1.657)</b>	<b>3.885</b>	<b>9.425</b>

Risco da variação do CDI em relação à taxa fixa de 11,47% a.a.	Saldo em 31/12/2012	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
<b>Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais</b>				
Contratos atualizados a 96% do CDI	600.000	641.760	652.186	662.669
<b>Efeito Líquido da Variação do CDI</b>		<b>(41.760)</b>	<b>(52.186)</b>	<b>(62.669)</b>
<b>Risco - Taxa Fixa de Juros</b>				
Contratos atualizados a 11,47% a.a.	600.000	668.820	668.820	668.820
<b>Efeito Líquido da Variação da taxa de juros</b>		<b>68.820</b>	<b>68.820</b>	<b>68.820</b>
<b>Efeito Líquido</b>		<b>27.060</b>	<b>16.634</b>	<b>6.151</b>

### Valor e tipo de margens dadas em garantia

A Companhia não deposita margens de garantias para os instrumentos derivativos.

### Administração de Capital

A dívida da Companhia para a relação ajustada no capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2012	2011 Reclassificado
Total do Passivo	9.177.725	7.801.490
Caixa e Equivalentes de Caixa	(190.233)	(527.296)
Fundos Vinculados	(132.256)	(3.279)
<b>Passivo Líquido</b>	<b>8.855.236</b>	<b>7.270.915</b>
Total do Patrimônio Líquido	2.463.149	2.656.463
<b>Capital Ajustado</b>	<b>2.463.149</b>	<b>2.656.463</b>
<b>Relação Passivo Líquido sobre Capital Ajustado no final de dezembro</b>	<b>3,55</b>	<b>2,74</b>

## 25. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos a valor justo; após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos e passivos financeiros entre as quatro categorias definidas para instrumentos financeiros. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

	Saldo em 31/12/2012	Valor justo em 31 de dezembro de 2012		
		Mercado Ativo Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo Título Patrimonial (Nível 3)
<b>Ativos</b>				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	11.082	-	11.082	-
Letras Financeiras – Bancos	29.410	-	29.410	-
Fundos Vinculados	40.492	-	40.492	-
Contratos de Swaps	132.256	-	132.256	-
Ativos Financeiros da Concessão	20.445	-	20.445	-
	4.757.735	-	-	4.757.735
	4.950.928	-	193.193	4.757.735
<b>Passivos</b>				
Contratos de Swaps	(25.764)	-	(25.764)	-

## Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos Financeiros da Concessão: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), equivalente ao valor justo, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente com base no valor dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão.

A Companhia registrou os Ativos Financeiros da Concessão pelo valor justo em 31 de dezembro de 2012 e não apresentou movimentação no resultado deste exercício.

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Contratos de Swaps: O critério de marcação a mercado das operações de derivativos consiste em estabelecer o preço atual de uma operação já contratada de tal forma que sua reposição traga os mesmos resultados de uma nova operação. A precificação de swaps é feita pela diferença entre os valores a mercado de cada uma de suas pontas corrigidas pelo seu indexador. A precificação do swap da ponta CDI é calculada da data de início da operação até a data de verificação considerando a projeção futura deste indexador pelo mercado na data de mensuração. A precificação da ponta Dólar do swap é corrigida pela variação cambial da moeda, considerando uma expectativa futura e prêmio de risco embutido.

## 26. SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, por orientação de especialistas, conforme relação abaixo, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de Demonstrações Contábeis, conseqüentemente não foram analisadas pelos auditores independentes.

Ativos	Cobertura	Data de vigência	Importância Segurada (*)	Prêmio Anual (*)
Almoxarifados, Instalações e Equipamentos de Telecomunicações	Incêndio	08/11/2012 a 08/11/2013	R\$628.372	R\$151
Risco Operacional – Transformadores acima de 15 MVA e demais equipamentos de potência da distribuição de valor acima de R\$1.500 mil	Total	07/12/2012 a 07/12/2013	(**)R\$510.179	R\$664
Aeronáutico – Aeronaves / Equipamentos Guimbal	Casco Responsabilidade Civil	29/04/2012 a 29/04/2013	US\$6.622 US\$14.000	US\$74

(\*) Valores expressos em R\$Mil ou US\$ Mil

(\*\*) O limite máximo de indenização (LMI) é de R\$183.712 mil.

A Companhia não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros, exceto para suas aeronaves, e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a Cemig não solicitou propostas e não possui apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios.

A Companhia não tem sofrido perdas significativas em função dos riscos acima mencionados.

## 27. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos que incluem a amortização de empréstimos e financiamentos, compra de energia elétrica de Itaipu e outros, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019 em diante	Total
Empréstimos e Financiamentos	2.679.566	932.206	305.936	294.501	283.595	35.883	77.943	4.609.630
Compra de Energia Elétrica de Itaipu	970.559	987.811	984.382	947.985	962.996	926.656	31.600.108	37.380.497
Transporte de Energia Elétrica de Itaipu	27.248	24.561	25.927	25.988	28.785	30.123	1.434.608	1.597.240
Compra de Energia - Leilão	2.248.795	2.102.150	2.210.399	2.325.517	2.422.252	2.562.023	60.618.068	74.489.204
Cotas Medida Provisória 579/2012	334.163	214.985	785.129	736.021	684.104	718.059	35.467.438	38.939.899
Outros contratos de Compra de Energia	464.749	488.835	500.288	469.948	486.218	509.187	12.567.725	15.486.950
Dívida com Plano de Pensão - Forluz	37.114	39.341	41.701	44.204	46.856	49.667	331.490	590.373
<b>Total</b>	<b>6.762.194</b>	<b>4.789.889</b>	<b>4.853.762</b>	<b>4.844.164</b>	<b>4.914.806</b>	<b>4.831.598</b>	<b>142.097.380</b>	<b>173.093.793</b>

## 28. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL E REVISÃO TARIFÁRIA DA COMPANHIA

Em 8 de abril de 2012, a ANEEL aprovou o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2012 da Companhia. O resultado homologado pela ANEEL representa um reajuste tarifário de 5,24%, constituído de dois componentes: (i) Estrutural de 2,90% constituído pelos custos não gerenciáveis (Parcela A) e gerenciáveis (Parcela B); e, (ii) Financeiros de 2,34%, que vigorará até abril de 2013. Com a retirada dos componentes financeiros considerados no processo tarifário de 2011, de 1,39%, o efeito médio percebido pelos consumidores cativos da Companhia foi de 3,85%.

### Resultado da 3ª Revisão Tarifária

Em 08 de abril de 2013, a ANEEL divulgou o resultado da 3ª Revisão Tarifária da Cemig Distribuição, que acarretará o reposicionamento positivo nas tarifas da Companhia que passam a vigorar a partir desta data, sendo que o efeito médio percebido pelos consumidores cativos será de 2,99%.

A ANEEL já está aplicando os efeitos do Decreto 7.945, que dispõe sobre a utilização de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para atenuar os custos de aquisição de energia das distribuidoras junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), em função das condições hidrológicas desfavoráveis, com consequente acionamento das usinas termelétricas, e reduzir, em decorrência, o impacto do reajuste tarifário, limitando-o em 3%. O montante que exceda tal percentual será repassado através de parcela única até o décimo dia útil, a contar da publicação de Despacho da ANEEL. Tais recursos oriundos da CDE serão ressarcidos pelos consumidores em até cinco anos, corrigidos pelo IPCA.

Conforme memória de cálculo recebida pela Cemig após homologação do resultado da Revisão Tarifária na reunião da Diretoria da ANEEL, a Base de Remuneração Regulatória Líquida foi de R\$5.511.768 e a Base de Remuneração Regulatória Bruta de R\$15.355.843.

Mais detalhes acerca da Base de Remuneração Regulatória (BRR) na Nota Explicativa nº 12 das Demonstrações Contábeis.

## 29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em março de 2013, a Companhia concluiu a 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples por meio da qual foram emitidas 2.160.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais) na data de emissão, qual seja, 15 de fevereiro de 2013, totalizando R\$2.160 milhões. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados ao resgate integral das notas promissórias comerciais da 5ª e da 6ª emissão da Companhia emitidas em 13 de janeiro de 2012, pelo seu valor nominal, acrescido de juros remuneratórios, e aos investimentos na infraestrutura de distribuição. Foram emitidas 410.817 debêntures da primeira série, 1.095.508 debêntures da segunda série e 653.675 debêntures da terceira série, com prazo de vencimento de 5 anos, 8 anos e 12 anos a contar da data de emissão, respectivamente. As debêntures da primeira série farão jus a juros remuneratórios de CDI + 0,69% ao ano, e as debêntures da segunda e da terceira séries terão seu valor nominal unitário atualizado pelo IPCA-IBGE e farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 4,70% ao ano e 5,10% ao ano, respectivamente. A 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples conta com o aval da sua controladora, a CEMIG.

Em 1º de fevereiro de 2013, a Companhia emitiu uma Cédula de Crédito Bancário (CCD) em favor do Banco do Brasil, no valor de R\$200 milhões, para utilização dos recursos na compra de energia, com prazo de 720 dias e juros anuais de 99,5% do CDI, sendo garantida por duplicatas de venda mercantil da Companhia.

\*\*\*\*\*

(Original assinado pelos signatários abaixo)

**Djalma Bastos de Moraes**  
Diretor-Presidente

**Arlindo Porto Neto**  
Diretor Vice-Presidente

**Luiz Fernando Rolla**  
Diretor de Finanças e Relações com  
Investidores

**Frederico Pacheco de Medeiros**  
Diretor de Gestão Empresarial

**José Carlos de Mattos**  
Diretor de Gás

**José Raimundo Dias Fonseca**  
Diretor Comercial

**Luiz Henrique de Castro Carvalho**  
Diretor de Geração e Transmissão

**Fernando Henrique Schüffner Neto**  
Diretor de Desenvolvimento de  
Negócios

**Ricardo José Charbel**  
Diretor de Distribuição e  
Comercialização

**Luiz Henrique Michalick**  
Diretor de Relações Institucionais e  
Comunicação

**Maria Celeste Moraes Guimarães**  
Diretora Jurídica

**Leonardo George de Magalhães**  
Superintendente de Controladoria  
CRC-MG 53.140

**Mário Lúcio Braga**  
Gerente de Contabilidade  
Contador – CRC-MG-47.822

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Cemig Distribuição S.A.  
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

“Deloitte” refere-se à sociedade limitada estabelecida no Reino Unido “Deloitte Touche Tohmatsu Limited” e sua rede de firmas-membro, cada qual constituindo uma pessoa jurídica independente. Acesse [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para uma descrição detalhada da estruturajurídica da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e de suas firmas-membro.

## **Opinião sobre as demonstrações financeiras**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Distribuição S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## **Ênfase**

### *Reapresentação das demonstrações financeiras*

Em 27 de março de 2012, emitimos relatório de auditoria com ressalva por limitação de escopo relacionada à necessidade de avaliação, por parte da administração, quanto a possíveis efeitos nas demonstrações financeiras decorrentes de informação preliminar da ANEEL sobre a Base de Remuneração Regulatória (BRR) da Companhia. Conforme descrito na nota explicativa nº. 12, em 05 de abril de 2012, a ANEEL homologou a BRR da Companhia com valores revisados, permitindo assim à administração a avaliação e conclusão de que não há necessidade de ajustes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012. Consequentemente, a ressalva incluída em nossa opinião relacionada com o referido assunto, emitida anteriormente não é mais necessária e, portanto, nossa nova opinião constante deste relatório não contém qualquer modificação.

## **Outros assuntos**

### *Demonstrações do valor adicionado*

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

*Auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e do balanço patrimonial individual e consolidado levantado em 1º de janeiro de 2011.*

As informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e aos balanços patrimoniais levantados em 1º de janeiro de 2011, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados pelas razões descritas na nota explicativa 2.5, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório, datado de 27 de março de 2013, sem modificação.

Belo Horizonte, 16 de abril de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

José Ricardo Faria Gomez  
Contador  
CRC-SP 218.398/O-1 S/MG

## PARECER DO CONSELHO FISCAL



### PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cemig Distribuição S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2012, e respectivos documentos complementares. Após verificarem que os documentos acima mencionados refletem a situação econômico-financeira da Empresa e considerando, também, os esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração da Companhia e de seus auditores independentes, opinam os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, favoravelmente à aprovação dos mesmos nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a realizarem-se, cumulativamente, em 30-04-2013.

Belo Horizonte, 27 de março de 2013.

aa.) Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond  
Luiz Guarita Neto  
Thales de Souza Ramos Filho  
Vicente de Paulo Barros Pegoraro

## DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PELOS DIRETORES



### DECLARAÇÃO

Nós declaramos, para os devidos fins, que na 477ª reunião da Diretoria Executiva da Cemig Distribuição S.A. - Cemig D, realizada em 27-03-2013, aprovamos a conclusão, em 27-03-2013, das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social de 2012; bem como o encaminhamento ao Conselho de Administração, para deliberação e encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras do exercício de 2012 e dos respectivos documentos complementares. Sobre tais documentos, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as citadas Demonstrações Financeiras. Por ser verdade, passamos esta certidão, sob a responsabilidade dos nossos cargos.

Belo Horizonte, 27 de março de 2013.

- aa.) Djalma Bastos de Moraes - Diretor Presidente  
Arlindo Porto Neto - Diretor Vice-Presidente  
Fernando Henrique Schuffner Neto - Diretor de Desenvolvimento de Negócios  
Frederico Pacheco de Medeiros - Diretor de Gestão Empresarial  
José Carlos de Mattos - Diretor de Gás  
Ricardo José Charbel - Diretor de Distribuição e Comercialização  
José Raimundo Dias Fonseca - Diretor Comercial  
Luiz Fernando Rolla - Diretor de Finanças e Relações com Investidores  
Luiz Henrique de Castro Carvalho - Diretor  
Luiz Henrique Michalick - Diretor de Relações Institucionais e Comunicação  
Maria Celeste Moraes Guimarães - Diretora Jurídica

## DECLARAÇÃO DE REVISÃO, PELOS DIRETORES, DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### DECLARAÇÃO

Nós declaramos, para os devidos fins, que na 477ª reunião da Diretoria Executiva da Cemig Distribuição S.A. - Cemig D, realizada em 27-03-2013, aprovamos a conclusão, em 27-03-2013, das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social de 2012; bem como o encaminhamento ao Conselho de Administração, para deliberação e encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras do exercício de 2012 e dos respectivos documentos complementares. Sobre tais documentos, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas pelos representantes dos Auditores Independentes. Por ser verdade, passamos esta certidão, sob a responsabilidade dos nossos cargos.

Belo Horizonte, 27 de março de 2013.

- aa.) Djalma Bastos de Moraes - Diretor Presidente  
Arlindo Porto Neto - Diretor Vice-Presidente  
Fernando Henrique Schuffner Neto - Diretor de Desenvolvimento de Negócios  
Frederico Pacheco de Medeiros - Diretor de Gestão Empresarial  
José Carlos de Mattos - Diretor de Gás  
Ricardo José Charbel - Diretor de Distribuição e Comercialização  
José Raimundo Dias Fonseca - Diretor Comercial  
Luiz Fernando Rolla - Diretor de Finanças e Relações com Investidores  
Luiz Henrique de Castro Carvalho - Diretor  
Luiz Henrique Michalick - Diretor de Relações Institucionais e Comunicação  
Maria Celeste Moraes Guimarães - Diretora Jurídica